

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 655
17 de Julho de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

X CONFERÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA



Mil e setecentos delegados estiveram presentes nos trabalhos da 10.ª Conferência da Reforma Agrária

A REFORMA AGRÁRIA TEM CONDIÇÕES PARA VENCER E VENCERÁ

Reportagem, entrevistas e discurso de Álvaro Cunhal no comício de encerramento nas págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana

Governo Cavaco soma derrotas:

AR impõe redução do défice e toma medidas para baixar preços do leite e dos combustíveis

Pág. 9/Semana

LUTAS EM TODO O PAÍS

Todos sentados hoje a partir das 15 e 30 na Rua Augusta em Lisboa ■ Anunciadas novas paralisações nacionais na Banca ■ Semanas de esclarecimento e luta, concentrações, paralisações e greves na RN, barcos do Barreiro, CP, STCP (Porto) ■ Milhares de trabalhadores em acções sindicais contra a política do Governo Cavaco ■ Pelo direito ao trabalho, aos salários ■ Contra a destruição das empresas e da economia do País.

Pág. 10/Semana • Págs 1 e 2/Em Foco



As delegações do PS e do PCP no encontro realizado no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes

ENCONTRO PS-PCP

Uma delegação do Partido Socialista constituída pelo secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, e por Jorge Sampaio, António Guterres e Manuel Alegre deslocou-se no passado dia 7 no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes onde teve um encontro com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Carlos Brito, da Comissão Política do CC do PCP.

festa! / Avante!
SUPLEMENTO N.º 3
17 de Julho de 1986

O Sol
brilha
para
todos
nós



O estranho
caso
do sr.
Manuel



Pág. 4



Alto da Ajuda
5, 6, 7 Setembro

Erguer

Pág. 2



A agonia do apartheid

Pág. 12/Semana

Editorial

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 655

17 de Julho de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Diálogo e convergência para alternativa democrática

Distinguir em cada momento a realidade da fantasia é, em termos políticos, uma exigência basililar responsável do movimento operário, popular e democrático.

No momento português actual, para as forças da democracia e do progresso social do nosso país, desembarçar da ganga propagandística e mistificadora do Governo Cavaco Silva/PSD a verdade da situação política nacional é uma condição necessária para delinear e rasgar com segurança o caminho de uma alternativa democrática que a natureza e a complexidade da crise que vivemos vai pondo com acrescida força na ordem do dia.

A demagogia e a campanha de mistificação pensadamente orquestrada da propaganda oficial, servidas pelo manejo faccioso da máquina governativa e a manipulação ilícita dos órgãos de Comunicação Social estilizadas de maior audiência, tentaram forjar para a equipa governante Cavaco/PSD uma aliantante imagem de «competência, estabilidade, transparência» e outros atributos, tentaram transmitir a imagem de um governo «forte» que, minoritário em eleições ainda recentes, se alça já de pé para a mão em «maioritário», na base de «sondagens infalíveis»...

Tal imagem, condimentada pela arrogância do chefe do Governo e de vários ministros, pode ainda confundir e iludir camadas menos esclarecidas do povo português, pode mesmo embalar em sonhos de falaz eternização no poder (com ou sem a «alternância» bipolarizadora) a direita restauracionista governante. Mas não resiste nem pode resistir à dinâmica de uma realidade objectiva em movimento e à sua expressão subjectiva na acção do povo.

É exactamente na base de uma fria análise da política económica e social do Governo e das suas consequências práticas na vida do País e do povo assim como do exame ponderado das diversas manifestações de resistência e luta dos trabalhadores e de outras camadas populares intermédias e a necessária extração das suas conclusões políticas fundamentais, que se pode afirmar de maneira irrefutável que o Governo Cavaco/PSD não é um Governo «competente» mas incompetente. Não é um Governo «de estabilidade» mas de instabilidade. Não é um Governo «de transparência» mas de caviloso manobrismo.

É principalmente na verificação da sua precária base parlamentar e política, das suas sucessivas derrotas no plano legislativo, do fluxo e combatividade das lutas do povo e do crescente descontentamento pelas suas medidas antipopulares e antidemocráticas que se pode concluir com segurança que o Governo Cavaco/PSD não é um Governo forte mas um Governo fraco, e que a «imagem» que procurou criar para si próprio se vai esvaindo ante a dura realidade da sua política.

O «calcanhar de Aquiles» do Governo Cavaco Silva/PSD é sem dúvida a sua política social.

Nela se projectam as suas medidas económicas e financeiras apontadas à rápida reconstituição dos monopólios e latifúndios, à acumulação forçada de capitais e à sua concentração e centralização aceleradas em atropelo às normas constitucionais.

Para a impor às vastas massas do povo o Governo Cavaco/PSD multiplica as violações da legalidade democrática, recorre aos métodos repressivos, põe de pé uma nova máquina de repressão moldada nas velhas

formas que o 25 de Abril extinguiu, propõe-se impor novas leis de um «pacote» antilaboral.

A política social do Governo traduz-se no desemprego crescente e provocado; na indiferença e inoperância governativas ante o escândalo e o drama dos salários em atraso; na completa insegurança do emprego e dos postos de trabalho; na contínua degradação expressa na generalização das formas de trabalho precário e clandestino desprovidas de quaisquer garantias sociais; na intensificação da ofensiva patronal contra a segurança social; no ascenso da repressão ilegal nas empresas, no agravamento das condições de vida das classes e camadas mais carenciadas através dos brutais aumentos sem contrapartida séria das rendas de casa em resultado da aplicação da celerada Lei das Rendas, das tentativas de reposição e agravamento das «taxas moderadoras» nas urgências hospitalares, ferida de inconstitucionalidade e agora derrotada na AR, e de outras medidas antipopulares que estão provocando o alastramento das manchas de miséria, ruína e fome no nosso tecido social.

Ao mesmo tempo acentua-se a degradação, destruição e subaproveitamento do aparelho produtivo das empresas e do equipamento industrial; recrudescer a ofensiva contra a Reforma Agrária, agrava-se a exploração e o esbulhamento dos pequenos e médios agricultores e a cilindragem dos seus interesses; multiplicam-se as falências das pequenas e médias empresas na indústria, no comércio, nos serviços; a máquina de trituração dos monopólios da CEE está já, ao cabo destes sete meses de adesão de Portugal, a operar em pleno contra a economia nacional.

Cada dia, neste 1.º semestre de 1986 sob o Governo Cavaco Silva/PSD, menos 330 postos de trabalho, cerca de 10 000 desempregados a mais por mês. No momento actual 50 000 trabalhadores estão ameaçados de desemprego pelo risco de encerramento de empresas nos sectores da Cristalaria, das Minas, da Pesca artesanal, da Têxtil. No distrito de Setúbal estão por esse motivo à beira do desemprego 7500 trabalhadores.

Só na zona de intervenção da Reforma Agrária, em consequência da destruição nos últimos 10 anos de 53 050 postos de trabalho, um contingente actual de 40 000 desempregados!

Segundo números oficiais e da CGTP-IN aos 501 000 desempregados a que devem acrescentar-se os cerca de 100 000 trabalhadores com salários em atraso, junto com a ameaça de desemprego iminente de mais de 50 000, eleva-se a mais de 650 000 o número de trabalhadores desprovidos de meios mínimos de subsistência.

A desumana exploração e proliferação do trabalho infantil e a «abertura» de certos industriais gananciosos à iniciativa demagógica do Governo da «Ocupação Temporária dos Jovens» no período das férias durante o qual se prepara a intensificação da exploração da mão-de-obra juvenil a baixo preço, são outras e das mais odiosas expressões do agravamento da situação dos trabalhadores.

No sector da agricultura, depois da derrotada tentativa do Governo de impor a lei de destruição dos baldios do povo, agravam-se os preços dos adubos, dos pesticidas, das máquinas, das rações, ao mesmo tempo que baixam os preços ao produtor do gado, do vinho, do

leite, da batata, se encerram os matadouros concelhos e se agravam as exigências das guias de trânsito para o gado, se abrem as fronteiras à importação ruínosa de vinhos, frutas e de produtos agrícolas alimentares ao abrigo dos acordos da CEE.

Uma nova ameaça resultante dos acordos — que o Governo saudou como grande «vitória» da sua política — é a ofensiva da chamada «reconversão» e do arranque dos vinhedos, para o que a «generosa» CEE «concede» comparticipações de 50% e 70% respectivamente — uma espécie de «reforma antecipada» e compulsiva sem dia seguinte para muitos milhares de produtores.

Os créditos que Portugal está obtendo com a melhoria dos factores internacionais e um certo alívio cíclico da crise económica mundial do capitalismo (que não pela bondade da política governamental de Cavaco/PSD) — designadamente com a contínua e acentuada queda dos preços do petróleo (e logo do barateamento dos custos da nossa quota energética), a continuação da baixa da cotação do dólar (em que se exprime a nossa elevada dívida externa) e da alta ainda que ligeira, do ouro, que eleva o valor das nossas reservas, com a desceda dos cereais, que importamos em larga escala, poderiam garantir, se criteriosamente administrados, uma certa recuperação da nossa economia e uma sensível melhoria das condições de vida do povo.

Ao invés, o Governo Intensifica o desmantelamento das principais empresas nacionalizadas — como a Petrol, a Quimigal, a Siderurgia, a TAP, a CP, a indústria naval, e outras; entrega a baixo preço ao grande capital privado estrangeiro e português os sectores mais rentáveis da economia nacional; abaixa-se às pressões dos monopólios da CEE para a liquidação das empresas nacionalizadas concorrentes e uma «reconversão» económica favorável aos interesses monopolistas.

Pelos mais ínvios caminhos — como o que se impôs à EPAC e se pretende impor à Anop — o Governo Cavaco Silva/PSD subordina a hipótese realista de uma melhoria da economia do País às condições de reprivatização monopolista dos círculos do grande capital de que é fiel servidor no Executivo da nação.

A ligeira melhoria dos salários reais no último mês está a ser engolida com novos encargos sobre os trabalhadores. O Governo Cavaco/PSD procura travar através de protelamentos ilegais a actualização da contratação colectiva, tenta por todos os meios coercivos impor um tecto salarial injusto.

Igualmente a ligeira subida dos preços de alguns produtos agrícolas ao produtor desaparece na voragem da ofensiva de esbulhamento dos pequenos e médios agricultores.

É por isso fácil de compreender que os trabalhadores, os agricultores e outras classes e sectores profissionais se levantem e lutem com crescente firmeza contra a política do Governo.

Por isso também se compreendem os reflexos deste mal-estar social quase generalizado no comportamento dos partidos democráticos na Assembleia da República e nas sucessivas derrotas do Governo minoritário no plano parlamentar.

As greves largamente participadas da Rodovlária Nacional, dos Bancários, dos Transportes Colectivos do Porto e outras; as lutas e concentrações dos operários têxteis do Porto e da Covilhã contra o boicote patronal à

revisão do CCT; a resistência dos trabalhadores da Função Pública à imposição dum tecto inaceitável para os seus vencimentos no próximo ano; o protesto organizado pela USL numa das principais artérias da Baixa Lisboa; as vigorosas acções dos trabalhadores da saúde e da imprensa; as vitórias que à custa de duras lutas estão sendo arrancadas por vastos sectores das classes trabalhadoras, desmentem o falso panorama de «paz social» que o Governo procura propagandear no seu «marketing» da banha da cobra.

Igualmente, a grande jornada de luta que foi a X Conferência da Reforma Agrária, domingo em Évora, revelou a resistência, a firmeza e determinação de milhares de trabalhadores rurais e de pequenos e médios agricultores e searelros na defesa das suas UCP's e da mais bela conquista de Abril que é a Reforma Agrária, submetida há mais de dez anos a uma ofensiva destruidora mas de pé e decidida a sobreviver.

A jornada nacional de luta da CNA, entre outros objectivos contra as determinações da CEE, a concentração de dezenas de agricultores em defesa dos baldios do povo na AR — onde os propósitos do Governo sofreram uma grande derrota — e nos últimos dias o corte das estradas pelos agricultores e produtores pecuários transmontanos de Mirandela como protesto contra as licenças de trânsito do gado, são outras tantas indicações de que também nos campos a política do Governo cavacuísta defronta a resistência dos camponeses e do povo.

É neste quadro de fundo que devem compreender-se e serem consideradas no plano político as sucessivas derrotas do Governo e da sua falange minoritária de apoio parlamentar, nos últimos dias, na Assembleia da República.

Ou por votação maioritária da oposição democrática ou pela retirada das propostas de leis mais controversas pelo Governo ante a impossibilidade certa de as fazer passar na AR, a equipa Cavaco Silva/PSD, em geral acolhida pelo CDS, tem averbado derrotas sobre derrotas em alguns dos seus projectos mais agressivos da ordem e das conquistas democráticas do nosso povo.

O sentido destes acontecimentos não pode deixar de merecer o exame atento, o diálogo sem preconceitos e a convergência entre as forças democráticas, de convidar à revisão de ideias feitas de que a experiência destes doze anos da Revolução de Abril tem demonstrado o carácter erróneo.

A «bipolarização» nua ou enroupada; a miragem eleitoralista e sem sorte da chamada «alternância» no poder de dois partidos erigidos em «gigantes» do arrabal político, a falta de visão quanto às manobras reaccionárias de restabelecimento do anterior quadro partidário são obstáculos a uma solução realista e desde já viável da crise política actual que põe crescentemente como condição imediata e indispensável a substituição do Governo minoritário de Cavaco Silva/PSD aliado ao CDS por um governo democrático e da política cavacuísta de ruína nacional por uma outra política que abra caminho à urgente solução dos gravíssimos problemas nacionais.

A «força» do Governo Cavaco/PSD é um papão sem consistência nem base — a sua fraqueza real permite encarar com realismo o acto patriótico da sua substituição por um governo democrático.

Resumo

9 Quarta-feira

Greve dos bancários regista uma adesão, a nível nacional, na ordem dos 90 a 95 por cento. ■ É publicada no «Diário da República» a portaria que cria de novo as taxas moderadoras. ■ Delegações do Partido Socialista e do Partido Comunista Português encontram-se no Centro do PCP, na Soeiro P. Gomes, durante mais de uma hora. ■ Comissão de Economia, Finanças e Plano da AR rejeita o aumento do défice proposto pelo Governo. ■ AR inicia o programa comemorativo dos 75 anos da Assembleia Constituinte e da Constituição de 1911. ■ O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte acusa o governo de pretender impor salários sem qualquer negociação séria, tendo este avançado com uma proposta de aumento salarial da ordem dos 9,5 por cento. ■ O governo da Pretória anuncia o reforço da repressão nas sete mil escolas



para negros da África do Sul. São presos dois estudantes negros em Joanesburgo, quando regressavam de uma Conferência anti-apartheid. ■ O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, afirma que no seu país existe e existirá sempre liberdade religiosa, esclarecendo que tal não significa que se possa conspirar contra a revolução impunemente.

10 Quinta-feira

O segundo dia da greve dos bancários é assinalado por um aumento do número de trabalhadores em greve e de baldios encerrados, cifrando-se em 98 por cento o nível de adesão. ■ Os grupos parlamentares do PRD, PS, PCP e MDP/CDE apresentam uma proposta conjunta de alteração do Orçamento do Estado, que permite o Governo baixar o preço do leite. ■ O presidente francês François Mitterrand considera, numa conferência de imprensa em Moscovo, como «verdadeiramente sensacional» as propostas de desarmamento apresentadas pela União Soviética. ■ O Parlamento Europeu aprova sanções económicas contra a África do Sul. ■ O governo racista de Pretória, pressionado por uma ameaça de greve geral e processado em dois tribunais, é obrigado a revogar um diploma que proibia todo o género de reuniões sindicais e do movimento anti-apartheid. ■ As autoridades vietnamitas decretaram luto de cinco dias pelo falecimento do secretário-geral do Partido Comunista do Vietname, Le Duan.

11 Sexta-feira

CGTP-IN desafia Governo para participar num debate público sobre política económica e social, a fim de esclarecer o

país acerca da real situação em que se encontram os trabalhadores portugueses. ■ A Federação dos Ferrovários anuncia paralisação da CP para a próxima quinta-feira, como forma de protesto contra o bloqueamento das negociações de revisão de regulamento de carreiras. ■ O Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) repudia as novas taxas moderadoras, considerando-as como ilegais e vergonhosas. ■ O Presidente da República, Mário Soares, empossa o novo ministro da República para os Açores, brigadeiro Rocha Vieira. ■ Giulio Andreotti é nomeado primeiro-ministro da Itália. Poucas horas após a nomeação a direcção do PSI manifestava-se contra, dando origem a uma crise política que poderá desembocar em eleições antecipadas. ■ O ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros alemão federal, Juergen Moellemann, critica a decisão dos Estados Unidos de apoiar financeiramente os «contras» nicaraguenses.

12 Sábado

Inicia-se em Évora a 10.ª Conferência da Reforma Agrária. ■ A Comissão Nacional do Partido Socialista elege a Comissão Política do Partido, constituída por 41 elementos. O Conselho Nacional do PRD marca a Convenção Nacional do Partido para os dias 17, 18 e 19 de Outubro. ■ O ex-primeiro vice-presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Paulo Correia, é condenado à morte por fuzilamento pelo Supremo Tribunal Militar, juntamente com outros 12 réus implicados na malograda tentativa de golpe de Estado de Outubro último. ■ As autoridades racistas da África do Sul anunciam a morte de mais cinco pessoas, elevando-se deste modo o número oficial de assassinados, desde a declaração do estado de emergência, há um mês, para 136. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, admite que a CEE poderá adoptar um boicote comercial contra a África do Sul se Pretória mantiver a sua posição racista.

13 Domingo

CGTP-IN divulga um documento que denuncia a iminência do desemprego para mais de 50 mil trabalhadores. ■ A Comissão Nacional do PS considera, no comunicado final da sua primeira reunião após o congresso, que o Governo constitui o principal factor de instabilidade da nossa vida política. ■ É possível e indispensável uma nova política agrícola que promova o desenvolvimento do País.



concluiu a 10.ª Conferência da Reforma Agrária que hoje termina em Évora. ■ O Congresso Nacional Africano lança um apelo aos trabalhadores sul-africanos

para que participem na greve geral marcada para amanhã pela central sindical COSATU, em protesto contra o estado de emergência e a prisão de milhares de pessoas. ■ A Tanzânia junta-se à Nigéria, Ghana, Uganda e Quênia na recusa em participar nos Jogos da Commonwealth (comunidade Britânica) devido à inclusão de atletas sul-africanos na selecção inglesa e ao apoio de Thatcher ao racismo.

14 Segunda-feira

Prossegue a greve na RN sem que o conselho de gerência apresente qualquer proposta para desbloquear o conflito. ■ Mantém-se uma adesão superior a 90 por cento no sector do movimento. ■ Segundo a Federação dos Sindicatos das Pescas a greve dos pescadores do arrasto costeiro



que exige a revisão dos salários, regista uma adesão total. ■ Activistas sindicais eleitos pelas listas unitárias acusam as direcções dos sindicatos dos bancários de estarem a ceder perante o Governo na negociação da actualização dos salários. ■ Correm cinco explosões nas cidades de Lisboa, Évora e Setúbal, tendo sido reivindicados os atentados de Évora e Setúbal pelas «EP-25» e por uma nova organização ainda não identificada. ■ Em Madrid, oito guardas civis são vítimas de um atentado terrorista, que provocou a explosão de um carro armadilhado à passagem de um autocarro da escola de condução da Guarda Civil espanhola. ■ O Comité Central do Partido Comunista do Vietname, em plenário extraordinário, elegerá para secretário-geral do Partido o presidente do Conselho de Estado, Truong Chinh. ■ Cinco pessoas são mortas e onze feridas em consequência de um ataque de aviões da Força Aérea de Israel a campos de guerrilheiros palestinos.

15 Terça-feira

Os trabalhadores da Rodovlária Nacional concentram-se em Lisboa em frente ao Ministério dos Transportes. Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP realinha o apoio à greve na RN e responsabiliza o Governo pelo conflito que causou graves transtornos à população. ■ Fogos florestais continuam a destruir as matas nos concelhos de Serã, Vila de Rei, Leiria e Carregal do Sal. ■ Déficit orçamental é reduzido pelo Assembleia da República em 14,5 milhões de contos. ■ Atentados bombistas são condenados pelos sindicatos. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros da União Soviética termina visita à Grã-Bretanha onde assinou três acordos, um deles sobre o contencioso financeiro entre os dois países que remontava à época da Revolução de Outubro. ■ Sanções contra Pretória são exigidas pela cimeira dos países africanos.

Avante!
Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 93 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial Avante! SARL
Sede Social: Av. Santos Dumont, 57, 3.º
1000 Lisboa
DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livraria, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57, 2.º - 1000 Lisboa
Tel. 77 98 29/77 98 25/76 97 51
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Seculo, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38
Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Basso, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417
Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Esv. 6 - 3000 Coimbra Tel. 26394
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57, 4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 94 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda 31.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto - Rua do Almada, 15-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Composto e impresso na Hecla Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/86

Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 655

17 de Julho de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Lagos Festa de Verão

do PCP

Artesanato
Livros • Discos
Petiscos regionais

Espectáculos
com

Francisco Ceia
Afonso Dias e José Amoedo
(sábado à noite)

Fernando Tordo
(domingo à noite)

Comício
no domingo
com

Blanqui Teixeira

Sexta 18

• ALGÉS

Plenário de militantes para discussão da situação política, ponto único da ordem de trabalhos. Iniciativa do Comité Local de Algés com participação do camarada **Gorjão Duarte**, do CC. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

• LISBOA

No Centro de Trabalho de Campolide, e antecedido pela projecção (vídeo) do «Contraponto», debate sobre a situação política. Às 21.30.

Sábado 19

• LAGOS

Tem início às 19.30, no recinto do Mercado

da Reforma Agrária, a **Festa de Verão** do PCP. A Festa realiza-se hoje e amanhã (ver destaque).

Domingo 20

• SANTO TIROSO

III Assembleia da Organização Concelhia de Santo Tirso, sob o lema «Reforçar o Partido no Concelho». Na Escola Primária do Bom Nome, em Vila das Aves, a partir das 9.30. Participa a camarada **Zita Seabra**, membro suplente da Comissão Política.

• SESIMBRA

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, encontro-debate com pescadores

sobre consequências da adesão de Portugal à CEE no sector das pescas em geral, e no da pesca artesanal em particular.

Participa **Frederico Pereira**, da Federação das Pescas.

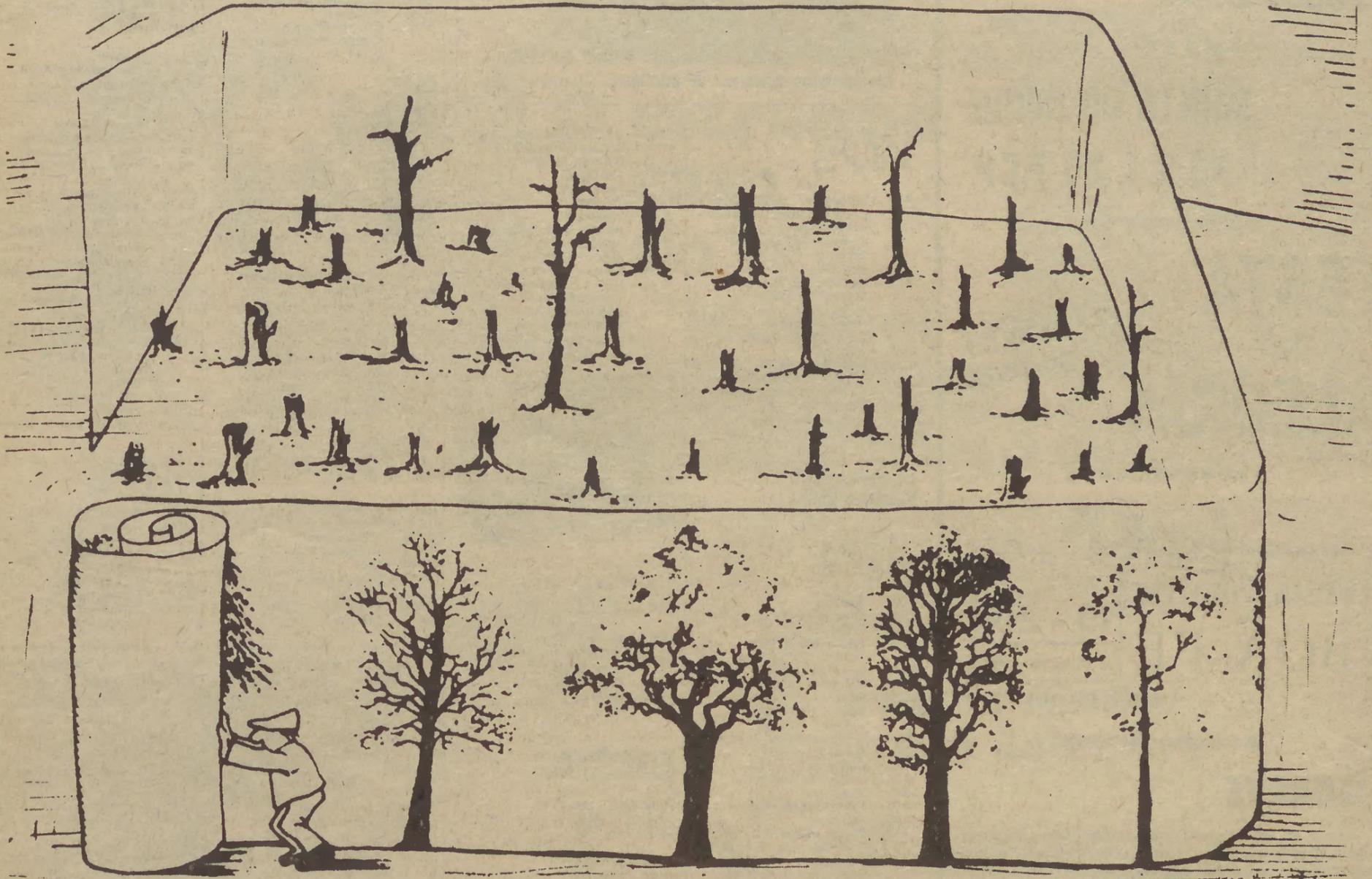
A partir das 10 horas, junto à Sociedade Nacional Sesimbrense.

• ALGÉS

Jornada de trabalho da freguesia no Alto da Ajuda. Partida do Largo D. Manuel, às 8 horas.

• LAGOS

Comício da **Festa de Verão** do PCP. Às 21.30, no recinto do Mercado da Reforma Agrária (junto à RN), com o camarada **Blanqui Teixeira**, da Comissão Política e do Secretariado do CC.



Festas do PCP

SESIMBRA



tradicional

SARDINHADA

passagem de barco ao ribeiro do cavalo

DOM. - 10 de Agosto

Partido Comunista Português

Inscrições no Centro de Trabalho



festagem



AGOSTO

sábado e domingo 9 e 10

QUINTA DO CONDE

NO C.T. DO PCP

FESTA

da

ALEGRIA

CASEBRES
2 e 3 Agosto/86

ÉVORA

Festa Convívio

na **BOA FÉ**

DIAS 19 e 20
de Julho de 1986

LARGO DA IGREJA

ALGARVE

Depois do êxito da festa realizada em Vila do Bispo, na qual participou o camarada Carlos Luís Figueira, do CC, a região algarvia prepara-se neste Verão 86 para viver iniciativas de amizade e confraternização em Lagos (ver no noticiário do Partido), Faro (26 e 27 deste mês) e Portimão (1, 2 e 3 de Agosto). Júlio Pereira é nome confirmado para a Festa da Amizade em Faro e Paulo de Carvalho para a Festa de Verão, em Portimão. Na próxima semana, mais pormenores!

TV

O Programa

Quinta 17

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Videopólis
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical», 70.º Epis.
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.30 — Inventário Musical — «Bonecos de Santo Aleixo»-II
- 16.00 — Série — «Retalhos da Vida de um Médico», 2.º Epis.
- 16.55 — Basquetebol/Campeonato do Mundo — Finais (transmissão directa de Barcelona)
- 18.25 — Desenhos Animados
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Festival Internacional de Folclore de Santarém — 3.º Progr.
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo», 93.º Epis.
- 21.30 — Europa
- 22.00 — A Balada de Hill Street
- 22.55 — 24 Horas
- 23.25 — Volta a França em Bicicleta

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Basquetebol/Campeonato do Mundo — Finais (transmissão em diferido)
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Adágio — Recital de piano por Fernanda Wandschneider
- 22.00 — Museu do Cinema
- 22.25 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»

Sábado 19

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Festival de Gastronomia de Santarém
- 14.25 — Sport Billy
- 14.50 — Revista de Toiros
- 15.20 — Série — «Os Jovens Heróis de Shaolin»
- 16.05 — Os Marretinhas

- 19.00 — Falando de Mozart, 3.º Progr.
- 19.30 — Dar e Receber
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Viva o Gordo
- 21.30 — Série — «O Último Lugar da Terra»
- 22.20 — Domingo Desportivo

RTP2

- 17.00 — Campeonatos Nacionais de Atletismo — (transmissão directa do Estádio Nacional)
- 18.30 — Europa TV
- 20.00 — Novos Horizontes
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.05 — Noite de Ópera — «The Turn of Screw», ópera de Benjamin Britten com libreto adaptado de uma história de Henry James. Orquestra da Royal Opera House/Convent Garden, direcção do maestro Collin Davis

Segunda 21

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Portugal Romano: «A Arte» II
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.30 — Série: «O Homem é um Mundo»
- 16.00 — Caldo de Pedra: Gastronomia regional
- 16.30 — Basquetebol: Final do Mundial em Barcelona (transmissão em diferido)
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — O Ferro Forjado na Arquitectura Portuguesa (série)



- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Série: «Fronteiras entre dois Mundos», 3.º programa
- 21.45 — Prémios «Gazeta»: A entrega e o espectáculo realizado a propósito
- 23.45 — 24 Horas
- 00.10 — Volta à França em Bicicleta

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 19.50 — Notícias
- 20.00 — RTP-Madeira
- 20.15 — Horizontes 2000
- 21.00 — Zoom
- 21.30 — Espaço Jazz
- 22.25 — Notícias
- 22.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»

Terça 22

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Conheça Melhor
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.30 — «Imaginação da Matéria»: «A Imagem e a Superfície»
- 16.00 — Série: «A Tragédia da Rua das Flores»
- 17.00 — Histórias com Pés e Cabeça
- 17.30 — Ontem Viu?
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Jazz para Todos, de Luís Villas Boas e Duarte Mendonça
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Programa da Direcção de Informação
- 22.15 — Série: «Um César Americano»
- 22.45 — 24 Horas
- 23.10 — Volta à França em Bicicleta

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.10 — Atletismo
- 21.00 — Cinema Português: «Amor de Perdição», real. Manoel de Oliveira (1978)
- Notícias (no intervalo)

Quarta 23

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.05 — Memória de um Povo
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.30 — O Homem Montanhês
- 16.00 — Série: «O Conde de Monte Cristo»
- 17.00 — O Dia-a-Dia
- 17.30 — Ontem Viu?
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Telemundo
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Noite de Cinema: «Sebastian», real. David Greene. (Grã-Bret./1968). Intérpretes: Dick Bogard, Susannah York, Lilli Palmer, John Gielgud
- 23.30 — 24 Horas
- 23.55 — Volta à França em Bicicleta

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Notícias
- 20.10 — Conheça Melhor
- 20.30 — «A Aventura da Arte Moderna»
- 21.30 — Foi Êxito na TV
- 22.20 — Últimas Notícias
- 22.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»



Campeonatos Nacionais de Atletismo - Domingo, RTP-2

RTP2

- 16.30 — Europa TV — Das 19.00 às 20.00, «Il Tabarro», uma das três óperas em um acto que compõem «Il Trittico», de Puccini
- 20.00 — Notícias
- 20.05 — Caminhos do Eterno — Museu de Arte Sacra de Braga
- 20.25 — Série — «Amor e Campaixão», últ. Epis.
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Encontros com... — Luís Madureira, tenor, e Nuno Vieira de Almeida, pianista
- 22.15 — Últimas Notícias
- 22.20 — Telenovela — «Vereda Tropical», 64.º e 65.º Epis.

- 16.30 — O Novo Mundo Selvagem
- 17.00 — Cortejo Europeade
- 17.30 — O Corpo Humano
- 18.05 — Top Disco
- 19.10 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.40 — Boletim Meteorológico
- 20.45 — Aplauso — «As Pointer Sisters em Paris»
- 21.50 — Série — «Dinastia»
- 22.40 — Volta a França em Bicicleta
- 22.50 — Sábado Especial — «Ponto Crítico», real. Hubert Cornfield (EUA/1962), interpr. Sidney Poitier, Peter Falk



Sexta 18

RTP1

- 11.00 — Sumário
- 11.10 — Documentário — Viseu
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical», 71.º Epis.
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 15.00 — Desenhos Animados
- 15.35 — Série — «Espaço Visual»
- 16.00 — Série — «Entre Marido e Mulher»
- 16.30 — O Mar e a Terra — «Natureza Ameaçada»
- 16.55 — Ontem Viu?
- 17.30 — Se Bem me Lembro
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mais Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Recrir o Espaço, 3.º Epis. — «A Cidade em Permanente Evolução»
- 19.50 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.40 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Série — «Alô, Alô»
- 22.00 — Mãtria
- 23.05 — 24 Horas
- 23.30 — Volta a França em Bicicleta

RTP2

- 14.30 — Troféu
- 20.30 — Animação, com selecção e apresentação de Vasco Granja
- 21.00 — Europa TV
- 22.00 — Série — «A Rota da Seda»

Domingo 20

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa Dominical
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.45 — Tempo dos Mais Novos
- 15.25 — Europeade
- 17.00 — Tempo de Circo
- 17.55 — M de Mulher



O «Tour» todos os dias - RTP-1

Cinema A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A África Minha	★★★★	★★★	★★★	★★★	★★★
B O Ano do Dragão	★★★★	★★★	★★★	★★★★	★★
C Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
D Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
E Plenty	★★	—	★	★★	★
F Psico	★★★★	★★★	★★★	—	★★★
G O Romance de Murphy	★★★	—	★	—	★
H Os Salteadores da Arca Perdida	★★★	★★★★	★★★	★★★	★★★
I Viver e Morrer em L.A.	★★	—	★	—	★

- A — Real. Sidney Pollack — S. Jorge/2 (14.15, 17.30, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Michael Cimino — Amoreiras/2 (13.45, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- C — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese — Estúdio 444 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30), Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Fred Schepisi — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15), Lisboa; Foco (14.15, 16.30, 18.45, 21.30), S. João (15.15, 18.15, 21.30) — Porto.
- F — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- G — Real. Martin Ritt — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- H — Real. Steven Spielberg — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- I — Real. William Friedkin — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Classificação de * a *****

Teatro O Cartaz

LISBOA

A Barraca — R. Alexandre Herculano. De 3.ª a dom./21.30, sáb. e dom./16.00.
Calamity Jane, adapt. e encen. Hélder Costa, intérp. Maria do Céu Guerra.
CAM — Sala Polivalente, Fundação Gulbenkian, Dias 17 e 18/18.30; dia 20/15.00.
O Fim, de António Patrício, enc. Jorge Listopad — Ciclo «Retorno à Tragédia».
Nac. D. Maria II, Rossio. Mãe Coragem e os seus Filhos. De 3.ª a sáb./21.30, dom./16.00. De Ber-

told Brecht, encen. João Lourenço — Comp. Nac. de Teatro — Novo Grupo (até 27/7).
Rex, R. da Palma/Às 21.45 excepto 4.ª feira; sáb. e dom./16.00. **A Seveira**, de Júlio Dantas, encen. Herlander Peyroteo — Primeiro Acto — Clube de Teatro de Algés.
Sala do CCD do Banco Borges & Irmão, R. S. José, 31. Só às 2.ª/18.00. **O Consultório**, de Augusto Sobral, enc. José Gil.
Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 4.ª a sáb. às 21.30; dom., 16.00. **Volpone**, de

Ben Jonson, adapt. e enc. de Norberto Barroca, pelo **Novo Grupo** (até 27/7).
Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30. Dom. às 17.00. **Avareza, Luxúria e Morte n' Arena Ibérica**, de Ramon del Valle-Inclán, encen. Blanco Gil.
Teatro do Século, Rua do Século, 41. De 4.ª a sáb./21.45, dom. 18.30. **Os Negros**, de Jean Genet, enc. Rogério de Carvalho.
Variedades, Pq. Mayer. De 5.ª a 3.ª/21.45, sáb./16.00.
Um Coronel em Dois Actos, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

Para Crianças

LISBOA

Casa dos Tabuenses, Rua dos Poiais de S. Bento, 75. Dom./16.30. **A Rua dos Fantasmas**, de Javier Villafañe, enc. de Adolfo Gutkin, pelo

Grupo Maizum. Padrão dos Descobrimentos, Belém. Sáb./18.00, dom./11.00. **Fecha os Olhos... Entra na História**, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

uma casa para a PAZ

PORTO

Casa do Infante, R. da Alfândega. De 3.ª a dom./22.00, até 20/7. **Pirolhos e Actores**, de Sanchis Sinisterra, dir. de enc. Castro Guedes — TEAR.

SETÚBAL

TAS-Teatro de Animação de Setúbal. De 5.ª a dom./21.30. **Alves e Companhia**. De Eça de Queiroz, adaptação e enc. Fernando Gomes.

Dança

A Companhia de Dança de Lisboa dirigida por Rui Horta prossegue — só até domingo — a série de espectáculos que tem vindo a apresentar no Anfiteatro ao Ar Livre do ACARTE — Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte da Fundação Gulbenkian.

O cenário — e o bom tempo — tornam-nos agora particularmente apetecíveis. Os espectáculos são às 22 horas, e as bilheteiras abrem às 10 da manhã. O preço dos bilhetes é de

Festas de Loures

As Festas do Concelho, habitualmente ricas de convívio, solidariedade e manifestações culturais, são mesmo «de gala», este ano, centenário do município, com grandes espectáculos a que muita gente vai decerto querer assistir. Vejam só, e só esta semana:

Dia 18, 21.30 — **Júlio Pereira**, em Sacavém.
 No mesmo dia e hora, no Rincun Municipal de Loures — **Banda da GNR**.
 Dia 19, 21.30 — **Os Trovante** no Rincun Municipal e **Festival de Folclore Saloio** em Bucelas.
 Dia 20, 21.30 — **Grupo de António Pinho Vargas** no Rincun/Loures.
 Dia 21, 21.30 — **Ronda dos 4 Caminhos** no mesmo local.
 Dia 23, 21.30 — **Banda da Força Aérea**, também no Rincun/Loures.
 ... E para a semana há mais, que a Festa só acaba a 27...

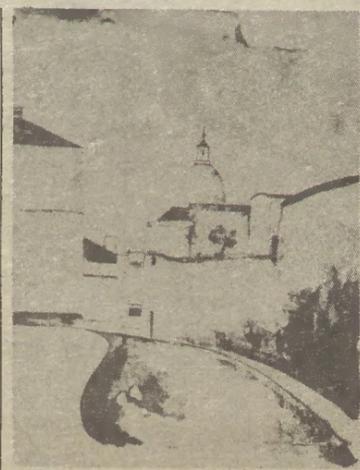
ABC Cine-Clube

É exibido esta semana o último filme incluído no ciclo dedicado ao actor Humphrey Bogart que o ABC programou para Julho. Trata-se de **A Rainha Africana**, interpretado também por Katherine Hepburn e realizado em 1951 por John Huston. Para sócios

(e não-sócios, pagando um pouco mais), amanhã, sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444.
 Como é habitual, o ABC Cine-Clube de Lisboa suspende a sua actividade no mês de Agosto, mas recomeçará na segunda quinzena de Setembro. Até lá, o leitor vai ter tempo de pensar as vantagens de ser sócio, se acaso ainda o não é: o ABC tem uma actividade regular, (exibindo pelo menos um filme por semana) pautada pela qualidade — e é barato. Mas será mais e melhor quantos mais sócios (e colaboradores) tiver. Tem sede na R. Conde Redondo, 20, 3.ª-D.º — 1100 Lisboa.

Teatro

Nesta área, abundam as iniciativas. Por um lado, a **III Festa de Teatro de Almada**, com grupos de todo o país e em vários palcos, privilegiando embora o espaço pequeno mas primoroso que é o Pátio do Prior do Cra-



Nikias Skapinakis

Cartazes do Festival de Cinema da Figueira da Foz. Gal. Cervejaria Trindade, R. Nova da Trindade (até 20/7).
Carlos Canhão, pintura. Codlivro, Praceta Dr. Nuno Pinheiro Torres, 2-A. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 24/7).
Catarina Castro Freira, desenho e pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 18/7).
Colectiva de desenho. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00 (até 2/8).
Colectiva de pintura (Dário Alves, Isabel Garcia, João Nascimento). Livr. Bertrand, R. Garrett, De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.00.
Corela — Livros, fotografias e artesanato da República Popular da Coreia. Anfiteatro da Biblioteca Nacional.
Cruzeiro Selxas, pintura. Gal. A Janela Verde, R. Olival, 9. De 2.ª a 6.ª/13.00 às 20.00 (até 17/7).
David Silverberg, gravura. Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4-r/c.
Design, trabalhos de alunos e professores da ESBAL. Na ESBAL, Chiado (até 18/7).
Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.
Fotografia, «A Cidade de Lisboa», colectiva. Mosteiro dos Jerónimos, Pr. do Império. Das 08.00 às 20.00 (até 27/7).
Gente de Palco-II Acto-Desenho Teatral. Museu Nacional do Traje, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. Das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00; dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 18.00.
Gracinda Candelas, pintura. Gal.

Quadrup, R. Alberto Oliveira, 52 (Coruchéus). De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00.
«Gravura Hoje», colectiva de obra gráfica: Cargaleiro, Carmo, Cutileiro, Pescada, Hoggan, Guimarães, outros. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00 (até 19/7).
Fotografia Contemporânea, colectiva (internac.). Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª-D.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00.
Jean Campinhe, escultura em pedra. AR.CO, R. Santiago, 18. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00.
Joana Rosa, desenhos. Gal. Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 20/7).
Maria Teresa Folia, Atelier 15, R. Freitas Gazul. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00; sáb./15.00 às 19.00 (até 30/7).

Martins Correia, escultura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167. De 2.ª a sáb./12.00 às 20.00.
Mena Brito, pintura. Centro de Dança, Av. João Crisóstomo, 6. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até Setembro).
«Mercados de Lisboa», fotografia. Gal. do «Diário de Notícias» — Chiado. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00.
Paula Korsko, pintura. Clube dos Sargentos da Armada, Lg. Trindade Coelho, 21-2.º. Das 12.00 às 22.00 (até 18/7).
Paulo Ossião, pintura (aguarelas). Gal. R75, R. Castilho, 75-C. De 2.ª a sáb./14.00 às 19.00 (até 30/7).
Roland Laboye (França), fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 20.00 (até 25/7).
Rui Chafes, escultura. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48.
Sam, escultura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 19.30 (até 17/7).
Tapeçaria de Portalegre, segundo car-

tões de pintores portugueses, Hotel Méridien, R. Castilho (até 31/8).
Teresa Balté, pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.º. De 3.ª a 6.ª/17.30 às 20.30.
Colectiva de pintura e escultura (Ana Vidigal, Ilda David, Paula Rego, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal, Vítor Costa, Manuel Rosa, Xana). Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 15/8) PORTO.
Eduardo Batarata, pintura 1985-86. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246. De 2.ª a 6.ª/15.00 às 20.00 (até 18/7) PORTO.
Instrumentos Musicais Populares. No Centro de Artes Tradicionais do Porto, organizada pelo Museu de Etnologia. De 3.ª a dom./10.30 às 19.00 (até Setembro) PORTO.
Isabel Laginhas, pintura. Galeria EG, R. do Crato, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30. PORTO
Sonia Delaunay e Francis Smith, pintura. Gal. Nasoni, R. Gal. Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.30 às 12.30 e 15.30 às 19.30; sáb./15.30 às 19.30 (até 23/7) PORTO.
Colectiva de escultura e pintura de alunos da ESBAL. Gal. Municipal. AMADORA Günter Grass — «A Ra-

tazana», desenho, pintura, escultura. Centro Cultural de S. Lourenço (até 25/7) ALMANSIL.
Isabel Neves, tapeçaria. Gal. de Exposições das Arcadas do Parque ESTORIL.
Carlos Alberto Ferrão, desenho. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 17.30, sáb. e dom./13.00 às 19.00 (até 25/7) Posto de Turismo MONTEMOR-O-NOVO
Isabel Pomba, pintura. Das 10.00 às 22.00 (até 27/7) Pousada do Castelo PALMELA
D. Pedro IV (Pedro I do Brasil) — Sua época (até 30/9). Palácio Nacional QUELUZ.
Vida e Obra do escritor Manuel da Fonseca. Até 15/8, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.
Adão Rodrigues e Lúcio, desenho, gravura, pintura. Casa de Bocage/Gal. de Artes Visuais, R. Edmond Bartissol. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00; sáb. e dom./15.00 às 19.00 (até 2/8) SETÚBAL
Eduarda Prudêncio, cerâmica, **Ribeiro Farinha**, desenho; **Colectiva** de pintura. Gal. Cetária, Pousada de S. Filipe, até 18/7, SETÚBAL.
Matos Cardoso, pintura. De 3.ª a dom./9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.00 (até 30/8). Gal. de Exposições Temporárias, Museu de SETÚBAL



Matos Cardoso

...e ainda

Música, debates, etc.

to. Espectáculos diferentes durante toda esta semana, a prolongar-se pela próxima.
 A iniciativa é da CM de Almada em cooperação com a C.ª de Teatro de Almada-Grupo de Campolide.
O 11.º Festival de Teatro de Setúbal termina no sábado.
 Até lá:
 Hoje, nos Claustros, 21.30, **A Farsa de Inês Pereira**, de Gil Vicente, enc. José Peixoto; amanhã, à mesma hora e no mesmo local, **O Capote**, de Gogol, enc. Joaquim Benite; também amanhã, mas no Teatro de Bolso, às 24 horas, **A Mais Baixa das Profissões**, de Boris Vian, enc. Carlos Curto; sábado, 19, no encerramento, igualmente dois espectáculos: no Teatro de Bolso, às 18.30, **Viagem para a Felicidade**, de F.X. Kroetz, enc. Rogério Carvalho, e nos Claustros, às 21.30, **Mário Gin Tónico**, de Mário Henriques Leiria, adapt. e intérp. Mário Viegas.
 Entretanto, estão já apurados os 18 gru-

pos de teatro (de um total de 87 concorrentes de todos os distritos do Continente) que vão disputar de 17 a 27 do corrente mês de Julho em Évora a final do V Festival Sindical de Teatro de Amadores organizado pela CGTP-IP.

Música

Como no teatro, a música: numerosas manifestações, finalmente (é o Verão...) descentralizadas.
 Festivais na Costa do Estoril, no Concelho de Sintra, em Espinho, no Algarve, em Paços de Brandão...
 Com tal «sorte» que até em Lisboa há concertos... E destacamos aqui o que a **Orquestra Sinfónica de Zurich** dará no próximo dia 22, pelas 21.30, nos **Claustros dos Jerónimos**. Dir. do maestro Daniel Schweizer, solista António Saiote (clarinete), obras de Honneger, Heinz Marti, Kurpinsky, Beethoven. O preço, porém: 500\$00.
 Com entrada livre estará o **Opus En-**

semble na Cervejaria Trindade, hoje, 18.30. Com Obras de Vitorino de Almeida e Weber, entre outros.
 A pedir sublinhado, o concerto de homenagem a **Emil Pujol** Festival da Costa do Estoril) pelo guitarrista espanhol **Alberto Ponce**. Hoje, às 21.30, no Gil Vicente de Cascais, com bilhetes a 350\$00.
 Mas em razão de um ou outro dos citados festivais, música boa e ao vivo chega também a Almansil, Colares, Sintra ou Queluz, a Leiria, Paços de Brandão (amanhã, a orquestra da RDP-Porto, no sábado o Quinteto Flamen) ou mesmo Alcáideche, onde o Coro Gulbenkian dará um concerto no sábado, 18.30, na Quinta Penha Longa.
 Vale a pena estar atento em cada terra. Quem sabe?...

E depois, há **Trovante em Seta** no domingo; **Manuel Freire** na 2.ª-feira, em Viana do Castelo e já amanhã em Beja. Por exemplo.

Tempo Fim de Semana



Em todo o território do Continente, e segundo a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica: céu geralmente limpo, vento fraco a moderado de nordeste.

a TV

Dinastia: chata, comprida e má

A produção estrangeira aí está, à grande e à francesa, perdão!, à grande e à americana.

Evidentemente, ninguém advogaria uma televisão de costas voltadas para o mundo. Isso é uma coisa, outra coisa, é uma televisão exclusivamente, ou quase, ao serviço da produção estrangeira. A RTP, tal como se apresenta hoje, não é um centro de produção nacional: pouco mais é do que uma simples intermediária da produção internacional, com evidência para os Estados Unidos.

Com pormenores francamente desgostantes, como é o caso dessa intragável dose que dá pelo nome de **Dinastia**.

Trata-se de um folhetim semanal que surgiu como resposta concorrencial a **Dallas**, de triste memória. Nele, vale tudo, desde a traição ao incesto. A publicidade de **Dinastia** põe a tónica no facto de ser uma história **onde ninguém se salva**, onde tudo é mau, canalha, vampiro. O principal actor deste folhetim foi ao ponto de dizer que nunca permitiria que filho seu o visse.

Pois sucede isto: enquanto a TV espanhola o transmite de manhã, para um público restrito, e quando as crianças estão na escola, a Televisão portuguesa atira-a para uma hora de grande audiência!

Chata e comprida, com todos os rodriguiños e narizes de cera da produção americana, **Dinastia** sofre um processo de rejeição da audiência portuguesa, digno de registo.

Com os carrascos não se brinca

Mas nem todas as americanices nos vêm da América. A Inglaterra também leva culpas no cartório.

Refiro-me a **Alô! Alô!** uma história, melhor, uma palhaçada no cenário da Resistência francesa contra o ocupante nazi.

Na história inglesa, não se trata propriamente de nazismo, fascismo, fuzilamento de reféns, fornos crematórios, etc., etc. Nada disso. É tudo mais ou menos boa gente, claro com os problemas inerentes a uma situação de guerra, enfim, uma guerra amena, sorridente, cheia de «gags» hilariantes. Vê-se perfeitamente que aquilo não é uma guerra entre ideologias, formas de entender a vida e a sociedade. Não. Que ideia! Aquilo cheira muito a equívoco, que diabo, afinal podiam todos dar-se tão bem...

Este é um género de humor que não encontraria a menor receptividade entre aqueles povos, aquelas pessoas (o povo soviético e outros povos invadidos, os judeus, etc., etc.) que sofreram na carne e na alma o horror nazi, em toda a sua brutalidade. **Alô! Alô!** é uma ofensa aos 75 mil comunistas franceses fuzilados, ao povo inglês que sofreu tão pesados bombardeamentos.

Estamos perante uma operação de branqueamento do nazismo: a guerra fica descarnada, esvaziada do seu significado mais profundo. Os carrascos, os torcionários tornam-se infantis, ingénuos, neutros e, de tão brancos, inofensivos.

Repugnante é a palavra com que vamos encerrar esta nota.

Afinal, há qualidade na produção nacional

Tem-se falado muito na possibilidade de se vir a intensificar a produção nacional. É urgente que tal venha a dar-se.

Houve quem argumentasse que a produção nacional não possuía qualidade que satisfizesse a audiência.

Que tal não correspondia à verdade vê-se plenamente com a repetição de algumas séries — e que se verificou apenas porque a RTP teve necessidade de preencher a criação de mais espaço nos programas de Verão.

Referirei, em particular, os casos de **Zé Gato** e **Retalhos da Vida de um Médico**. Apesar de produzidos há já alguns anos, o seu interesse permanece — e não há melhor prova da sua qualidade.

E lembrar-se a gente de que a RTP cortou a possibilidade de uma segunda série dos **Retalhos**...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

A SPQG

Após fatigantes serões passados em redor das suas bolas de cristal da Virgínia, dezenas de membros do SPQG — «Sociedade das Previsões de Que Gostamos» — conseguiram ver em simultâneo o futuro do povo português: bipolarização com alternância!

A «bipolarização» que eles querem...

«A era dos economistas parece ter chegado, definitivamente, à sociedade portuguesa, já que a «bipolarização» que se prepara para Outubro irá ter como personagens centrais Aníbal Cavaco Silva e Vítor Constâncio, o novo líder socialista.

É, aliás, notória a preocupação destes dois economistas/políticos de se preparem — bem como às suas hostes — para o embate após o Verão. Assim, enquanto a nível do executivo se preparam várias medidas como a implementação de um programa de Obras Públicas e a entrega do Orçamento de 87 atempadamente (o que é uma verdadeira raridade nos anos dos pós-25 de Abril), Vítor Constâncio está firmemente decidido a ser uma «oposição a sério», e começou já a tomar medidas. A reunião desta semana do sucessor de Soares com o grupo parlamentar PS destinou-se, obviamente, a informar que os tempos das indecisões (tão ao gosto dos soaristas) estavam prestes a acabar.

Basicamente, Constâncio tenciona polarizar a oposição em torno da Assembleia, prevendo que o PS estará de novo «maduro» para eleições legislativas em finais de 87.»

(Eva Cabral, «Correia da Manhã», 14 de Julho)

Não é a alternativa democrática

«Em resumo e encurtando descrições, a «alternância» consistiria numa espécie de «escala de serviço» que o eleitorado atribuiria, ora ao PSD ora ao PS, para, durante os anos vindouros, se revezarem no exercício do governo em Portugal.

Uns — como M.J. Homem de Melo — decretam que a «alternância» deverá «(...) significar que os espaços políticos da direita e da esquerda sejam progressivamente ocupados cada um por um só partido: à direita o PSD, à esquerda o PS (...)» e isto para que «(...) o PCP deixe de ser um anacronismo inadmissível no selo da Europa livre e comunitária».

J.M. Júdice, por sua vez, brandindo a sua conhecida «importação adaptativa» do

«arco constitucional» «dispar» em favor da «alternância» — algumas das suas reagentes «flechas» inconstitucionais. Segundo ele «os dois partidos (isto é o PSD e o PS) devem sem complexos, analisar tudo o que pode ser feito no interesse de ambos (...)» como é o caso clássico da alteração da lei eleitoral (...). Ou seja — segundo Júdice, como o eleitorado em dez actos eleitorais diferentes ocorridos nos últimos onze anos não quis bipolarizar as suas opções então há que inventar uma lei «eleitoral» que bipolarize o eleitorado, isto é, que favoreça escandalosamente e ao arripio de qualquer proporcionalidade democrática dois partidos — o PS e o PSD — contra os restantes.

O próprio Vítor Constâncio, na sua entrevista ao programa televisivo «Actual» — embora distanciando-se de algumas das visões mais administrativas e promíscuas da «alternância» (nomeadamente pondo de parte a colaboração do PS num projecto de alteração da lei eleitoral que pusesse em causa o princípio da proporcionalidade) — assume, entretanto, a substância do projecto defendendo que ao «conservador» (hoje liderado pelo PSD) se deve contrapor, não o campo democrático no seu conjunto mas apenas o PS, a que atribui uma função e vocação hegemónicas no campo democrático, que, para além de outras razões, é desmentida pela real correlação de forças testada e evidenciada por três vezes nos últimos dez meses.

(...)
E a situação no campo democrático é que — ao contrário do que sucede no chamado «bloco conservador» há três grandes partidos e não apenas um com uma importante implantação política, social e eleitoral.

(...)
Aliás, a evocação da 2.ª volta das presidenciais é um bom exemplo a reter e uma boa lição a colher sobre a inviabilidade e o irrealismo do projecto de alternativa ao «bloco conservador» baseado unicamente no PS. É que, levada às suas consequências práticas na 2.ª volta das presidenciais, o projecto da «alternância» teria levado a uma esmagadora vitória eleitoral de Felgas do Amaral pois que, como se tornou patente na 1.ª volta, o PS e a candidatura do seu então secretário-geral, não conseguiram ultrapassar os 25%.

(...)
Compreende-se bem que M. Rebelo de Sousa, Júdice e ou-

tros analistas e epígonos de direita — perante o previsível fracasso do seu Governo e da sua política (aliás admitido crescentemente em vários sectores da sua própria base de apoio) produzam, desde já, «teoria» e «doutrina» visando bloquear, inibir e inviabilizar uma verdadeira alternativa democrática à equipa de Cavaco Silva.

Nos escritos destes acrisolados porta-vozes do dito «bloco conservador», a «alternância» é um colete de salvação de que, uma vez mais, procuram munir-se quando antevêm a possibilidade de o PSD e a sua política — ao fim de oito anos de ininterrupta presença no governo e do falhanço de todas as soluções governativas que promoveram — virem finalmente a ser afastados das áreas de decisão governamental.

Mas é, não só surpreendente, como não se pode compreender que um partido democrático com as responsabilidades do PS, corra atrás do engodo, assumindo uma postura de arrogância em relação aos outros partidos da área social (e política, acrescentamos nós) em que, o próprio PS diz querer assentar a construção de uma alternativa ao actual Governo.

Uma simples e óbvia comparação parece poder esclarecer definitivamente a diferença de posturas no campo democrático sobre esta questão: nem o PCP, nem que se saiba o PRD, nem qualquer democrata com os pés assentes na terra contesta, dispensa, ou subestima a participação e contribuição do PS (com uma política democrática) numa solução política e institucional alternativa ao governo minoritário de direita.

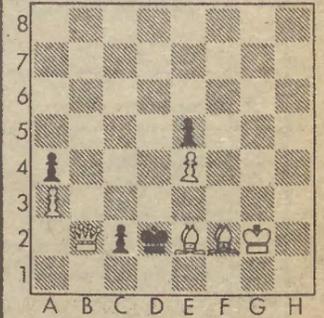
E, isto, não só por uma questão de realismo que a correlação de forças e a influência relativa de cada partido democrático aconselha, mas também pela compreensão aguda e profunda de que a solução dos gravíssimos problemas nacionais e a instantânea exigência da efectiva modernização, desenvolvimento e progresso do país (tendo como centro a melhoria das condições de vida dos portugueses e como base fundamental e inquestionável o regime democrático e constitucional) reclama, não a discriminação de forças e energias com indiscutível representatividade social e política, mas pelo contrário, a sua mais vasta congregação, convergência e activa mobilização na busca de uma alternativa democrática ao Governo e à política actual.

Muito fica por dizer sobre a «alternância». Sempre no quadro do debate de ideias, não faltarão ocasiões de voltar ao assunto.»

V.P. Moraes, «o diário», 13 de Julho

Xadrez

LX - 17 de Julho de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 60
Por: J. Korponai
2.º recomendado
Concurso de Merediths
«Express Wieczorny», 1954
Pr. (4): Ps. a4,c2,e5-Rd2



Br. (6): Ps. a3,b4-Bs. e2,f2-Db2-Rg2
Mate em dois lances

JOGO N.º 60

Br. A. Karpov

Pr. B. Spassky
1. e4,e5; 2. Cf3,Cg6; 3. Bb5,g6; 4. c3,a6; 5. Ba4,d6; 6. d4,Bd7; 7. O-O,Bg7; 8. Td1,Cg6; 9. Bg3,O-O; 10. Cbd2,Dd6; 11. Bb3,b6; 12. d:e5,d:e5; 13. Cg4,Rh8; 14. Dc1,Bg4; 15. Cg5,h6; 16. h3,Bd7; 17. Cf3,Rh7; 18. a4,f5; 19. e:f5,g:f5; 20. Cf:e5; 21. C:e5,B:e5; 22. B:h6,Dd6; 23. Dg5,Dg6; 24. T:e7+; 25. D:e7+; 26. D:f7; 27. D:g7,Ta6; 28. Td1,Tf6; 29. Rh2,a5; 30. Td4,Tf6; 31. Td7,Tc6; 32. D:e5,D:f6; 33. Dd5,Tc5; 34. D:e4 e as Pretas abandonam.

SOLUÇÃO DO LX

Chave: 1. Db5! Bloqueio!
1. ...g1=D ou T ou B; 2. Dd3 mate
1. ...g1=C; 2. Db2 mate (switchback)
1. ...Rg1; 2. Bg3 mate
1. ...Rc3; 2. Db4 mate

A. de M.M.

Damas

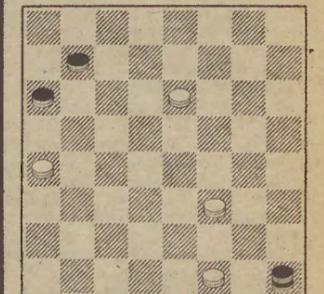
LX - 17 de Julho de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 60

Por: Albino Luis David - Almeirim
«Estratégia Damista» n.º 5/Nov./45

Pr.: (1)-24-28

Br.: 2-10-16-22



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 60

Campeonato Nacional - Apuramento
Almada, 20/4/86

Br.: Jorge G. Fernandes

Pr.: Jorge Ferreira

(Jogo n.º 3)

1. 12-16, 22-18; 2. 10-13, 26-22; 3. 7-12, 23-20; 4. 16-23, 28-19; 5. 11-15, 32-28; 6. 13-17, 29-26; 7. 6-10, 28-23; 8. 10-13, 23-20; 9. 5-10, 20-11; 10. 12-15, 19-12; 11. 8-15, 18-14; 12. 10-19, 24-20; 13. 15-24, 22-15; 14. 3-7, 26-22; 15. 7-14, 22-18; 16. 17-26, 30-21; 17. 13-22, 27-11; 18. 9-13, 21-17; 19. 13-18, 15-12; 20. 18-22, 12-7; 21. 22-26, 7-3; 22. 26-30, 3-16; 23. 30-26, 25-21; 24. 1-5, 21-18; 25. 2-6, 11-2; 26. 26-21, 2-9; 27. 21-14, 9-22; 28. 14-1, 22-29; 29. 1-32, 16-12; 30. 32-1, 17-13; 31. 1-5, 12-22; 32. 5-14, 13-9; 33. 14-28, 22-12; 34. 28-1, 31-27; 35. 1-32, 12-3; 36. 24-28, 27-23 Empate.

GOLPE N.º 60

Por: James Wyllie/Séc. XIX

1. 10-14, 23-20; 2. 5-10, 20-16; 3. 14-19, 22-15; 4. 12-19, 24-20; 5. 11-14, 20-15; 6. 1-5, 28-24; 7. 9-13, 27-22; 8. 13-17, 31-27; 9. 5-9, 32-28; 10. 10-13, 24-20? Perden! J. Br. G. (Br.: 2-3-4-6-7-8-9-13-14-17-19 Pr.: 15-16-20-21-22-25-26-27-28-29-30 J. Br. G)

SOLUÇÕES DO LX

N.º 60 (ALD): 2-5, 28-23; 22-26, 23-19; 16-20, 24-15; 26-29=D, 19-14; 29-8 e 8-19 e 10-14+
Golpe N.º 60: (JW): 11. 14-18, 21-14; 12. 6-11, 15-6; 13. 2-18, 22-15; 14. 18-21 e 13:31=D+.

A. de M. M.

Trabalho e desenvolvimento no Portugal de Abril



10.ª Conferência comprova

Reforma Agrária está viva e sem ela não há desenvolvimento



Évora — 12 e 13 de Julho de 1986

● Evidenciada falência da política de direita

Animados pela convicção profunda de que a Reforma Agrária constitui uma realidade de Portugal democrático com um papel essencial e insubstituível quer ao desenvolvimento da agricultura quer ao próprio regime, os participantes da 10.ª Conferência manifestaram no último domingo, em Évora, após um intenso e prolongado debate iniciado na véspera, a sua disponibilidade total para prosseguir a luta em defesa da Reforma Agrária e a sua inabalável confiança de que, pese embora os ataques, as ameaças e as ilegalidades de toda a ordem, acabará por impor-se e sair vitoriosa, definitivamente, esta conquista da revolução de Abril.

Acontecimento de alcance nacional e único no quadro da discussão dos problemas com que se defronta a nossa agricultura — recorde-se que não há nenhuma outra iniciativa do género, promovida por entidades oficiais ou particulares, que proceda anualmente a um levantamento tão sério, rigoroso e exaustivo da problemática agrícola, designadamente no Sul do País — a 10.ª Conferência da Reforma Agrária permitiu uma vez mais, brilhantemente, definir a situação actual, recensear os problemas e traçar com clareza a política necessária e os objectivos e tarefas a cumprir.

Foi, pois, em ambiente de grande combatividade e entusiasmo, serena mas firmemente, que os cerca de 1700 delegados, ao longo de 68 intervenções que preencheram doze horas de trabalho, analisaram detalhadamente os aspectos relativos à **organização, gestão e quadros** das suas UCPs/Cooperativas; às formas de **melhorar a produção** tendo em vista contribuir para a resolução do problema alimentar; à **luta por melhores condições de vida** e em defesa da Reforma Agrária; e, por último, à questão da **alternativa democrática** — problema central que os delegados apreciaram atenta e demoradamente —, alternativa que viabilize uma política e um governo democráticos que retome o caminho de desenvolvimento iniciado com o 25 de Abril.

Mas quais foram, então, as principais conclusões e ensinamentos a retirar desta 10.ª Conferência, este ano realizada sob o lema

«Trabalho e Desenvolvimento no Portugal de Abril»? Uma primeira grande conclusão, desta Conferência como nos dizia já no final dos trabalhos, António Murteira, engenheiro técnico agrário e um dos membros da sua comissão organizadora, é de que há soluções para os problemas agrícolas, estamos em condições de num prazo curto — com os trabalhadores agrícolas, com os agricultores e com um governo democrático que os apoie — resolvermos as graves dificuldades com que se defronta a agricultura, designadamente nos campos do Alentejo e Ribatejo.

Um segundo aspecto que os trabalhos trataram de demonstrar vigorosa e inequivocamente é o fracasso da política de recuperação e reconstituição dos latifúndios, das fundações e das grandes empresas capitalistas seguida ao longo destes dez anos (política responsável pela crise económica e social que se vive nos campos), pelo que a insistência no prosseguimento de uma tal política, como o Governo de Cavaco está a fazer, terá como consequência inevitável o prolongar do atraso da economia e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Em contraste com os resultados desastrosos desta política de direita, a 10.ª Conferência demonstrou, por seu turno, com dados de indiscutível credibilidade — refira-se a propósito o extraordinário trabalho que antecedeu a Conferência no decorrer do qual foram efectua-

das mais de 200 reuniões e plenários em que participaram cerca de cinco mil trabalhadores, agricultores e técnicos e se procedeu à realização de 243 inquéritos a unidades agrícolas que cobrem quase 85 por cento das terras na posse dos trabalhadores — as enormes potencialidades das UCPs/Cooperativas, a superioridade da sua organização e gestão democrática, e concluiu que para as condições concretas de natureza económica, social, política e climática daquela região, e dentro do quadro do regime democrático saído do 25 de Abril, não há alternativa à Reforma Agrária para o desenvolvimento da agricultura nos campos do Sul.

Para quem teve a oportunidade de assistir aos trabalhos, certamente não passou despercebido, por outro lado, a extraordinária vontade e determinação manifestados pelos participantes de continuarem a trabalhar e a produzir bem como de prosseguirem a luta com redobrado vigor não apenas para defender as terras, máquinas e outros bens actualmente na posse das unidades de produção, mas também para liquidar o latifúndio e realizar completamente a Reforma Agrária, aspiração suprema do heróico proletariado rural do Alentejo e Ribatejo.

No decorrer dos trabalhos, marcados por muita fraternidade e calor humano, foi ainda visível a ideia firme que percorre as gentes do Sul de que existe uma alternativa democrática para a política actual, convicção assente no facto reconhecidamente aceite de que as forças democráticas são mais fortes do que a reacção, razão pela qual muitos oradores sublinharam a necessidade e a urgência da sua cooperação, entendimento e convergência.

Num momento de grave crise em todas as áreas da vida, hoje extensível à generalidade dos países capitalistas, importa ainda sublinhar o empenhamento evidenciado e a mensagem de esperança e solidariedade oferecida pelos trabalhadores agrícolas, pelos agricultores e técnicos presentes nesta 10.ª Conferência de, pelas suas próprias mãos, serem capazes de construir uma nova sociedade, mais justa e livre, a qual, obviamente, não dispensa, antes exige, a realização plena da Reforma Agrária.

FIDEL e a religião

conversas
com Frei Beto

CAMINHO



Crime oficioso

Neste nosso país à beira-mar plantado que o acaso ou a história, consoante as opiniões, fizeram rectângulo, estamos em vias de ficar com um novo símbolo — o círculo. Nada de confusões. Não estamos a pensar no anúncio «circular é viver» ou qualquer outro do género que, pela mão da publicidade, nos entra em casa. Não. O que nos leva a tal conclusão é a constatação do círculo vicioso em que parecem girar os problemas nacionais, mais ao sabor das estações do ano do que da vontade dos homens. Parece.

Há mesmo quem não hesite em falar de fatalidade, forma mais ou menos expedita de fugir às responsabilidades, atirando com as culpas de tudo o que acontece para as costas largas do destino.

Há crise económica? A culpa é da recessão internacional. Há desemprego? A culpa é dos trabalhadores que levam as empresas à falência com as exigências salariais. Há fogos? A culpa é do calor do Verão. Há inundações? A culpa é dos rigores inverniais.

E assim por diante.

Deixemos agora de lado outros exemplos e atentemos apenas no caso dos fogos e das inundações, que ciclicamente ocupam os noticiários nacionais.

Quando chegam as chuvas, as águas sobem nos esgotos entupidos, nas zonas sem escoamento, nas partes velhas das cidades, nas áreas ribeirinhas... Fala-se então de tragédia nacional, apela-se à solidariedade, anunciam-se planos provisórios e definitivos dos organismos responsáveis. Como não há mal que sempre dure, ou porque os planos demoram muito tempo a fazer ou porque as chuvas passam depressa, volta o bom tempo e as inundações caem no esquecimento. Até ao próximo Inverno. Com os fogos sucede o mesmo. Anda toda a gente a suspirar pelo sol e mal se dá por isso já os incêndios invadem as nossas matas e florestas, ameaçam povoações, semeiam a morte.

Começa-se então a falar dos fogos, naturais uns, postos outros. Correm rios de tinta sobre o assunto, gastam-se energias e meios, quando não vidas, anunciam-se projectos preventivos... e fica tudo em águas de bacalhau mal os primeiros pingos recomeçam.

Quadratura do círculo? Não. Exemplo acabado de irresponsabilidade, de incúria e as mais das vezes de negócios muito, mas muito, obscuros.

Não consta nos estudos sobre a população que em Portugal se sofra de qualquer tara particular. Não existem também razões para crer que os pirómanos proliferem por aqui mais do que noutra país.

Então porquê os incêndios?

Para os que têm causas naturais — e a fazer fé nas declarações dos bombeiros não são tantos como isso — a resposta é conhecida. Descuidos inocentes, falta de limpeza dos acessos, deficiências de meios preventivos, falta de meios eficazes para uma pronta intervenção.

Tudo coisas de resolução medianamente fácil, desde que haja, é claro, vontade política para tal.

O pior é que não há. E assim se chega aos outros fogos que vão devastando o País, detruindo uma riqueza nacional que não é fácil recuperar.

Sabe-se dos negócios chorudos de madeireiros à custa de florestas queimadas, compradas ao preço da uva mijona e aproveitadinhas sem prejuízo e a bom preço.

Mas não é só isso, de resto fácil de liquidar com a simples aprovação de uma lei sobre o assunto. O problema agora é outro. Quem atea os fogos recebe dinheiro de alguém, mas não sabe porquê.

A entrada na CEE, que parece ter passado a dominar toda a vida nacional, entra também nesta história. Com os eucaliptos, essa espécie que nos aconselham a espalhar por todo o lado. Os amigos comunitários não gostam deles nos respectivos países pelos estragos que provocam, mas precisam muito deles para a indústria de celulose, que como polui também querem fora de portas. Ou seja, em Portugal. Arde um pinhal? Plantam-se eucaliptos. O governo vai garantindo que o problema está em vias de resolução, que não tarda nada acabam-se os incêndios ou começa a chuva ou chegam os eucaliptos.

Afinal, parece que não é uma fatalidade. E se lhe chamássemos crime oficioso?

■ A. F.

Terra

Debate revela disposição firme de defender UCPs/Cooperativas

● 1700 delegados mostram que há soluções

Nos trabalhos da 10.^a Conferência, realizada nos passados dias 12 e 13 de Julho, participaram 1744 delegados (eleitos ao longo de um amplo e intenso trabalho preparatório durante o qual se efectuaram mais de 200 reuniões) e mais de 800 convidados, entre os quais se encontravam representantes do movimento sindical, do Poder Local democrático, estruturas dos movimentos camponês e popular como a CRARA, MURPI, URAP e CBS.

Assistiram igualmente, como convidados, representações do Estado-Maior General das Forças Armadas, do Supremo Tribunal Administrativo, da Assembleia da República, do PCP, PS, MDP e PRD, para além de representantes do MDM, da JCP e ainda muitos outros democratas, destacadas figuras da vida política, científica e cultural do País.

Durante as doze horas que ocuparam os trabalhos da Conferência foram recebidas 117 moções, saudações e telegramas de organizações de todo o tipo, volume que expressa bem o interesse e a solidariedade que suscita a Reforma Agrária junto dos trabalhadores e dos democratas de todo o País.

Divididos por cinco sessões, os trabalhos da Conferência iniciaram-se com a aprovação do seu regulamento a que se seguiu uma saudação de abertura proferida por Francisco Caeiro e a apresentação por José Luís, da UCP «1.^o de Maio», de um resumo do Balanço efectuado durante o trabalho preparatório.

Dias contados

A introdução do primeiro tema esteve a cargo de António Murteira, membro da Comissão Organizadora, que concluiu a sua intervenção salientando que no dia em que o povo trabalhador consiga fazer compreender às forças democráticas que o caminho justo é o da unidade e convergência de todos os democratas, «nesse dia — sublinhou — não só o Governo Cavaco Silva como todos os governos de direita terão os dias contados, como será então possível um governo com uma política democrática e Portugal verá assegurada uma via de desenvolvimento, ao serviço do povo, no quadro do regime democrático, saído da gloriosa Revolução do 25 de Abril».

«Melhorar a produção nas UCP's/Cooperativas; contribuir para a resolução do problema alimentar», segundo tema posto à discussão dos delegados, ocupou uma parte dos trabalhos de sábado após uma intervenção de introdução efectuada por Arquímio Mocinho, técnico agrícola da «Fusão das Cooperativas da Volta do Vale».

Depois de referir alguns dos aspectos mais gravosos da ofensiva e de salientar alguns exemplos elucidativos da superioridade da Reforma Agrária relativamente ao latifúndio, o orador enumerou algumas matérias que importa melhorar, designadamente a intensificação agro-pe-

cuária, o aumento do cultivo de forragens, a redução das áreas de pousio nas rotações tradicionais de sequeiro, o melhoramento de algumas pastagens naturais, os cuidados a ter no cultivo de cereais, uma adequada e racional utilização da água e do solo e ainda a melhoria das técnicas culturais e do maneio dos gados.

Proporções criminosas

A apresentação do terceiro tema que ocupou a atenção dos delegados — «Organização, gestão e quadros nas UCP's/Cooperativas» —, preenchendo o resto do primeiro dia de trabalhos, pertenceu a Lino de Carvalho, técnico de contas e membro do Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora.

Analisando detalhadamente cada um destes aspectos, desde os quadros à situação financeira das unidades de produção passando pelo seu funcionamento e vida democrática, Lino de Carvalho concluiu que «conseguiremos encontrar os meios e as forças suficientes que nos permitam defender e prosseguir em frente com a Reforma Agrária e superar as dificuldades hoje existentes que, no fundamental, resultam da prolongada política de destruição e asfixia financeira que assume proporções não só escandalosas como criminosas».

No domingo, a Conferência retomaria os seus trabalhos com uma intervenção de Francisco



Évora — 12 e 13 de Julho de 1986

Caixinha, dirigente do Sindicato Agrícola de Beja a quem coube iniciar a discussão do quarto tema — «Os trabalhadores agrícolas do Sul em luta por melhores condições de vida e em defesa da Reforma Agrária».

Tal como os anteriores, este tema suscitou o interesse dos presentes e esteve na origem de acaloradas e interessantes intervenções, situação bem diversa da que alguns órgãos de comunicação — que normalmente primam ora pelo silêncio cúmplice ora pela filtragem deformada — apelidaram de «monótono».

No seu discurso, aquele dirigente sindical lembrou que o desemprego não é uma fatalidade e salientou que para acabar com esta situação é necessário, nomeadamente, para além de uma nova política, «acabar com as terras abandonadas; respeitar, consolidar e desenvolver a Reforma Agrária, avançar com os projectos de desenvolvimento da região».

Após a leitura das conclusões — que mereceram a aprovação unânime dos delegados — coube a António Murteira encerrar os trabalhos com uma entusiástica intervenção durante a qual o orador evidenciou os aspectos mais relevantes desta 10.^a Conferência a que se seguiu, perante a emoção e a surpresa dos presentes, uma pequena mostra da cultura popular alentejana com o desfile de grupos corais em frente à tribuna, os quais, momentos antes, haviam percorrido as principais ruas da histórica cidade.

Um rol monstruoso

Roubos atingem os 30 milhões

Fazer a história ou proceder a um balanço do que foi e representou a ofensiva de sucessivos governos ao longo destes dez anos constitui um libelo acusatório do que tem sido e é a política de direita e a quem ela tem servido e serve, um rol monstruoso de ilegalidades, crimes, roubos, prepotência e corrupção, nalguns casos quase inenarráveis, numa dimensão tal de fazer morrer de vergonha — se acaso a tivessem — quem os praticou e de deixar perplexo, apreensivo ou, no mínimo, alerta qualquer democrata, sobretudo se atendermos a que foram praticados num regime democrático, como o nosso, saído da Revolução libertadora de Abril.

30 milhões de contos, eis a quanto se eleva a soma brutal do conjunto de bens e investimentos roubados à Reforma Agrária por força de uma política apostada na estagnação, no atraso, na reconstrução do caduco latifúndio.

Os números, facilmente comprováveis (se pecam é por defeito), enunciados da tribuna da 10.^a Conferência, falam por si:

— Mais de 720 mil hectares de terras, das quais cerca de 90 por cento estão em poder dos agrários (muitos desses milhares abandonados ou subaproveitados) roubados às UCP's/Cooperativas;

— Saqueados cerca de 247 500 cabeças de gado (bovinos, ovinos, caprinos e suínos) com um valor, a preços correntes que ascende a mais de dois milhões e 850 mil contos;

— 12 300 máquinas e alfalhas com um valor, a preços correntes, que excede um milhão e 470 mil contos;

— Mais de dois milhões e 800 mil contos em melhoramentos fundiários, infra-estruturas e equipamentos sociais, designadamente 207 barragens, charcas e outras captações de água, mais de 300 instalações para gados e máquinas, centenas de outras construções e ainda perto de 31 mil hectares de terras nas quais os trabalhadores haviam executado terraplanagens, despedregas e obras de enxugo;

— Mais de 50 mil postos de trabalho destruídos.

Terra

Não há ofensiva que abale confiança no futuro

Fosse para contar os êxitos e sucessos obtidos no plano da produção, da organização ou da resistência, fosse para descrever o ambiente hostil e violento a que têm estado sujeitos, fosse ainda para denunciar as ilegalidades, fraudes e casos de corrupção em que têm estado envolvidos funcionários e altos responsáveis do Ministério da Agricultura, uma característica comum emergiu dos relatos dos homens e mulheres que subiram à tribuna da X Conferência: o seu profundo conhecimento e domínio dos problemas em debate, uma grande firmeza nos princípios e clareza de objectivos e uma inabalável confiança no futuro da Reforma Agrária e do regime democrático.

Este espírito esteve, aliás, presente ao longo dos dois dias não apenas no decorrer dos trabalhos realizados dentro dos pavilhões do Rossio de S. Brás, mas também fora deles, nos intervalos, antes e depois das sessões e nas várias iniciativas de carácter cultural que tiveram lugar no âmbito da Conferência.

A conversa com alguns delegados efectuámos breves registos desse espírito e dessa vontade onde, a um tempo, se combinam a maturidade, a revolta e um elevado sentido de responsabilidade.

«Chegámos a ser 340 trabalhadores, entre efectivos e eventuais e agora estamos re-



Albino Reis

duzidos a 190», diz-nos Albino Reis, da «Cravo Vermelho» aludindo às consequências da ofensiva na sua cooperativa, as quais, para além do desemprego, tiveram também efeitos negativos na produção, na organização do trabalho e na crescente insegurança no emprego.

Situação bem diferente da que existia há uns anos atrás, «nos primelros anos», período em que «havia trabalho assegurado para todos o que levou as pessoas a fixarem-se, incluindo os emigrantes que regressaram» e ao desportar de uma nova vida, com o direito a férias, subsídios, transportes, etc.

«Agora é o que todos sabemos» — acentua aquele cooperante que nos dá conta de novos e acrescidos problemas resultantes da entrada na CEE como sejam «os preços e as restrições que nos estão a impor, casos do tomate e do pimento, correndo-se ainda o risco de na zona nos cortarem a produção de tabaco».

Opinião idêntica é, também, a de Neves Borges, da «Margem Esquerda», Serpa, Cooperativa que se viu despossada de mais de 16 mil hectares das melhores



Neves Borges

terras, estando hoje confinada a dois mil hectares «da mais ruim e de difícil gestão dado que são bocados separados» e a 109 trabalhadores quando o seu número, em 76, se elevou a 846.

«Nem sel como descrever este crime — afirma-nos — e a tristeza de ver as terras que nos foram tiradas e entregues aos agrários ou abandonadas ou mal aproveitadas», isto, enquanto voltaram de novo a surgir fenómenos negativos, «o desemprego, a emigração e a migração, a perda de regalias».

«Na minha aldeia, A do Pinto, os resultados desta política sentem-se em todos os domínios, do comércio à vida cultural — salienta este operário agrícola que nos recorda ainda a existência de um campo de futebol que «nesses anos estava sempre ocupado pelos nossos jovens, jovens que tiveram de partir para o estrangeiro ou para o Algarve, anímando-se agora o campo, apenas, quando lá vão jogar equipas de fora».

«A mazela maior que nos atingiu foi o roubo das melho-

res terras, restando-nos apenas três mil hectares», conta-nos, por seu turno, Mariana Lanita, da «Esquerda Vencerá», de Pias. Os problemas, pela sua aldeia, não diferem muito das restantes aldeias do Alentejo, sendo particularmente sentida a chaga social do desemprego.

«O desemprego — salienta — veio trazer muitas dificuldades às famílias. No início compravam-se muitas coisas para os filhos (logurtes, fruta, etc.) mas hoje em muitas casas já tem que se guardar a fruta para o homem que é quem vai trabalhar no outro dia. Outros bens essenciais, o vestuário e pôr os filhos à escola foram



Mariana Lanita

também reduzidos e o que se consegue obter ou fazer só é possível com muito sacrifício».

Expressando uma enorme confiança no futuro, Mariana Lanita afirma-nos ainda a sua convicção de que não existe alternativa à Reforma Agrária. «Basta ver o que os agrários fazem às terras que nos são roubadas — diz — deixando-as abandonadas ou mal aproveitadas, incluindo os regadios. Uma vergonha».



Agostinho Rosado

«As mulheres que foram para o desemprego tiveram que sujeitar-se, como recurso de subsistência, a ir trabalhar à tarefa, sem quaisquer regalias, para pequenas fabricadas a fazer tapetes, em condições de grande exploração». As palavras são já de Agostinho Rosado, da «6 de Agosto», S. Pedro da Gafanhoeira, Arraiolos, que nos refere ainda como um dos traços mais negativos da ofensiva o facto de reduzir as possibilidades dos jovens entrarem para as UCP's/Cooperativas e de participarem na Reforma Agrária, como é seu desejo, dada a manifesta escassez de terras.

No caso da sua Cooperativa foram também obrigados a suspender alguns projectos que tinham em vista como a construção de um centro social, e a ficarem «limitados na área e na exploração vegetal» já que não puderam «aumentar os efectivos pecuários».

Pese embora o facto de estarem reduzidos a menos de metade dos cooperantes iniciais e a um terço das terras inicialmente na sua posse, Agostinho Rosado transmite-nos também a sua mensagem de confiança no futuro, partilhada segundo nós disse pelos seus companheiros, e a certeza de que a legalidade será reposta o que, no caso da sua cooperativa, significará finalmente o cumprimento de quatro acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver quatro herdades que lhes foram ilegalmente usurpadas.

Pólo de desenvolvimento insubstituível

Melhores produções que na CEE

Como não estariam hoje os campos do Alentejo e Ribatejo se a Reforma Agrária, ao invés do cerco e dos ataques ferozes a que tem estado sujeita, pudesse ter seguido livremente o seu curso normal? Levando-nos de imediato para o cortejo brutal de ilegalidades e violência que caracterizaram estes dez anos de política de direita, esta interrogação (idêntica à colocada por muitos oradores ao longo dos trabalhos), remete-nos desde logo, por outro lado, para a excepcional pujança desta Reforma Agrária e dos seus homens e mulheres, para a sua coragem e dedicação sem limites, os quais mesmo assim, pese embora esse cerco feroz, enfrentando todas as adversidades, foram capazes de obter resultados tão notáveis, reveladores não apenas da superioridade da gestão democrática das UCPs/Cooperativas relativamente ao latifúndio como também do papel insubstituível desta forma de exploração da terra, nas condições do Sul, para o desenvolvimento da agricultura.

Os relatos, os números e os factos levados à tribuna da Con-

ferência são uma prova irrefutável desta realidade que sucessivos governos, designadamente o actual, de Cavaco Silva, procuraram ocultar ao povo português.

E cabe perguntar: que outro tipo de empresas, que gestores — nas difíceis condições a que os trabalhadores da Reforma Agrária têm estado sujeitos — seriam capazes não apenas de resistir, mas de continuar a investir, a produzir e a apresentar resultados desta envergadura?

Com efeito apesar de reduzidas a 410 mil hectares (cerca de um terço da área inicial) as UCPs/Cooperativas com os seus 18 800 trabalhadores conseguiram efectuar investimentos que ultrapassam já os 15 milhões de contos, mantendo uma área cultivada (taxa da ocupação cultural) três vezes superior à do latifúndio.

O encabeçamento pecuário e o índice de mecanização, de acordo com a proclamação aprovada, são superiores respectivamente em 100 por cento e 114 por cento ao período anterior à Reforma Agrária, registando a área de forragem e a área re-

gada, comparando os mesmos períodos, expressivos aumentos, situando-se em mais 100 por cento e 132 por cento, respectivamente.

Reduzida apenas a seis por cento da superfície agrícola útil do País, a Reforma Agrária contribui, mesmo assim, com dez por cento da produção agrícola nacional em áreas estratégicas, continuando a manter-se, em geral, rendimentos por hectare superiores à média do País, pese embora o facto de ter ficado com as piores terras e reduzidos meios.

O número de postos de trabalho garantidos pelas UCPs/Cooperativas durante o ano é de 46 por cada mil hectares, valor substancialmente superior ao do tempo dos agrários o qual não ultrapassava os 18,4.

Ainda uma nota final, a testemunhar as enormes potencialidades da Reforma Agrária, para a produção média de milho alcançada pelas UCPs/Cooperativas no ano passado — 5820 quilos por hectare —, valor este superior, imagine-se, à produção deste mesmo cereal obtida na CEE (5750 kg/ha), ou seja, as UCPs/Cooperativas, sem quaisquer tipo de apoios, conseguiram bater as fortemente apoiadas empresas capitalistas do Mercado Comum.



Terra

Intervenção
de ALVARO CUNHAL

«Qualquer português, democrata e patriota não pode deixar de estar ao lado da Reforma Agrária contra aqueles que querem destruí-la»

Camaradas:

Para todos aqueles que participaram nos trabalhos da 10.ª Conferência da Reforma Agrária ou que assistiram a ela, uma conclusão e uma certeza são irrecusáveis.

Conclusão de que a reforma agrária continua produzindo e lutando, fazendo frente às ofensivas e aos golpes do Governo actual, que prossegue as ofensivas e os golpes dos governos anteriores.

Certeza de que os trabalhadores da Reforma Agrária estão firmes, unidos, confiantes, como bem mostraram a participação na Conferência de mais de 1700 delegados das UCP's/Cooperativas, as magníficas intervenções de dezenas de participantes, e a assistência atenta e entusiasta de milhares de convidados; como bem mostra todo este ambiente que aqui vivemos de fraternidade e confraternização, de respeito pela verdade, de amor pela justiça, de inabalável confiança no destino vitorioso da reforma agrária e da democracia portuguesa conquistada com a revolução de Abril.

Quem teve a felicidade de participar ou assistir a esta 10.ª Conferência da Reforma Agrária acaba de viver um momento alto da vida nacional.

Embora ferida e ameaçada a reforma agrária está de pé, viva e bem viva, defendida dia a dia pela luta heróica dos trabalhadores e das populações do Alentejo e Ribatejo e contando com a ampla solidariedade de que neste comício vemos poderoso testemunho.

A 10.ª Conferência da Reforma Agrária e este grandioso comício constituem uma indelével afirmação de que a reforma agrária é uma exaltante realidade do Portugal democrático criado com Abril, de que a reforma agrária tem condições para vencer e vencerá.

1

Os documentos e as conclusões da 10.ª Conferência da Reforma Agrária definem com rigor e clareza a situação existente, a política necessária, os problemas a resolver, os objectivos a alcançar e as tarefas a cumprir.

Pouco poderei acrescentar ao que aí é afirmado bem como ao que já disse o camarada Joaquim António.

Permitam-me, entretanto, camaradas, quatro breves anotações.

A primeira respeita ao contraste ou confronto entre os resultados e consequências da reforma agrária e os resultados e consequências da ofensiva contra a reforma agrária.

Há ainda quem se atreva a afirmar, desmentindo a verdade dos factos, que a reforma agrária não teve resultados favoráveis para a agricultura, e que as ofensivas contra a reforma agrária têm, entre os seus principais objectivos, o desenvolvimento agrícola.

Mas que vemos nós, camaradas? Que comprovou a 10.ª Conferência?

A 10.ª Conferência comprovou que, enquanto a reforma agrária assegurou o melhor aproveitamento da terra, o desenvolvimento agrícola, a solução do problema do desemprego crónico e sazonal, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, as ofensivas contra a reforma agrária e a restauração de grande parte dos latifúndios se traduziram numa obra de destruição da agricultura e da pecuária e de brutal degradação das condições de vida das populações.

Sabe-se que os tractores deixam um rasto atrás de si. Mas também as serpentes que restejam deixam o seu rasto.

Qual foi e é o rasto que deixou a reforma agrária?

O rasto da reforma agrária foi o desbravamento de centenas de milhares de hectares de terras antes improdutivas. Foi a diversificação das culturas. Foi o alargamento da área de regadio. Foi o aumento da produção e da produtividade. Foi o aumento do parque de máquinas e do efectivo pecuário. Foi a criação de muitos milhares de postos de trabalho. Foi a liquidação do desemprego. Foi o rápido melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

E qual foi o rasto que deixou e deixa à sua passagem a ofensiva contra a reforma agrária?

É um rasto de ilegalidades, de decisões arbitrárias, de violências, de corrupção. É um rasto de roubos de terras, de gados, de máquinas, de instalações e de colheitas. É um rasto de culturas destruídas, de pomares e olivais arrancados, de albufeiras e charcas inutilizadas, e de centenas de milhares de hectares que os trabalhadores da reforma agrária desbravaram e cultivaram e os agrários deixam de novo abandonados e improdutivos. É um rasto de mais de 50 000 postos de trabalho liquidados e de dezenas de milhares de trabalhadores desempregados. É um rasto de violências e de brutalidades, de operações repressivas com cerco e ocupação de aldeias inteiras, com o uso de poderosas forças da GNR contra trabalhadores indefesos, com o aqular de cães ferozes e os espancamentos de homens e mulheres, sem poupar nem crianças nem velhos, com baleamentos, mesmo com assassinatos impunes como sucedeu no Escoural.

Destruição, abandono, miséria, fome, sofrimento e sangue — tal é o rasto que deixa a ofensiva contra a reforma agrária.

Para quem quer que conheça os factos e forme uma opinião isenta, as tentativas de destruição e liquidação da reforma agrária constituem em si mesmas (como a 10.ª Conferência uma vez mais

provou) uma obra de destruição da agricultura, da economia, do bem estar das populações.

E, precisamente ao invés, a reforma agrária constitui uma grande e histórica conquista da revolução democrática, correspondendo inteiramente às necessidades efectivas de desenvolvimento económico e de progresso social, às aspirações e à vontade do povo.

Qualquer português, democrata e patriota, se realmente é democrata, se realmente é patriota, não pode deixar de estar ao lado da reforma agrária contra aqueles que querem destruí-la.

2

Uma segunda anotação, respeita aos resultados da luta.

Há ainda quem afirme, desmentindo a verdade dos factos, que a luta é inútil porque não é possível fazer frente às ofensivas da reacção, quando a reacção tem o poder político.

Mas que vemos nós, camaradas? Que comprovou a 10.ª Conferência?

A 10.ª Conferência comprovou o valor da luta heróica dos trabalhadores da reforma agrária, comprovou que os trabalhadores, com a força que lhes dá terem razão, com a sua unidade, a sua organização, a sua determinação, a sua combatividade, o seu heroísmo, a sua confiança no futuro, têm travado a ofensiva contra-revolucionária, têm salvo a reforma agrária da completa destruição (conforme era objectivo de sucessivos governos nos últimos dez anos e continua a ser o objectivo do Governo actual) e têm demonstrado, com a sua luta e o seu trabalho, que a reforma agrária é imprescindível ao povo e ao país, que depondo todas as dificuldades e obstáculos a reforma agrária não capitula, antes se propõe combater e vencer.

A extensão das espoliações, depredações e estragos causados pela ofensiva reaccionária poderão fazer parecer optimistas estas afirmações. De facto, a 10.ª Conferência apontou destruições e roubos monstruosos feitos à reforma agrária: as 230 UCP's liquidadas, os 720 000 hectares de terras roubadas incluindo muitas das melhores terras, os 53 000 postos de trabalho destruídos, as 247 500 cabeças de gado e as 12 300 máquinas roubadas, e outros verdadeiros crimes praticados contra a reforma agrária.

Mas os resultados das ofensivas — ofensivas de sucessivos governos ao longo de 10 anos, ofensivas intentadas por maiorias de direita na Assembleia da República, ofensivas apoiadas no aparelho do Estado e na violência de forças repressivas, ofensivas utilizando os mais escandalosos métodos — os resultados dessas ofensivas não invalidaram o êxito alcançado pelos trabalhadores com a sua luta.

A melhor demonstração do valor, capacidade e força da luta heróica dos trabalhadores é o facto (documentado na 10.ª Conferência) de, após 10 anos de constantes e brutais ofensivas de sucessivos governos para liquidarem a reforma agrária, após tantos planos contra-revolucionários, continuaram a existir, a trabalhar, a produzir, a elaborar planos para o futuro, 320 UCP's/Cooperativas, dispondo ainda de 410 mil hectares de terra, de 30 000 bovinos, de cerca de 190 000 ovinos, de 25 000 suínos, de 15 000 caprinos, de mais de 2 000 tractores, de mais de 1 000 máquinas de colheita e de muitas outras máquinas, — situação esta que comparada com 1976 reflecte sem dúvida as profundas amputações sofridas pela reforma agrária, mas que reflecte também o êxito da luta e demonstra que valeu e vale a pena lutar, que, com a unidade e a organização, a luta é a mais poderosa e eficaz arma dos trabalhadores.

E por isso a luta continua!

A 10.ª Conferência é uma afirmação de que a luta continua e continuará para que chegue o dia em que, com uma viragem na política nacional, as ilegalidades e os crimes sejam reparados, e a reforma agrária retome o seu curso até à liquidação total dessa forma obsoleta de propriedade e exploração agrícola que são os latifúndios e até à entrega final e definitiva da terra a quem a trabalha.

Este é o nosso objectivo.

Não pouparemos esforços e energias para que seja alcançado.

A 10.ª Conferência da reforma agrária reforça a confiança em que o será.

3

Uma terceira anotação respeita à forma de organização das unidades agrícolas da reforma agrária.

Há ainda pessoas que recusando-se a conhecer a verdade dos factos, contestam o acerto e a eficiência das UCP's/Cooperativas.

Mas que vemos nós, camaradas? Que comprovou a 10.ª Conferência?

A 10.ª Conferência comprovou que a forma de organização de exploração agrícola criada e realizada pelos trabalhadores — as UCP's/Cooperativas — é uma forma inteiramente adequada às

características económicas, estruturais e sociais da zona do latifúndio.

As UCP's/Cooperativas não resultaram de qualquer imposição exterior ao processo da reforma agrária e à vontade dos trabalhadores.

Não resultaram de qualquer projecto ou plano de tecnocratas concebido em gabinetes e posto à experiência.

A partir da luta heróica, do trabalho esforçado, da consciência de classe, do talento e da criatividade dos trabalhadores, as UCP's/Cooperativas resultaram da necessidade de assegurar o desenvolvimento da produção e a eliminação do desemprego, quando a agricultura do latifúndio e dos latifundiários tinha e continua a ter como características fundamentais a monocultura extensiva de fracos rendimentos e o desemprego massivo em grande parte do ano.

Embora carecendo de apoio, embora ferozmente combatidas e esbulhadas durante dez anos por sucessivos governos, as UCP's/Cooperativas resolveram os problemas sociais inerentes às formas de exploração agrícola latifundiária tradicionais, e insolúveis através de outras formas de exploração agrícola na zona do latifúndio.

As explorações familiares e as cooperativas de pequenos e médios agricultores têm naturalmente o seu espaço e um importante papel. Sempre o admitimos e defendemos.

A 10.ª Conferência da reforma agrária foi a esse respeito muito clara ao reclamar «uma política que apoie, sem discriminações (...) as UCP's/Cooperativas e os Pequenos e Médios Agricultores que podem coexistir e colaborar frutuosamente».

Mas as UCP's/Cooperativas constituem uma solução fundamental. E não venham à última hora certos senhores querer ensinar com novas receitas como se devem organizar as Unidades Agrícolas.

Em 1 130 000 hectares dos latifúndios expropriados pela revolução de Abril, as UCP's/Cooperativas, formadas, criadas, desenvolvidas pelos trabalhadores, deram as suas provas e mostraram ser uma forma de organização da exploração agrícola inteiramente adequada à reforma agrária na situação concreta dos latifúndios do Alentejo e Ribatejo.

As UCP's/Cooperativas mostraram e mostram, pelo seu trabalho e pelos seus resultados, a complementaridade e o indispensável equilíbrio das culturas de sequeiro e de regadio, as imensas potencialidades de desenvolvimento pecuário e a possibilidade real de eliminação do desemprego através da deslocação de mão-de-obra em vastas áreas com culturas diversificadas.

Há sem dúvida UCP's/Cooperativas tão profundamente atingidas pelos golpes contra-revolucionários que no presente a sua luta é uma luta pela sobrevivência.

Há porém outras UCP's/Cooperativas bem conhecidas de todos e justamente citadas na 10.ª Conferência, que pelos resultados que alcançaram, são verdadeiros e valiosíssimos exemplos do desenvolvimento e progresso agrícola que a reforma agrária está em condições de assegurar.

A prova dos nove está também dada pelo próprio facto de que a maioria das UCP's/Cooperativas resistiram e trabalham com os olhos postos no futuro.

Nenhuma outra forma de organização de exploração agrícola — nem a grande exploração latifundiária, nem a exploração capitalista, nem a exploração familiar, nem a cooperativa de produção de moldes clássicos — teria resistido aos golpes desferidos por sucessivos governos ao longo de 10 anos.

O próprio facto de que 350 UCP's/Cooperativas resistiram durante 10 anos às mais fortes ofensivas de sucessivos governos e apesar dos golpes sofridos, continuaram e continuam a trabalhar, a produzir, a investir, a desenvolver agricultura, é a prova provada de que a reforma agrária portuguesa na zona do latifúndio tem nas UCP's/Cooperativas a solução organizativa necessária e insubstituível.

4

Uma quarta anotação respeita a legalidades ou ilegalidades das ofensivas contra a reforma agrária e da luta em sua defesa.

Há ainda quem, desmentindo a verdade dos factos, pretenda que as ofensivas contra a reforma agrária visam a reposição da legalidade.

Mas que vemos nós, camaradas? Que comprovou a 10.ª Conferência? A 10.ª Conferência comprovou, por um lado, que, atacando e querendo destruir a reforma agrária, o Governo actual, tal como os Governos anteriores, ofende e liquida liberdades e direitos, se recusa a cumprir as sentenças dos tribunais que lhe são desfavoráveis, se coloca fora da lei e em rebelião contra o regime democrático consagrado na Constituição.

A 10.ª Conferência comprovou, por outro lado, que resistindo às ofensivas, defendendo palmo a palmo a reforma agrária, são os trabalhadores que actuam legitimamente, no quadro da Constituição e da Legalidade.

Este Governo actua contra a reforma agrária sem quaisquer escrúpulos de legalidade.

Em alguns casos, Governo, Ministério da Agricultura e certos funcionários do MAP actuam contra a reforma agrária como uma verdadeira quadrilha, combinando e executando sucessivos golpes de cuja natureza delituosa não é lícito pensar que o próprio Governo, o MAP

Terra

e tais funcionários não tenham consciência.

Pela sua própria actuação subversiva contra a reforma agrária e contra as outras conquistas democráticas o Governo Cavaco Silva perdeu qualquer legitimidade para governar.

Essa actuação não é porém bastante para que o governo alcance os seus fins porque a resistência do povo o impede de avançar.

E por isso, tal como Governos anteriores, volta à carga com novas propostas de lei contra a reforma agrária.

Conforme foi referido na 10.ª Conferência, o Governo fez entrar na Assembleia da República a proposta de uma nova lei contra a reforma agrária.

O objectivo do Governo é a completa liquidação da reforma agrária e a restauração completa no Alentejo e Ribatejo dos latifúndios e da exploração, opressão e poder dos latifundiários.

Se tal projecto fosse aprovado, deixaria de haver limites às áreas das reservas, cada um dos titulares nos indivisos passaria a poder requerer 4 reservas acrescidas de majorações simples ou acumuladas, os prazos já cancelados para pedidos de reserva seriam uma vez mais reabertos, os agrários apropriar-se-iam dos frutos pendentes e passariam para eles as verbas que actualmente se pretende que as UCP's paguem ao Estado, etc., etc., etc.

É uma proposta manifestamente subversiva.

Certamente todos apoiéis a iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que requereu na Assembleia da República que tal proposta de lei nem sequer como proposta seja admitida por ser manifestamente inconstitucional.

Há ou não condições para impedir que esta sinistra proposta de lei seja aprovada? Tem ou não o Governo força para levar por diante o seu plano de destruição da reforma agrária?

A estas perguntas, nós respondemos:

O Governo PSD de Cavaco Silva é um governo minoritário, tão frágil quanto arrogante, com uma base de apoio que se reduz dia a dia.

Ele próprio não tem força para fazer passar a sua sinistra proposta de lei.

Como, pela nossa parte, tudo faremos para que ela não passe, ela só passaria se qualquer outro partido democrático não votasse contra ela.

Sem semear ilusões acerca de alguns partidos democráticos, que continuam a manifestar graves incompreensões e hesitações, julgamos, camaradas, que existem condições para impedir que esta sinistra proposta de lei venha a ser aprovada na Assembleia da República.

Cavaco e os meios de comunicação social instrumentalizados e manipulados pelo Governo estão constantemente a anunciar vitórias. Mas pode dizer-se que o número de derrotas que Cavaco e o seu Governo estão a sofrer é proporcional ao número de supostas vitórias que anunciam.

Que sucedeu com o Inquérito às actuações ilegais e irregulares do MAP?

O Governo fez tudo para impedi-lo. Mas tantos são os «fumos de corrupção» que a Assembleia da República resolveu fazer o Inquérito. O próprio facto de ser instaurado o Inquérito ao MAP é uma significativa derrota política e moral do Governo Cavaco Silva.

E que sucedeu à recente proposta de lei 27/IV do Governo que visava a desnacionalização de parte considerável dos perímetros de rega?

O Grupo Parlamentar do PCP impugnou também a admissão de tal proposta por ser manifestamente inconstitucional.

E podemos aqui informar que a Comissão de Assuntos Constitucionais da Assembleia da República aprovou por maioria (com os votos contra do PSD e do CDS) um parecer favorável à impugnação apresentada pelo PCP.

É sem dúvida uma nova derrota da ofensiva do Governo contra a reforma agrária.

Pela nossa parte, queremos aqui proclamar, neste grande dia de encerramento da 10.ª Conferência da Reforma Agrária que, tal como sempre, sempre e em todas as circunstâncias, continuamos a estar inteiramente ao lado dos trabalhadores da reforma agrária, na defesa da reforma agrária e na luta contra todos os seus inimigos.

É com inteira confiança no futuro que assumimos tal atitude.

Tal como governos anteriores, o governo de Cavaco Silva lança o plano de liquidação da reforma agrária. Mas que sucedeu com esses governos anteriores?

Todos eles calram e a reforma agrária ficou. A mesma sorte espera o Governo Cavaco Silva.

Enquanto os governos que quiseram liquidar a reforma agrária já se encontram no calxote do lixo da história, a reforma agrária continuou a ser e será sempre uma grande e histórica conquista dos trabalhadores e do povo de Portugal.

mente da Reforma Agrária. Mas não é só na ofensiva contra a Reforma Agrária que se revela a política de destruição e miséria do Governo Cavaco Silva. É também na gravíssima situação social causada pela sua política, nos despedimentos, no desemprego, nos salários em atraso, na generalização dos contratos a prazo e outras formas de trabalho precário, na liquidação de regalias sociais, na situação da juventude e das mulheres, no encerramento de empresas grandes e pequenas, na falência de milhares de pequenas e médias empresas, na ruína de milhares de pequenos e médios agricultores e não apenas no Alentejo e Ribatejo mas em todo o País, na situação dos pequenos e médios comerciantes e industriais também vítimas da política de restauração monopolista, e na situação dos reformados e deficientes que se pode classificar de verdadeira miséria, e ainda mais agora com o aumento das rendas de casa e com as taxas moderadoras que tornarão impossível o tratamento indispensável a milhares e milhares de doentes, e tudo isto agravado ainda pelas consequências desastrosas da integração na CEE.

Este governo, tal como os governos de direita anteriores, não só não resolve como agrava os problemas nacionais, lutamos pela sua substituição — deste ou de qualquer outro governo de direita — e esta nossa luta continuará até que seja formado um governo democrático.

É isso possível? Sim, existem actualmente algumas condições institucionais básicas que o tornam possível.

Como se sabe, na Assembleia da República há 140 deputados do PCP, PS, PRD, MDP e os Verdes, contra 110 deputados do PSD e do CDS.

Assim, o Governo Cavaco Silva só continua a sua obra de destruição, só pode continuar a sua ofensiva contra a reforma agrária e contra as outras conquistas de Abril porque alguns partidos democráticos lhe permitem manter-se no poder.

A convergência e unidade democráticas são necessárias ao nosso povo, ao nosso país, à democracia. Agora e não mais tarde.

Tomam sobre si grave responsabilidade aqueles que, podendo impedir juntamente com os outros democratas, o avanço da ofensiva do Governo contra as conquistas de Abril, deixam que tal avanço prossiga com o seu cortejo de destruição, miséria e fome.

Tomam sobre si grave responsabilidade aqueles que, em vez de se unirem aos outros democratas, insistem em esquemas falidos, como o esquema de governo de um partido democrático sozinho, como auto-intitulados partidos charneira, como a chamada alternância, que nada mais significa que o plano de assegurar a continuidade da política de direita, ora com um partido ora com outro no Governo.

Pela nossa parte estamos abertos não só ao diálogo, mas também à convergência e à unidade.

Mas que fique claro de uma vez por todas: **Ninguém conte conosco para qualquer política que ponha em causa as grandes conquistas de Abril.**

Ninguém conte conosco para qualquer política que ponha em causa a reforma agrária e os interesses e direitos dos pequenos e médios agricultores.

Uma alternativa democrática significa necessariamente o abandono definitivo da política de direita, significa uma viragem na política portuguesa retomando os caminhos de Abril.

Neste grandioso comício de solidariedade cabe fazer um apelo a todos os partidos democráticos para que se entendam e convirjam na sua acção de forma a substituir o governo de Cavaco por um governo democrático no mais curto espaço de tempo possível.

Neste grandioso comício de solidariedade, cabe fazer um apelo aos trabalhadores de todo o país, a todos os democratas, a todos os que querem o desenvolvimento da agricultura, o progresso do país, o bem-estar do povo, a consolidação das liberdades, do regime democrático e da independência nacional, para que apolem activamente a reforma agrária, para que seja posto fim imediato à criminosa actuação do governo que insiste no plano da sua liquidação, para que das mais variadas formas contribuam para que prossiga e se venha a realizar inteiramente aquela que muito justamente é conhecida por «a mais bela conquista da revolução».

Avante na realização das orientações e tarefas decididas pela 10.ª Conferência.

A terra a quem a trabalha!

Viva a Reforma Agrária!

Grandioso comício e desfile

Foi sob um sol abrasador, no pino do calor, que decorreu no amplo e belo jardim junto ao Palácio D. Manuel, em Évora, com gente espalhada por tudo quanto era sombra, o comício de encerramento da 10.ª Conferência, magnífica jornada de confraternização e luta que ficou a assinalar um dos momentos altos deste grande fórum que reúne anualmente milhares de pessoas directamente envolvidas ou interessadas na problemática da Reforma Agrária e que contou, como sempre tem acontecido, aliás, com a presença, na qualidade de convidado especial, de Álvaro Cunhal, o qual interviria perante uma numerosa e combativa assistência composta, para além dos participantes nos trabalhos, por muitas centenas de democratas provenientes de todos os cantos do País.

A anteceder o importante discurso de Álvaro Cunhal, que reproduzimos nesta edição, interveio Joaquim António, do Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora, a quem coube em nome da comissão organi-

zadora apresentar um breve balanço dos dois dias de trabalhos da 10.ª Conferência.

Depois de proceder a um breve resumo da análise efectuada à situação na Reforma Agrária e de enumerar algumas linhas essenciais a desenvolver nas diversas frentes de luta, designadamente no plano da defesa da Reforma Agrária, da produção, da organização e gestão das unidades agrícolas, da frente sindical e dos agricultores, o orador deteve-se na acção governativa do Governo de Cavaco Silva.

A este respeito, sublinhou que este é «um governo da contra revolução como foram os da "AD" e outros governos de direita», um governo que, a continuar, significará a «continuação da ofensiva, da guerra contra os trabalhadores, contra a democracia», pelo que, segundo afirmou, «é tempo daqueles partidos democráticos que têm mostrado hesitações em relação a este governo» ponham os olhos «nas lições destes últimos dez anos» e ponham de



lado essas hesitações e preconceitos e convirjam na busca de soluções que permitam uma «alternativa democrática».

A anteceder o comício, houve tempo para a música popular e para a cultura alentejana com a apresentação de vários grupos corais que, horas antes, haviam desfilado pelas principais artérias da cidade.

Durante esse período, tal como aliás já acontecera na véspera, nos intervalos e no magnífico espectáculo realizado à noite no Templo de Évora em que participaram o grupo Seara Nova e Fernando Tordo, registaram-se momentos de alegria e de convívio

com improvisados grupos a cantarem modas do Alentejo, alegria partilhada por muitos amigos de outras paragens como aquele grupo de metalúrgicos de cujas vozes saíam versos que falavam de trabalho e exploração como um que dizia que «tem um nome é escravatura/trabalhar sem receber/só existe em Portugal/no mundo não há igual/que nos está a acontecer/é uma vergonha ver/até cheira a ditadura/são os contratos a prazo/os salários em atraso/têm um nome é escravatura».

No final do comício, realizou-se uma manifestação pela cidade na qual se incorporaram milhares de pessoas.

Testemunho da solidariedade

«Não há outro movimento cooperativo na Europa com esta escala, desde a revolução espanhola, nos anos 30. É um caso único, tantas cooperativas, com tanta terra». Com estas palavras, Cristiano Thygesen, jovem dinamarquês presente na 10.ª Conferência a representar um Comité de Solidariedade com a Reforma Agrária existente no seu país, justificava-nos as razões que levam tanta gente, incluindo estrangeiros, a interessar-se e a manter vivas as acções de solidariedade com

esta realidade de Abril.

Trabalhador agrícola, activista sindical — qualidade que o leva, segundo nos disse, a estar no desemprego desde Março último, dado que não se dispõe a trabalhar abaixo do salário mínimo como pretendem muitos patrões na Dinamarca — este jovem é bem o testemunho do carinho, das paixões e da solidariedade que a Reforma Agrária portuguesa, com a entrega da terra a quem a trabalha, suscitou e suscita por esse mundo fora, após os anos criadores da Revolução dos cravos.



Foi a expressão dessa amizade que, uma vez mais, esteve patente, no último fim-de-semana, em Évora, com a presença de onze delegações estrangeiras que trouxeram ao nosso País o abraço fraterno e solidário da Checoslováquia, Cuba, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Hungria, Polónia, RDA e União Soviética, a provar que a solidariedade e o internacionalismo estão vivos e constituem uma peça-chave na luta emancipadora dos povos.

A reacção está mais fraca e a democracia mais forte do que um ano ou dois anos atrás.

Por isso é lícito perguntar se existem finalmente condições para conduzir à demissão o Governo Cavaco Silva e para formar um Governo democrático.

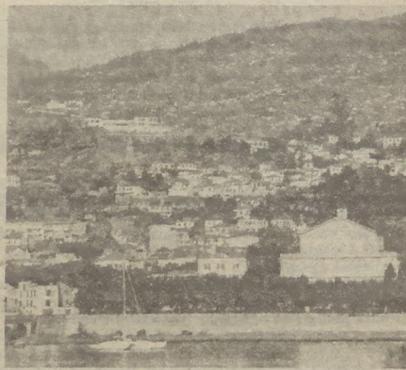
Há quem nos diga que nenhum governo nos satisfaz, que estamos sempre a atirar governos abaixo. Dizia há dias um comentador: «Ainda há poucos meses atiraram um abaixo e agora já querem atirar outro».

Isso é verdade, mas a culpa não é nossa. A culpa é dos governos que, com a sua política de direita, querem destruir as conquistas democráticas do nosso povo e realizam uma política tão antipopular, tão antidemocrática, tão antinacional, que provocam descontentamento, indignação, graves conflitos sociais e acabam por cair sem lhes valer a maioria de deputados de que dispõem na Assembleia da República.

E o Governo actual?

Nós temos estado a falar da Reforma Agrária, só falámos pratica-

PCP



Transfunchal

Assembleia profundamente ligada à luta dos trabalhadores

«Reforçar o Partido, alargar a unidade, defender os postos de trabalho» foi o lema da 1.ª Assembleia da Célula do PCP na Transfunchal, Região Autónoma da Madeira.

O próprio lema da iniciativa diz da situação em que se encontra a empresa, com os postos de trabalho em perigo e uma consequente indefinição quanto ao futuro.

Segundo nos revelam os camaradas madeirenses, esta Assembleia — a primeira de uma célula de empresa nesta Região Autónoma — constituiu um «importante contributo para o reforço do Partido, para a unidade, a organização e o esclarecimento dos trabalhadores». No decorrer da Assembleia chegaram à Mesa diversas saudações, nomeadamente as da DORAM e da JCP.

Os principais objectivos do trabalho da célula e o balanço da actividade realizada constam da documentação aprovada pelos delegados: o relatório e a resolução.

O novo secretariado da célula, agora eleito, integra seis camaradas. Compete-lhe dirigir a célula até à próxima Assembleia.

Entre os convidados presentes encontravam-se, naturalmente, trabalhadores da empresa, seis dos quais, no final, aderiram ao Partido. José Neto, membro suplente do Comité Central e responsável da DORAM, fez a intervenção de encerramento da Assembleia, falando desta iniciativa, da luta em defesa dos postos de trabalho e da actual situação política e social. Trabalhadores da empresa e familiares encontraram-se, após a realização da Assembleia num animado convívio no Centro de Trabalho do Partido no Funchal, iniciativa que será repetida em ocasiões futuras, e certamente com a participação de trabalhadores simpatizantes e amigos do Partido.

De formação recente, a célula do PCP na Transfunchal surge na sequência do trabalho realizado pelos comunistas ao longo de sucessivos anos, na direcção e condução das lutas dos trabalhadores do sector de transportes. Desde a sua formação importantes passos foram dados, quer no plano social, quer no plano partidário. A discussão do trabalho realizado e a análise da situação permitem que se aponte um conjunto de direcções e orientações.

Esclarecer, unir

Assim, no plano social, a célula chama a atenção para a necessidade de alargar a unidade e a solidariedade de classe entre os trabalhadores da Transfunchal, e de contribuir para o reforço das suas estruturas organizativas a nível unitário. Por outro lado, há que esclarecer todos os trabalhadores sobre o perigo em que estão os seus postos de trabalho e mobilizá-los para a luta em sua defesa. Desde já, a organização do PCP aponta como essencial a luta pela transferência de todos os trabalhadores da Transfunchal para a nova empresa, sem perda de quaisquer regalias sociais e da antiguidade de serviço. Exigir condições de trabalho na nova empresa e a melhoria dos serviços prestados à população são também linhas definidas pela Assembleia.

A nível do trabalho orgânico partidário, a Assembleia apontou orientações justas para o reforço da organização, do melhoramento da actividade, do trabalho colectivo, do recrutamento, do acompanhamento político aos militantes do Partido com responsabilidades na área sindical, da ligação aos trabalhadores e às realidades. Melhorar o nível político e ideológico dos membros do Partido, através da sua participação em pequenos cursos de formação e através do estudo e da leitura dos materiais do Partido, nomeadamente da sua imprensa («Avante!» e Militante) é outra direcção de trabalho saída da Assembleia.

Um futuro de apreensão

os pescadores e a CEE

20 mil pescadores estão hoje ameaçados de despedimento com a entrada de Portugal na CEE, a qual implicará pesadas restrições na actividade da frota pesqueira, que afectarão sobretudo os pescadores e os pequenos armadores. Está é uma das conclusões dos organismos dos Pescadores de Olhão do PCP, reunido recentemente para análise da situação do sector e da classe piscatória da região, que contou com a participação do camarada Carlos Manefia, pescador de Sines e deputado à Assembleia da República.

A adesão à CEE implica, numa perspectiva supranacional, a gestão comum dos recursos e a organização da pesca em moldes industriais. Isto pressupõe que a pequena pesca artesanal deverá ceder lugar aos grandes armadores.

Tal é já hoje visível na forma como se arrasta a solução de problemas, como a questão das malhagens, dos alcatruzes, do número de panos a bordo, que há muito podiam estar resolvidos, assim como no facto de se tentarem impor regulamentos altamente restritivos, sem qualquer diálogo com os interessados, e sem que se apresente qualquer alternativa para os trabalhadores

do sector. O futuro é, deste modo, visto com apreensão e preocupação por parte dos pescadores de Olhão. No entanto, paralelamente, semeiam-se ilusões, e há quem acredite que a CEE vai mandar rios de dinheiro que resolverão todos os problemas...

Os pescadores de Olhão do PCP sabem que a curto prazo a vida mostrará que os dinheiros da CEE são uma cortina de fumo, por detrás da qual se escondem o desemprego para os pescadores portugueses e o devesamento das nossas águas pelos barcos estrangeiros, como já acontece com a pesca do atum.

Debate em Sesimbra

A Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP promove no próximo domingo, dia 20, com início às 10 horas da manhã, junto à Sociedade Musical Sesimbrense, um encontro/debate com pescadores sobre as consequências da adesão de Portugal à CEE no sector das pescas em geral e no da pesca artesanal em particular. Participará o camarada Frederico Pereira, da Federação das Pescas.

Com a palavra de ordem «não deixemos escavar as pescas», esta iniciativa insere-se na cam-

panha de esclarecimento de massas que o PCP tem vindo a levar a cabo à luz da resolução política do CC, com destaque para a denúncia do descalabro que, seis meses após a adesão, se faz sentir em toda a economia portuguesa, e que no caso das pescas, para além do Governo de Cavaco Silva, tem como agente especial o famigerado ex-ministro do PSD, Cardoso e Cunha, conhecido homem de negócios ligado a grandes escândalos como o da EPAC e que foi nomeado para o alto cargo na CEE.

No fim-de-semana

Festa de Verão em Lagos

O espectáculo com Fernando Tordo na noite de domingo é, no plano musical, o ponto alto da Festa de Verão, que por iniciativa da Concelhia local do PCP vai animar a cidade de Lagos já no próximo fim-de-semana.

Francisco Seia, Afonso Dias e Moenho são os nomes confirmados para o espectáculo de sábado a partir das 21 e 30 h, a que se seguirá um animado baile com o conjunto «Zangaro», a repetir no domingo. Nessa noite, além do espectáculo com Fernando Tordo, o camarada Blan-

quin Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do CC, falará aos participantes na Festa de Verão sobre a actualidade política.

Segundo nos informa a SIP-DORAL, «o recinto da festa estará aberto a partir das 19 e 30 (nos dois dias) e nele os visitantes poderão encontrar, para além de uma exposição política, os habituais pavilhões de artesanato da região, livros e discos, pe-tiscos, etc.».

A Festa de Verão decorrerá no Mercado da Reforma Agrária, junto à Rodoviária Nacional.



Traineiras encostadas

Entretanto, apesar da demagogia do Governo, os pescadores de Olhão vêem a situação no sector das pescas a degradar-se constantemente. Na pesca da sardinha encostam-se traineiras por motivos pouco claros, caso da Agadão, S. Carlos, Cidade de Benguela, Maria Rosa e Clarinha. A redução da frota e, portanto, da capacidade de captura, reflecte-se numa crise para a indústria da sardinha, fábricas que encerram, operários que se vêem sem salários e se defrontam com uma situação de desemprego.

Também na pesca do arrasto as coisas não vão bem. Os traineiras da «Pescrui» estão em luta contra a redução das tripulações, pretendida há muito pelos gestores da empresa, que aproveitam qualquer pretexto para atentar contra os direitos dos trabalhadores.

O organismo dos Pescadores de Olhão do PCP está consciente de que uma verdadeira política nacional de pescas não se coaduna com as palavras demagógicas do Governo que apenas escondem manobras e negociações que vão contra os interesses nacionais e criam uma situação cada vez mais dolorosa para os pescadores e suas famílias.

Proposta de lei 27/IV

Nova derrota do Governo Cavaco

1. A decisão do Governo, ontem anunciada, de retirar a proposta de lei número 27/IV — que pretendia abrir a possibilidade da desnacionalização de prédios rústicos abrangidos pelos perímetros de rega — traduz duas realidades distintas. Por um lado, confirma que o Governo minoritário do PSD não hesita em tentar violar a legalidade constitucional. Por outro lado, expressa, de forma indistigável, a fragilidade política e as dificuldades crescentes com que se debate o Governo minoritário PSD/Cavaco Silva.

2. Na verdade, a referida proposta de lei foi declarada «ferida de inconstitucionalidade por violação do número 1 do artigo 83 da Constituição da República» no parecer da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais de um parecer recomendado à AR a não aceitação para discussão de uma proposta de lei, por estar ferida de inconstitucionalidade, fez transcrava mais esta operação inconstitucional do Governo minoritário de Cavaco Silva.

Grupo Parlamentar do PCP.

É óbvio que ao retirá-la de discussão — exactamente na véspera da subida ao plenário da AR daquele parecer — o Governo se quis furtar ou pelo menos amortecer, os efeitos de mais uma derrota política que lhe iria ser infligida na Assembleia da República, pela convergência dos votos dos grupos parlamentares dos partidos democráticos (PCP, MDP/CDE, PS e PRD).

3. A elaboração, pela primeira vez, na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais de um parecer recomendado à AR a não aceitação para discussão de uma proposta de lei, por estar ferida de inconstitucionalidade, fez transcrava mais esta operação inconstitucional do Governo minoritário de Cavaco Silva.

Este facto comprova a exemplifica que, o funcionamento das instituições e a cooperação das forças democráticas, tem força

O Governo não mexe uma palha

«O Governo diz que a pesca artesanal é muito importante, mas faz tudo para a destruir.»

O Governo diz que a pesca da sardinha está em crise, mas não «mexe uma palha» para a ajudar a sair das dificuldades.

O Governo diz que a «Pescrui» pesca menos, mas dá licenças para marisco aos «amalgalhaços»...

Cavaco Silva e o seu Governo não podem continuar arrogantemente a prosseguir uma política que não resolve os problemas e cria outros, e a atirar para cima de quem trabalha todas as dificuldades. A nova lei das rendas de casa e a pesca do atum tiram-lhe a máscara da «competência».

Uma coisa são as palavras bonitas e a demagogia. Outra coisa é a realidade. E a realidade é cada vez mais dolorosa para os pescadores e suas famílias. A realidade é que 20 000 pescadores estão ameaçados de despedimento. Quantos serão de Olhão?

(...)

Uma verdadeira política nacional de Pescas é incompatível com as manobras e negociações que se escondem por detrás das palavras bonitas.

A unidade dos pescadores olhanenses, já várias vezes demonstrada, é mais necessária do que nunca para fazer frente às ameaças do presente.»

(Das conclusões da recente reunião do organismo dos pescadores comunistas de Olhão)

suficiente para defender o regime democrático e a legalidade constitucional.

15.7.1986
A SIP do PCP

Um novo Centro de Trabalho na cidade do Porto Campanha dos 10 mil prossegue em bom ritmo

A organização de freguesia do Bonfim e a célula da CDL foram as organizações vencedoras da emulação do mês de Junho, prosseguindo assim no trabalho dinâmico que já em Maio as tinha feito vencedoras.

A próxima contagem de emulação é no próximo dia 2 de Agosto e estamos portanto em boa altura para que outras organizações reforcem a sua atenção a esta tarefa e se candidatem a vencedoras.

Entretanto, decorre em bom ritmo a passagem do grande sorteio de 18 de Julho. Os «porta-a-porta» realizados por várias organizações deram os seus frutos e muitos bilhetes foram passados. E, falando de sorteios, podemos já anunciar que se prepara um novo sorteio que decorrerá até 3 de Outubro e que tem um aliciante prémio — uma viagem à União Soviética.

Política de direita contra o povo No distrito de Viseu não se está de braços cruzados

As conclusões da recente reunião da Comissão Distrital do PCP

Nos últimos dois anos encerraram no distrito 37 empresas. Hoje, «continuam a verificar-se novos casos: Mineira do Paiva, Cerâmica da Naia, Sociedade Comercial de Resinas, Vieira da Cruz», etc. Grave é também a situação da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos e da Neostano, «trazendo como consequência o aumento do desemprego no distrito», como alerta no documento com as conclusões da sua recente reunião a Comissão Distrital de Viseu do Partido Comunista Português, que analisou os aspectos fundamentais da situação política e social naquele distrito beirão, incluindo o sector da agricultura, os baldios, o Poder Local, o ensino e a saúde.

Detendo-se nos problemas mais graves que se registam no mundo do trabalho, a Distrital de Viseu chama a atenção para os seguintes:

«Continuam a crescer os atrasos no pagamento de salários e outras remunerações: em diversas empresas do sector privado rodoviário, nos contratos a prazo e tarefeiros da Função Pública, em várias empresas do sector da Hotelaria e em várias tipografias. Mantém-se o não cumprimento dos horários de trabalho, o não pagamento dos vencimentos legais e contractuais, o não pagamento dos descontos legais à Previdência e ao Fundo de Desemprego. Intensifica-se a exploração da mão-de-obra infantil, o abuso dos contratos a prazo e o trabalho sem contrato. Em virtude dos acordos com a CEE no sector da indústria automóvel, tem continuado a agravar-se a situação económica da «Citra-

eni», em Mangualde, que nos últimos 2 anos, mediante a não renovação de contratos a prazo, reformas antecipadas, etc., já reduziu os seus efectivos de 600 para 400 trabalhadores.»

Uma política contra os agricultores

Noutro trabalho, que publicamos nesta edição, sobre a posição do Partido face aos problemas que a agricultura atravessa como consequência da política do actual Governo (conclusões de uma reunião recente da Direcção Regional do Alentejo), mostramos, com elementos concretos, os «incentivos» do Ministério Barreto ao sector da agricultura. Referindo-se ao mesmo tema, mas tocando a situação no distrito de Viseu, o Partido salienta à opinião pública:

«Os agricultores do distrito

Assim se vê o reforço do PC

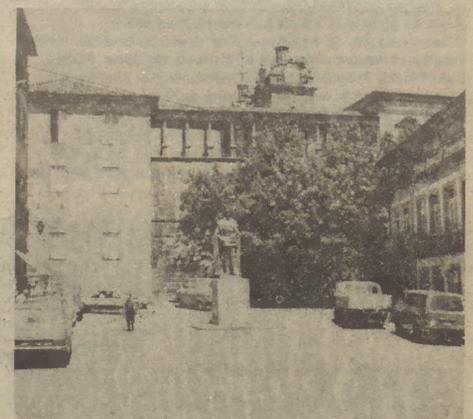
«Ao contrário do que procuram fazer crer as caluniosas campanhas que o Governo desenvolve através dos órgãos de Comunicação Social dominados pela direita, também no distrito de Viseu — sublinha o telex da Comissão Distrital do Partido —, tal

como no resto do País, o PCP tem reforçado a sua organização, a sua intervenção e o seu prestígio como força política necessária e imprescindível à viragem e à alternativa democrática que se impõem para a vida nacional.»

O crescente reforço do Partido, aos mais variados níveis, pode ser comprovado por diferentes aspectos. A Comissão Distrital aponta os seguintes: o contínuo aumento dos efectivos do Partido (traduzidos, por exemplo, em 90 recrutamentos nos últimos 4 meses), as diligências em curso para a abertura de novos Centros de Trabalho com destaque para o de S. João da Pesqueira, erguido com jornadas de trabalho voluntário e em fase de acabamento, a boa receptividade das populações à recente jornada nacional de esclarecimento, durante a qual se realizaram no distrito dezenas de acções (distribuição de documentos, informação sonora, bancas, etc.), etc.

vêm a sua situação a piorar de dia para dia em virtude da política de direita do Governo PSD/Cavaco e das consequências da adesão à CEE, designadamente com o aumento do preço dos adubos, pesticidas, sementes, rações, fungicidas, etc.; com a importação de 50 000 hectolitros de vinho e de dezenas de milhares de toneladas de outros produtos (frutas, carne, ovos, hortícolas, etc.); com o encerramento em curso de 10 matadouros; com o projecto de arranque de milhares de hectares de videiras; com a continuação injustificada do encerramento de várias feiras de gado no distrito e a imposição de guias de licença de trânsito para o gado; com o recomeço dos criminosos fogos florestais e as dificuldades de escoamento das madeiras queimadas; com a atribuição de sucessivas facilidades às multinacionais nos concelhos do Douro-Sul, do que resulta o crescente acambramento por estas do «benefício» para a aprovação do vinho do Porto, em detrimento dos direitos de milhares de pequenos e médios agricultores.»

Como conclusão do seu recente debate, a Comissão Distrital de Viseu do PCP refere também que «assume particular significado a nova e feroz ofensiva contra os conselhos directivos, os comités e povos dos baldios, através da tentativa do PSD e CDS de revogação da Lei dos Baldios e através da recente intensificação da sabotagem ao funcionamento das assembleias



de comités por diversos organismos oficiais locais, nomeadamente serviços florestais, Governo Civil e algumas autarquias; e o novo projecto de lei governamental do arrendamento rural, que se for aprovado aumentará a dependência e a insegurança dos rendeiros, ao mesmo tempo que constituirá um sério obstáculo ao desenvolvimento agrícola.»

Depois de sublinhar as conse-

de posição, protestos, abaixo-assinados, englobando milhares de agricultores, contra o encerramento de matadouros e contra a importação de vinhos e de fruta (nos concelhos de Tondela, S. Pedro do Sul, Mangualde, Tarouca, Lamego, Moimenta da Beira, etc.);

• Reuniões, tomadas de posição, protestos, exposições e delegações contra a legislação do

Um exemplo de hipocrisia

A demagogia e a hipocrisia moral do Governo PSD/Cavaco ficou bem a nu, também no nosso distrito, com o tratamento dado aos familiares dos 14 bombeiros tragicamente mortos há quase um ano no incêndio de Armamar, os quais ainda hoje aguardam o recebimento das prometidas «pensões de sangue» defrontando-se mesmo a suas viúvas com exigências oficiais vexatórias e inquisitórias, tais como, a necessidade de passagem de atestados de «bom comportamento moral» pelas Juntas de Freguesia da área onde residem. (Viseu, 6/7/86, A Comissão Distrital de Viseu do PCP)

O logro da CEE

O logro da operação de entrada na CEE ficou também demonstrado no distrito com o fim das ilusões habilmente apregoadas sobre o «maná» dos subsídios da CEE: no distrito de Viseu, dos 58 projectos apresentados ao «FEDER» por todas as Câmaras Municipais, só foram aprovados 18 projectos referentes apenas a 10 municípios.

quências da Lei das Rendias, da degradação dos serviços de Saúde e ensino, e de chamar a atenção para as tentativas para novos agravamentos nas taxas e tarifas municipais (como sucede em Viseu e Armamar, por exemplo), a Distrital do Partido acentua que em Viseu, foram numerosas e variadas as lutas e os protestos contra a política prosseguida pelo Governo minoritário do PSD. Aqui ficam algumas dessas acções:

• Paralisações e greves (Rodoviária Nacional, sector da Saúde e Função Pública, paramédicos; em várias empresas, com destaque para a Mineira do Paiva, Soc. Comercial de Resinas, etc.);

• Encontros, plenários, toma-

Governo favorável às multinacionais e casas exportadoras do vinho do Porto;

• Lutas dos comités e povos dos baldios em defesa da sua Lei, tomadas de posição pública, jornadas de manifestação e protesto junto de autoridades locais e da Assembleia da República, designadamente a que foi realizada em 1-7-86, por 150 comités do distrito de Viseu e que se saldou na vitória do adiamento da votação dos projectos de lei que visavam revogar a Lei dos Baldios;

• Lutas de populações contra o encerramento de estações de CTT (Cepões-Viseu, Cabanas de Viriato-Carregal do Sal) e contra a imposição de taxas municipais (Pascoal-Viseu).

PCP

Portalegre, Évora e Beja

O ponto da situação

Portalegre, Évora, Beja, três distritos, 43 concelhos, 23 647,10 quilómetros quadrados de enormes potencialidades no plano social e económico, que uma política contrária aos interesses nacionais insiste em desprezar e boicotar. Um exemplo para já: diversas empresas industriais de transformação com elevada capacidade instalada e necessárias ao desenvolvimento da região e do País estão paralisadas, como sucede, nomeadamente, com a **Hortícola do Divor, FORE, Caia, Hortil, Progal e Consol**. Outro exemplo: a asfixia e a constante ofensiva contra a **Reforma Agrária**. Já lá iremos, pegando nalgumas passagens de um documento que condensa as conclusões da recente reunião plenária da Direcção Regional do Alentejo (DORA) do PCP, na qual se constatou «o agravamento da situação social e económica do Alentejo».

No plano social, a DORA do PCP chama a atenção para os seguintes aspectos: existem na região 40 mil desempregados, dos quais apenas 38 por cento recebem subsídio de desemprego «e em relação aos quais o chamado programa de emprego lançado pelo Governo PSD nada resolve de fundo».

O flagelo dos salários em atraso atinge cerca de 6500 trabalhadores, reflectindo-se com extrema gravidade no quotidiano de muitas famílias. Qualquer coisa como 600 mil contos é o cá-

culo da dívida do patronato. Como se tudo isto não bastasse, há o aumento da repressão nas empresas, dos ritmos de trabalho e dos níveis de exploração, como sucede, por exemplo, na **Lews, Robison, Francisco Fino, Celtex, Consol, Melka, Siemens**.

Ainda no quadro dos problemas sociais com que a população alentejana se vê confrontada, a Direcção Regional do Partido avança outros aspectos:

«Também os aumentos de rendas de casa estão já a ter repercussões muito sérias nas condições de vida dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas. O propagandeado subsídio revelou-se uma fraude e uma panaceia que não resolve nenhum problema significativo».

Por outro lado, «a recente decisão do Governo de repor as chamadas taxas moderadoras nos serviços de Saúde, insistindo numa operação já por duas vezes declarada inconstitucional, é mais um factor que irá contribuir para o agravamento das já degradadas condições de vida e de saúde, a que se soma a desclassificação e diminuição de valências dos hospitais de Beja e de Elvas e o encerramento de diversos centros de Saúde».



Da Lousã à Figueira

— um abraço da serra ao mar

• Assembleia a 5 de Outubro

Lousã, Levedas, Fiscal, Vilarinho, Foz do Arouce e Cacilhas são algumas das localidades com iniciativas programadas no âmbito da actividade preparatória da Assembleia da Organização Concelhia do PCP da Lousã, marcada para 5 de Outu-

bro próximo.

O trabalho preparatório daquela assembleia foi um dos temas em análise na recente reunião concelhia de quadros, efectuada na Filarmónica Lousanense, que abordou a situação política e social a nível local e nacional.

Além de ter marcado iniciativas do Partido especialmente destinadas aos trabalhadores das empresas do concelho (EDP, Shanzlin, Carvalhos, Auto-Mecânica Popular, Macieira e Filhos, entre outras), aquela reunião decidiu promover no dia 24 de Agosto uma caravana ciclista que terminará em festa-convívio na Figueira da Foz. «Da Lousã à Figueira — um abraço da serra ao mar», assim se chama esta iniciativa, a que brevemente nos referiremos com mais pormenor.

Contando com a participação do camarada Luís Ribeiro, membro da Direcção Regional da Beira Litoral (DORBL do PCP), a reunião concelhia, «apreciando a situação dos povos da serra, decidiu condenar com toda a firmeza a tentativa dos partidos do Governo de roubar aos baldios aos povos serranos a quem pertencem de pleno direito».

Foi criada na reunião a comissão do Centro de Trabalho do Partido Comunista Português da Lousã, que irá promover reuniões e debates sobre temas variados.

3.ª Assembleia Concelhia de Santo Tirso

«Reforçar o Partido no concelho, Abril sempre» é o lema sob o qual a Organização Concelhia do PCP de Santo Tirso realizará a sua terceira Assembleia de Organização, marcada para o próximo domingo (dia 20), às 9.30h, na escola primária do Bom Nome, em Vila das Aves.

A preparação desta assembleia conta com duas dezenas de reuniões realizadas onde se discutiu o projecto de resolução e foram eleitos os delegados à assembleia.

A discussão do trabalho realizado, as perspectivas e plano de trabalho futuro e a eleição do novo organismo de direcção, são pontos de ordem de trabalhos que decorrerão com a participação da camarada Zita Seabra, membro suplente da Comissão Política e deputada do PCP.■

Querem à força reconstituir o latifúndio

A Reforma Agrária é tema abordado nas conclusões da Direcção Regional do Partido não só para saudar a 10.ª Conferência, realizada no último fim-de-semana em Évora, e que destacamos nesta edição do Avante!, como para referir alguns dos traços da actual ofensiva: uma nova avalanche de notificações para novas reservas, acções de reivindicação da propriedade, aceleração dos processos de execução fiscal, agravamento das condições de pagamento dos valores de extracção e de comercialização da cortiça, apresentação na Assembleia da República de uma nova proposta de lei de alteração à Lei 77/77, que, a concretizar-se, significaria a total reconstituição do latifúndio; a insistência em ilegalidades e frau-

Aqui estão os «estímulos» do Governo Cavaco à agricultura!...

Os pequenos agricultores vêem a sua situação agravar-se e é na agricultura que mais gravemente se fazem sentir os efeitos ruinosos da adesão à CEE. A nova tabela máxima de valores para o arrendamento rural publicada pelo Governo do PSD/Cavaco Silva traduz-se em aumentos de 70% a 100% em relação à tabela anterior (por exemplo, 1 ha de tomate passa de 25 000\$00/ha para 46 500\$00/ha; 1 ha de arroz passa de 15 000\$00 para 25 900\$00/ha; 1 ha de terra de sequeiro, classe A, de 4500\$00 para 8100\$00/ha).

Os limites colocados à produção de tomate leva à quebra das áreas plantadas, à quebra de produção e ao aumento do desemprego.

Com o encerramento dos matadouros dá-se a entrega dos seus serviços aos grandes negociantes e marchantes.

A nova tabela unificada de descontos para a Segurança Social prevista para entrar em vigor a partir de Outubro significa um agravamento de 1,5% nos descontos dos salários dos trabalhadores rurais e de mais 3% e 1% respectivamente nas contribuições a pagar pelas UCP's/Cooperativas Agrícolas e os agricultores com trabalhadores no regime geral.

As tão apregoadas verbas da CEE que o Governo tem propagandeado não chegam à lavoura e aos pequenos agricultores e, as poucas que há, vão parar aos bolsos dos grandes proprietários latifundiários e aos grandes negociantes.

O Governo e o MAPA não informam os agricultores e as UCP's/Cooperativas dos compromissos que assumiu junto da CEE e quais os condicionalismos que se colocam no futuro imediato à agricultura da região e, entretanto, apresenta na Assembleia da República uma lei do arrendamento rural que agrava seriamente a dependência dos rendeiros em relação aos senhores.

(Das conclusões da reunião da Direcção Regional do Alentejo do PCP)

des, a confrontação do Governo com outros órgãos de soberania, a recusa da aplicação dos acordões do STA, etc.

Noutra passagem das suas conclusões, a direcção do Partido na região alentejana sublinha que «dos milhões de contos apregoados que viriam da CEE/FEDER para as autarquias, ainda estas não receberam praticamente nada», acrescentando: «Importantes investimentos necessários ao desenvolvimento do Alentejo e do País, como o empreendimento do Alqueva e o aproveitamento das pirites de Neves Corvo, continuam paralisados ou são entregues nas mãos de multinacionais que transferem, para transformação fora da região e do País, a matéria aqui extraída».

A Direcção Regional do Parti-

do apela ao reforço da luta contra «o agravamento da situação social e das condições de vida e de emprego» e «chama toda a organização a um forte empenhamento no trabalho de denúncia da demagogia do Governo PSD/Cavaco Silva, na organização e direcção da luta», concluindo:

«É necessário reforçar e dinamizar a luta de massas, em torno de objectivos, problemas e reivindicações concretas e na luta por uma alternativa, um governo e uma política democrática. (...) É necessário reforçar o trabalho de informação junto da população, desmascarando as mentiras e a demagogia do Governo. A jornada realizada de 28 de Junho a 6 de Julho constituiu um passo importante nesse sentido, que importa manter e desenvolver.»

Camaradas Falecidos

Armando Perelra

Com 62 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Armando da Silva Pereira. Pertencia à célula dos CTT de Lisboa.

Helena Sapatinha

Natural de Cercal do Alentejo, faleceu recentemente a militante comunista Helena de Jesus Sapatinha. A camarada pertencia à organização da freguesia de S. João de Deus — 4.ª Zona de Lisboa. Helena Sapatinha faleceu com 74 anos.

Alberto de Sousa

Em consequência de um brutal acidente de viação, faleceu

no passado dia 1 o camarada António Alberto Martinho de Sousa, militante do Partido, activo colaborador da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP.

José Aljustrel

Velho militante comunista, faleceu o nosso camarada José Miguel Aljustrel, de 76 anos. Pertencia à célula do Partido no Bairro 4, Barreiro.

Manuel Neves

Participante nas campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado, faleceu em Paris o nosso camarada Manuel Pereira Neves, membro do Partido nos

últimos 30 anos, homem dedicado à luta dos trabalhadores e ao PCP.

Ema Pires

Natural de S. Marcos da Serra, faleceu vítima de acidente a nossa camarada Ema de Sousa Marques Pires. Pertencia à organização do Partido Comunista Português da freguesia da Ajudá, em Lisboa.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Assembleia da República

Estrondosa derrota de Cavaco Silva O Orçamento a menos dum Governo a mais!

Certamente não era intenção do Governo de Cavaco Silva, «ir à tosquia» — como ironicamente se afirmava nos corredores de S. Bento — quando apresentou, na Assembleia da República, uma proposta de Orçamento Suplementar onde avultava a pretensão de agravar o défice do Estado em mais de sete milhões de contos. Quanto muito, pretenderia ir «buscar lá» (e sete milhões de contos é muito «lanifício», mesmo de um ponto de vista estritamente têxtil), acabando por sair, de facto, «tosquiado» quando a Assembleia da República lhe impôs, não o aumento pretendido, mas uma **diminuição** do défice do Estado na ordem dos 14,5 milhões de contos. Foi obra! E foi, sobretudo, um desaire político impossível de escamotear, como ficou patente no hemicírculo, ao longo da argumentação progressivamente esbracejante, quer do partido que sustenta o Governo — o PSD — quer dos representantes do Executivo presentes no debate, na defesa do indefensável.

O Governo, aliás, parece ter sido acometido por um frenesim de indefensibilidades ao avançar, quase em catadupa — para não dizermos à molhada — propostas abertamente inconstitucionais ou perto disso, à mistura com os já célebres sete milhões a mais que se transformaram em 14,5 milhões a menos. O que, politicamente, teve uma consequência muito clara: a derrota que é a imposição de um Orçamento a menos, sobre um Governo que anda aqui, manifestamente, a mais...

A coisa começou torta logo no dia previsto para o início do debate da proposta do Governo para o Orçamento Suplementar — a quarta-feira da semana passada: o Executivo havia retardado o fornecimento das informações consideradas indispensáveis pela Comissão de Economia, Finanças e Plano (onde, recorde-se, estão representados todos os grupos parlamentares), pelo que o debate foi adiado para o dia seguinte. E que informações faltavam? «Bagatelas» como elementos sobre as receitas que o Estado já cobrou, de modo que fosse possível uma comparação minimamente responsável com o aumento de despesas pretendido pelo Governo, e que era da ordem dos sete milhões de contos (o que não configura, manifestamente, uma bagatela)...

Contrafeito ou não, o Governo lá forneceu à Assembleia da República os dados solicitados, enquanto argumentava (nessa altura ainda com voz grossa) sobre a necessidade do agravamento do défice do Estado em sete milhões de contos, explicando que três milhões eram para a Segurança Social e quatro milhões para as Forças Armadas...

E os deputados começaram a fazer contas, deparando com algumas surpresas. É que, segundo os elementos que o Governo forneceu (e o próprio ministro das Finanças se viu compelido a confirmar, perante a Câmara), as estimativas governamentais prevêem um aumento de receitas não estimadas através do IVA da ordem dos 20 milhões de contos (dois dias antes o mesmo Governo «falava» em 10 milhões...), o que, somado aos seis milhões de receitas referentes à poupança realizada com a baixa do dólar e das taxas de juro no pagamento da dívida externa, dá qualquer coisa como 26 milhões de contos de receita não prevista. Ou seja: o Governo pedia mais dinheiro, apesar de ter (muito) dinheiro a mais!!!

Nem à prova dos nove...

Perante isto, a oposição ao agravamento do défice tornou-se praticamente unânime, na Assembleia da República, com os deputados do PSD embaraçados, o CDS a falar do «mau passo do Governo» e as bancadas

do PCP, PS e PRD a tecerem críticas frontais a esta inconcebível pretensão. Octávio Teixeira, falando em nome do Grupo Parlamentar do PCP, foi particularmente incisivo:

«Uma vez mais — disse — a equipa do Ministério das Finanças, o Governo, mostraram que a autoproclamada clarificação e transparência das finanças públicas é mera afirmação propagandística para consumo público, sem qualquer aderência à realidade dos factos e das acções. De novo a auto-alimentada fábula da competência governamental e da esfíngica figura do ministro das Finanças e seus «munchos» não resiste à mais elementar prova dos nove.

«Em clara contrafacção — prosseguiu — do legalmente estabelecido, a proposta de lei de revisão do Orçamento chegou à Assembleia da República sem estar minimamente instituída com os elementos justificativos. Não lhe faltou porém a habitual provocação do Governo à Assembleia da República. Na linha — coerente aliás — do comportamento a que já nos habituou, o ministro das Finanças escusa-se a comparecer na Comissão de Economia, Finanças e Plano, para aí, em confronto directo com os deputados e sem limitações de natureza regimental, justificar e debater as propostas e soluções que propõe a esta Câmara. Prefere guardá-lo, como sempre, para declarações, tão empertigadas quanto sofisticadas no púlpito do hemicírculo. Os elementos informativos requeridos pela Comissão para análise, ponderada mas cabal, da Proposta de Lei, são premeditadamente agrupados pelo Governo em dois grupos. De um lado aqueles que entende pura e simplesmente recusar à Assembleia da República, assumindo uma inconstitucional e ilegal atitude do estilo «o Estado sou eu». O Governo copia nos nossos tempos a postura de Luís XIV. Mas pode estar certo que o seu fim será idêntico.

De outro lado são as informações que o Governo se dispõe a fornecer, mas que têm de lhe ser arrancadas a ferro. Informações que irregular e vagarosamente vão pingando, a mais recente desmentindo e

contradizendo a anteriormente fornecida.»

Agravamento desmiolado

Nesta altura — e estava-se ainda na discussão na generalidade da proposta de Orçamento Suplementar do Governo — já era nítido que o Executivo de Cavaco Silva não só veria recusada a sua pretensão do agravamento do défice do Estado, como se encontrava na iminência de sofrer uma derrota ainda mais espectacular: a imposição da diminuição desse mesmo défice.

Sintomaticamente, o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, abandonou durante uns momentos o tom sobranceiro com que o Governo introduziu a proposta na Assembleia da República e esforçou-se, mesmo, por minimizar a questão. «Vamos dar a este assunto apenas a dimensão que tem — tentava ele persuadir — e a dimensão é muito pequena: trata-se apenas de um aditamento ao Orçamento e não um Orçamento Suplementar». Só que pouco depois, e face à desmontagem dos débeis argumentos governamentais pela quase generalidade da Oposição, o ministro Cadilhe não se «aguentou» e regressou ao seu estado de arrogância natural, chegando ao cúmulo de acusar deputados de estarem a «descarrilar» e de afirmar que o Governo «não é um Instituto de Informação pública». Mas a derrocada estava à vista. De novo a palavra para Octávio Teixeira que, sempre incisivo, desferiu ainda mais o frágil edifício de explicações atamancado pelo Governo:

«A pretexto de um reforço de dotações orçamentais, cujo quantitativo é, num caso, de impossível quantificação para a Assembleia da República e, noutro caso, de quantificação totalmente aleatória, o Governo pretendia impor-nos um desmiolado agravamento do défice orçamental. Não há nada que o sustente. A não ser o sectarismo do Governo contra a Assembleia da República responsabilizando-a por um aumento do défice agora, para mais tarde propagandear, que ele, Governo, conseguiu baixar esse mesmo défice.

«O relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano é a tal respeito muito claro, há unanimidade de todos os grupos parlamentares, incluindo o PSD, de que há no Orçamento múltiplos e mais do que suficientes recursos para cobrir o proposto aumento de despesas. É pois certo e seguro que o Governo não sairá daqui com o aumento de défice que pretendia. É bom que assim suceda, e é significativo que a unanimidade a tal respeito tenha sido fácil e espontânea.»

«Há coincidência de forças»

Significativo, sem dúvida, a ponto de a Comissão de Economia, Finanças e Plano, num parecer unânime, ter referido expressamente que «não se afigura necessário o recurso ao

crédito, havendo diversas soluções que não interferem com o actual nível do défice» — isto quando se estava ainda no debate na generalidade da proposta do Governo. No debate na especialidade, realizado na passada terça-feira, e na sequência de diversas votações onde o Governo sofreu mais alguns desaires, sobreviria o desastre total para o Executivo de Cavaco Silva: a Assembleia da República, com os votos favoráveis do PCP, PRD, PS, MDP/CDE e ainda da deputada independente de «Os Verdes», não apenas recusou o aumento do défice do Estado em mais de sete milhões de contos, pretendido pelo Governo, como impôs a sua redução em 14,5 milhões de contos. Embrulhando-se em retóricas e florescências jurídicas, as bancadas do PSD e do CDS lá tentaram, em vão, salvar a honra do convento com votação contrária e... minoritária.

Encerrava-se assim, com estrondosa derrota do Governo, o debate de uma proposta sem pés nem cabeça mas com muita demagogia escondida, como referiu a deputada do PCP Ilda Figueiredo, na declaração de voto do seu grupo parlamentar, de que «esta revisão orçamental, esta 'corrigenda', no dizer do senhor ministro das Finanças, é mais um exemplo, infelizmente esclarecedor».

Orçamento da Madeira Até Cavaco reconheceu a monstruosidade...

A «história» pode ser contada em poucas palavras... O PSD da Madeira, insistindo propositadamente numa manobra que depois tentou encobrir de uma forma um tanto atabalhoada, cozinhou um Orçamento ferido de ilegalidade e de inconstitucionalidade, a tocar as raias do escândalo. «Face a esta situação», como declarou o deputado comunista Mário Aguiar, na Assembleia Regional, «o PCP viu-se forçado a recorrer ao Tribunal Constitucional para que fosse reconhecida a inconstitucionalidade desta política». E os resultados constituíram uma severa condenação da prática do PSD Regional, chefiado por Alberto João Jardim, não só pelo Tribunal Constitucional, como também pelo próprio Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, líder nacional do PSD... Isso mesmo.

Mário Aguiar explicou na Assembleia Regional como as coisas se passaram, perante uma bancada PSD ora estarrecida, ora nervosa:

«Sobre um dos aspectos constantes do pedido de inconstitucionalidade, foi há pouco elaborado um parecer de que iremos citar alguns aspectos mais importantes.

«A inconstitucionalidade desta norma do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira é requerida, «na parte em que determina especificação insuficiente das despesas orçamentais a aprovar pela Assembleia Regional prevendo tão-só a inscrição e votação das dotações globais correspondentes às des-

A utilidade do «inútil»...

Referimos na introdução da peça central desta página que o Governo, nesta semana parlamentar, parecia acometido por um «frenesim de indefensibilidades», avançando propostas abertamente inconstitucionais — a tal ponto que muitos deputados as consideraram provocatórias. Caso exemplar foi a proposta para desnacionalizar prédios rústicos beneficiados que a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias classificou, liminarmente, como «ferida de inconstitucionalidade», emitindo o parecer definitivo de que tal proposta de lei «não deveria ter sido admitida e não deve ser discutida nem votada pela Assembleia da República». O PCP, entretanto, avançou com a impugnação da proposta, ao mesmo tempo que a denunciava como visando desnacionalizar partes de prédios que estão nacionalizados.

Perante isto, que faz o Governo? Fletira à pressa a sua proposta, para evitar, «in extremis», o debate (agendado para o plenário da passada terça-feira) da impugnação feita pelo PCP!

A deputada comunista Margarida Tengarrinha não deixaria, entretanto, passar o assunto em claro. Interpelando a mesa, denunciou:

O Governo refere que o facto de retirar a mencionada proposta «não significa concordância com a posição expandida no referido parecer, nem prejudica a possibilidade de o Governo vir a renovar a iniciativa legislativa em apreço». Quanto a isto gostaria de assinalar o seguinte: Primeiro, é manifesto que o Governo pretende evitar que a sua estrondosa derrota venha a público, evitando que o Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais seja lido em plenário; Segundo, o Governo pretende evitar que publicamente seja desmascarado o escândalo de vir apresentar à Assembleia da República uma proposta de lei abertamente inconstitucional; Terceiro, o Governo pretende evitar que surja com clareza perante a opinião pública que ficou isolado nesta importante questão!

De facto, só deste Governo: por um lado, ao fugir com o rabo entre as pernas retirando a proposta, argumenta que o faz porque a sua discussão — considerada inconstitucional pela AR — seria «inútil» e por outro (e ao mesmo tempo) anuncia a possibilidade de reincidir e vir a renovar a iniciativa legislativa já declarada inconstitucional, impondo assim nova discussão Inútil!

Se isto não é lidar afrontosamente com a Assembleia da República... então o que será?

Pelos vistos, para o Governo até o «inútil» tem utilidade. Quanto mais não seja para desrespeitar outro órgão de soberania...

tência exclusiva para a aprovação do Orçamento Regional, se, no mesmo Orçamento não for respeitada a regra da especificação, e, consequentemente, a discriminação das receitas e despesas for efectuada de forma insuficiente, por global, não dando a conhecer todo o plano financeiro, parece claro que é efectivamente restringido o poder da Assembleia Regional, passando os poderes que lhe são retirados para o Governo Regional que, em fase de execução orçamental poderá dispor, como entenda, das verbas previstas apenas por dotações globais correspondentes às funções das Secretarias Regionais.»

«Donde se conclui, avançou o deputado do PCP, que, em nossa opinião, o Art.º 22.º, n.º 1, alínea f), do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, parece efectivamente, não só ter sido inconstitucionalizado pela nova redacção dada no Art.º 108.º da Constituição na Revisão Constitucional, de 1982, violando esta disposição por não prever justificação suficiente das receitas e despesas orçamentais, como violar de igual modo o Art.º 234.º, por restringir os poderes de aprovação orçamental conferidos, em exclusivo às Assembleias Regionais por esta disposição Constitucional.»

«A independência orçamental das Regiões Autónomas não significa que, nesta matéria, não tenham de ser respeitados os princípios informadores da Constituição no aspecto financeiro, e quanto à elaboração do Orçamento, pelo menos as regras previstas na Lei Fundamental. Sendo que a Constituição atribui à Assembleia Regional compe-

Trabalhadores

Intensa onda de lutas

Mantém-se o conflito na **Banca** ■ Greves na **RN, STCP, CP, pesca do arrasto, barcos do Barreiro** ■ Prevista greve na **indústria de carnes** ■ Condenada a detenção de sindicalistas do sector da Saúde ■ Mais de 50 mil trabalhadores na iminência do desemprego (ver «Em Foco») ■ Mineiros concentram-se pela reabertura das **Minas da Borralha** ■ Movimento dos **trabalhadores de limpeza** da Câmara de Lisboa pode levar à greve ■ Vigílias dos **têxteis** pela contratação, no Porto e na Covilhã ■ Concentração dos trabalhadores das **IPSS** no Porto ■ Concentração dos **rodoviários** em Lisboa ■ Semana de luta no distrito de Lisboa ■ Hoje, duas horas de «seat in» na Rua Augusta ■ Contra desmantelamento da **EPAC, Quimigal, Cometna, Sorefame, Fábrica de Louças de Sacavém** abandonada pela gerência com salários em atraso ■ **Função Pública** rejeita os 9 e meio do Governo ■ Acções de luta e protesto envolvem milhares de trabalhadores.



FLS: em greve desde 27 de Junho pelos salários contra a ruína

As inseguras férias deste ano começam no meio de intensa movimentação sindical. As greves e outras formas de luta em locais de trabalho, que vão desde os balcões da Banca aos barcos de pesca, extravasam para a rua. O aumento desabado dos despedimentos, a desumana precariedade do emprego, a incerteza de encontrar no mesmo sítio o posto de trabalho que se deixou antes do período de férias obrigam dezenas de milhares de trabalhadores a viver este Verão pensando no Inverno.

De Faro a Vila Real e Bragança, da Tabopan à Central, dos bancários aos trabalhadores agrícolas, engrossa o coro de vozes contra a política deste Governo por todo o País. As principais reivindicações e protestos incidem no direito ao trabalho e ao salário, na defesa das empresas e dos empregos, num mínimo de garantias quanto ao futuro imediato nos sectores mais

ameaçados como a pesca, a metalomecânica, a indústria naval, o volume do emprego na **Função Pública**.

Motivos fortes das lutas e das greves que se prolongam, designadamente na Banca e nos transportes, residem na contratação colectiva e nas carreiras — problema particularmente sensível na Administração Pública e na CP.

O Governo mantém-se disposto a aplicar um tecto salarial inaceitável. Dos 15 por cento inicialmente anunciados pelo primeiro-ministro (ver «Em Foco») che-

gou-se aos 9,5 por cento de aumentos salariais recentemente rejeitados pelos sindicatos da **Função Pública**. As reivindicações salariais oscilam entre os 17 e os 23 por cento.

Anteontem era anunciado novo período de paralisações dos trabalhadores bancários. Nos Transportes Colectivos do Porto e na Rodoviária Nacional mantinham-se os períodos de greve, enquanto sindicatos e trabalhadores se movimentavam para resolver os conflitos e acabar com os transtornos que as greves têm causado às populações.

Mas o grande responsável pelo agravar das formas de luta continuava praticamente sem mexer uma palha. A par das paralisações e greves ocorriam entretanto concentrações em Lisboa, Porto, Covilhã, semanas de esclarecimento e de luta com acções diversas em Vila Real, Bragança, Aveiro, Braga, Santarém e Faro.

Os trabalhadores das Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS, dependentes do Governo) organizaram uma concentração junto do Ministério do Trabalho (delegação do Porto). Postos de trabalho e carrei-

ras, segurança do emprego motivam esta forma de luta, assim como dezenas de outras em empresas como a **Fábrica de Louças de Sacavém** (greve com piquetes, salários em atraso e abandono da empresa pelos patrões) na Central contra despedimentos e redução de postos de trabalho, no sector automóvel, nas regiões de Lisboa e Setúbal duramente afectadas pelas dívidas salariais.

Os períodos de greve tendem a aumentar e, se o Governo mantiver as suas posições, vão desenvolver-se outras lutas em diversos sectores.

14 a 18 julho

**SEMANA
DISTRITAL
DE
LUTA**

COLABORA
PARTICIPA

Hoje
EM DEFESA DAS EMPRESAS!

**DIREITO
AO TRABALHO**
2 horas sentados
RUA AUGUSTA
17/7 - 15h 30

SECTORES

Químico

A **Quimigal** emprega 9500 trabalhadores, tem 76 fábricas em localidades como o Barreiro, Estarreja, Alverca, Ansião, Alferrarede, Cartaxo e Matosinhos; realizou no ano passado um volume de vendas de 61 milhões de contos; possui participações financeiras directas ou indirectas em várias empresas nacionais e estrangeiras, vinte das quais, empregando em conjunto 2848 trabalhadores, conseguiram alcançar no ano passado um volume de vendas de 46 milhões de contos. É esta empresa pública do sector empresarial do Estado que o Governo pretende desmembrar, na prática destruir. As organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores e as Células do PCP recordam que «desde 1978 a Quimigal gastou em encargos financeiros 60 milhões de contos». Essa soma, superior aos prejuízos acumulados, excedeu, naquele período, o total dos encargos com o pessoal, que «se situou na ordem dos 50 milhões de contos». A operação de desmembramento, segundo modelo encomendado a uma firma estrangeira, «The Boston Consulting Group», é conduzida pelo conselho de gerência, com o apoio do Governo Cavaco. Os trabalhadores e as suas organizações rejeitam totalmente os planos dos gestores, que incluem a venda de património e de acções em empresas partici-

padas, como a **Fisipe, Lusofane e Sitenor**. Incluem também a venda da herdade da **Parrada**. Tudo «sem qualquer objectivo de recuperação económica». Recorde-se que, no fim do ano passado, a **Quimigal** era credora de 15 milhões de contos, só de indemnizações compensatórias que o Fundo de Abastecimento não pagou. Além da redução e mesmo eliminação drástica de postos de trabalho, o desmembramento da **Quimigal** iria afectar duramente localidades inteiras, e só os grandes interesses privados ficariam a ganhar. As ORTs apelam à unidade para defender a empresa, os salários e os postos de trabalho na **Quimigal**. Noutra das grandes empresas do sector, a **Petrogal**, os trabalhadores apresentavam entretanto uma proposta de aumento salarial de 22,9 por cento para vigorar desde Outubro do ano corrente.

Têxtil

A propósito do recente despedimento colectivo de 91 trabalhadores na Cruz de Pedra, em Guimarães, os comités têxteis deste concelho, de Vila Nova de Famalicão e de Barcelos (organizações do PCP) recordam que «em 1985 foram encerradas em nove distritos 87 empresas, e em outras 16 procuram despedir 6100 trabalhadores». Os comités, que mani-

festam a sua solidariedade activa com os trabalhadores em luta e repudiam os despedimentos, sublinham que só no distrito de Braga (dados referidos a meados de Junho) na indústria têxtil e no vestuário há cerca de 6000 trabalhadores com salários e outras remunerações em atraso nas seguintes empresas: **Arquinho, Cruz de Pedra, Albi, Joaquim Rodrigues (Giestal), Augusto Luciano Guimarães, Saganhal, Gori, Polan, Sampalo Ferreira, F. Carreira, Setex, Carides, Barcelense, Gulal, Carlos Matos, Sampex, Costa & Rodrigues, Rodrigues & Quintas, Barcelã, Fábrica de Ferro e F. Marinho**. Parte do patronato continua a «empatar» a revisão dos salários.

Metalúrgico e metalomecânico

Centenas de despedimentos, diz a Federação sindical (FSMMMP), redução dos postos de trabalho, retirada de regalias e discriminação salarial estão subjacentes ao plano dito de «reordenamento», mas que efectivamente visa destruir as empresas da metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado, como já sucedeu na **Sorefame** com a entrega à **SGM** da fábrica da Amora. A FSMMMP, como

já tinha sucedido com as ORTs da **Sorefame** e da **Equimetal**, que adoptaram formas de luta, condenam esta operação do Governo, gerências e IPE (Instituto de Participações do Estado) e exigem «medidas económicas concretas» da parte dessas entidades. Os trabalhadores afectados devem manter-se «unidos, firmes e determinados na luta pela defesa dos seus direitos e interesses», destaca a Federação sindical. No mesmo sector, o Sindicato do Porto (STIMM) sublinha que no sector metalúrgico português, embora tenha diminuído em 1170 o número de trabalhadores com salários em atraso, o total da dívida em Junho findo (448 250 contos) era superior em 37 mil contos ao verificado em fins do ano passado. Por outro lado, «das 29 empresas devedoras de remunerações em finais de 85, cinco delas falliram, empurrando para o desemprego 362 trabalhadores». As empresas que faliram: **Francisco Barbosa de Castro, Grelque, Tinoco, Topim e Varandas**. Recentemente estiveram em greve os cerca de 80 trabalhadores da **Metalomecânica de Aveiro** pelos salários em atraso e os postos de trabalho. Mais de cem trabalhadores já abandonaram a empresa por causa das dívidas salariais, revela o Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro que comenta: «mais um caso a demonstrar quanto é fictícia a propaganda do Governo Cavaco Silva sobre a questão».

Internacional

Mitterrand na URSS

Propostas «sensacionais», ou «vamos estudar seriamente»?

«Tentemos analisar tudo de outra maneira: que o Ocidente reduza os tipos de armas em que tem vantagem e nós, sem hesitarmos, eliminaremos os "excessos" de armas em que temos supremacia. Por outras palavras, vamos procurar o equilíbrio a um nível mais baixo. É uma tarefa real e urgente e temos o direito de contar com uma resposta positiva e concreta da parte do Ocidente».

São palavras do camarada M. Gorbatchov no Kremlin, quando da recepção ao presidente francês François Mitterrand. E que em síntese traduzem uma proposta concreta e uma exigência de que também da parte dos dirigentes do mundo capitalista finalmente se afirme a consciência do carácter da época que vivemos. Uma exigência de uma nova mentalidade, baseada na compreensão dos perigos que todos corremos e da interdependência profunda que hoje se vive no nosso pequeno planeta.

Trata-se de uma proposta que se insere nos conjuntos interligados das múltiplas propostas de paz e desarmamento que têm vindo a ser avançadas pela

tas muito importantes entretanto individualmente formuladas, em particular pela URSS: o programa soviético de liquidação total e universal das armas nucleares e

mica necessária ao nosso desenvolvimento e elevar o bem-estar do povo (...). Todo o país se pôs em movimento. A disponibilidade dos soviéticos para dedicar o seu talento, capacidades, conhecimentos, experiência e energia, lembra os momentos mais emocionantes da história do nosso Estado.

«O cumprimento dos nossos planos só é possível em condições de Paz. Por isso a nossa orientação geral nos assuntos internacionais para fazer tudo com o fim de reforçar a Paz e cessar a corrida aos armamentos».

Esta a verdade para o socialismo.

E para o capitalismo? É sabido que há quem muito ganhe com o chorudo negócio das armas e da corrida aos armamentos. É sabido que o projecto da «guerra das estrelas» é mesmo conhecido pelo «negócio do século».

Mas os factos — bem concretos — testemunham que a orientação hoje inequivocamente mili-

tarista do capital não tem dado propriamente «saúde» à economia capitalista. Sem dúvida porque se trata de um sistema sem futuro. Mas também porque a sua militarização conduz a agravamento de todos os problemas.

Os factos testemunham ainda que no plano decisivo do desenvolvimento técnico-científico, o papel dominante de uma orientação militarista está a saldar-se em fracassos evidentes. Sem escamotear potencialidades e realizações. Estamos apenas a constatar uma realidade concreta.

Mas a questão que se coloca é ainda outra. Diríamos: planetária. Porque em nome da vida a paz é alternativa única.

A nova mentalidade que se exige é simplesmente a compreensão desta realidade.

Entretanto, até à data, não só o imperialismo em nada avançou no caminho do simples desanuviamento — também em termos políticos —, como, pelo contrário,

Le Duan morreu

Le Duan, secretário-geral do Partido Comunista do Vietnam, sucessor de Ho Chi Minh, morreu no passado dia dez.

O PCP, em telegrama assinado por Álvaro Cunhal, enviou as suas condolências ao Comité Central do Partido Comunista do Vietnam:

«Queridos camaradas
A morte do camarada La Duan, cuja heróica vida foi consagrada à luta de libertação nacional e social do Vietnam, à causa do socialismo e do co-



munismo, constitui grande perda para o povo vietnamita, Partido Comunista do Vietnam e Movimento Comunista Mundial. Nesta hora de dor enviamos sentidas condolências com fraternal solidariedade do Partido Comunista Português.»

se assiste simultaneamente a uma recusa em avançar em quaisquer medidas de desarmamento e ainda o dinamitar de outros acordos em vigor.

Na prática, o que se passa, é que o imperialismo não responde propriamente com um não às propostas avançadas pela comunidade socialista. O que tem a ver com a força do movimento da paz e com a simples impossibilidade, face à opinião pública, em defender abertamente posições belicistas.

A resposta — já «clássica» — é: «vamos estudar seriamente» (tão «clássica» que agora também é utilizada para evitar sanções contra o regime de «apartheid»).

Paralelamente põem-se em causa acordos tão importantes como o Salt-2. O que já repre-

senta, de par da sabotagem, a regressão.

Neste contexto é importante que em Moscovo o presidente francês tenha afirmado serem «sensacionais» as propostas soviéticas, acerca de diversos aspectos do desarmamento, avançadas nos últimos meses.

E mais importante ainda o facto de haver coincidências (o que não exclui a existência de diferenças concretas) no que respeita à necessidade de equilíbrio, sendo considerado inadmissível destruir os acordos limitativos da corrida aos armamentos (é o caso do Salt-2 e do Acordo Sobre a Defesa Anti-Míssil), tal como permitir qualquer alargamento dessa corrida ao Espaço.

Estas as declarações.

A vida dirá da sua tradução na prática.



O camarada Gorbatchov recebe o presidente francês

URSS e a comunidade socialista.

No passado mês de Junho, os países do Tratado de Varsóvia, reunidos em Budapeste, puseram na «mesa» da NATO uma importante iniciativa de desarmamento para o velho continente. Assim, se as forças armadas terrestres e a aviação táctica dos países europeus da NATO e do Tratado de Varsóvia fossem reduzidas de 25%, os blocos militares que se enfrentam no nosso continente dividido seriam reduzidos em mais de um milhão de homens.

Ainda ficariam 3 milhões. O que é muito. Mas sem dúvida tratava-se já de baixar o nível de confrontação. O que é muito importante. E ainda de um primeiro passo no único caminho realista. O que seria ainda mais importante.

Também em Budapeste, os Estados do Tratado de Varsóvia manifestaram colectivamente o seu total apoio a outras propos-

outras armas de genocídio, até ao fim do século XXI; a suspensão definitiva dos ensaios nucleares; o não alargamento da corrida aos armamentos no espaço cósmico, e outras medidas conducentes ao desarmamento.

Os Estados do Tratado de Varsóvia afirmaram ainda o compromisso de que nunca, em nenhuma circunstância, seriam agressores contra qualquer Estado, na Europa como em outra região do mundo, se não forem vítimas de uma agressão.

«Filosofias» e a realidade

É toda uma «filosofia» militar que se retira destas propostas e garantias. E que Gorbatchov expôs de forma muito simples perante o presidente francês.

«A essência da estratégia do XXVII Congresso do Partido reside em fazer accionar todo o potencial socioeconómico e democrático do socialismo, dar a dinâ-

JORDÂNIA

Massacre na Universidade de Yarmouk

Foi na madrugada do dia 15 de Maio, na Jordânia. A Universidade de Yarmouk foi cercada por três mil soldados. Dois mil polícias invadiram as instalações universitárias. Sobre o que se passou nessa noite, o governo lançou um manto de silêncio.

Mas não há repressão nem censura que possam calar um massacre, passar uma esponja sobre as vidas ceifadas e estropiadas, as dezenas de mortos, as centenas de feridos, as inúmeras prisões efectuadas. Mesmo quando as visitas aos presos e feridos são recusadas. Como recusada é mesmo a entrega dos corpos às famílias dos assassinados (para evitar o detectar das causas das mortes?).

O massacre de Yarmouk, em que armas de fogo, bastões e gases lacrimogéneos foram utilizados para esmagar um protesto estudantil, com uma violência inaudita (houve estudantes espancados até à morte), é um crime que culmina — como é assinalado em Apelo das organizações e partidos democráticos da Jordânia — toda uma série de acções de perseguição às forças progressistas jordanas, acções que passam pela prisão de militantes e dirigentes dessas forças, nomeadamente do Partido Comunista da Jordânia.

Esta a dimensão política geral do crime. Mas importa ver mais de perto um pouco da sua história, porque nos leva a uma melhor compreensão da orientação e posições assumidas pelo regime jordano, em particular no que respeita à realidade do Médio Oriente e à questão central do problema palestino.

Estudantes da Universidade de Yarmouk e da Universidade Jordana em Amman têm participado em manifestações de solidariedade com o povo palestino e com o povo libanês. Manifestações — pelo seu próprio conteúdo — objectivamente viradas contra a política imperialista na zona.

Quando da agressão militar dos Estados Unidos contra o povo líbio, realizaram-se importantes manifestações de repúdio. Estudantes, nomeadamente da Universidade de Yarmouk, participaram nas acções de protesto.

À acção de massas contra o crime dos EUA, seguiram-se dezenas de prisões: jovens estudantes, militantes de organizações e movimentos da oposição, e em particular militantes e dirigentes do Partido Comunista da Jordânia.

A direcção da Universidade participou directamente na re-

pressão, através da expulsão definitiva ou temporária de dezenas de estudantes.

A escalada repressiva acentua-se. Universidades, institutos e mesmo escolas secundárias começam a viver sob cerco policial, com carros militares estacionados às suas portas. Exige-se um cartão de identidade para entrar e sair das instalações estudantis.

Todos os esforços dos estudantes no sentido de alterar a situação de repressão vivida nas escolas e levar à libertação e reintegração dos colegas presos ou afastados foi esbarrando com o muro da recusa oficial.

Eram e são reivindicações dos estudantes: o cancelamento de todas as decisões de expulsão; a libertação dos estudantes presos, a retirada das forças policiais estacionadas na universidade; a alteração da data dos exames em função de uma resposta a estas exigências.

No dia 12 a Universidade era cercada, enquanto os estudantes mantinham a ocupação das instalações como forma de luta em defesa das suas legítimas exigências. Concretamente, a sua luta contra a repressão.

O processo culminou com a invasão da Universidade e o massacre dos estudantes.

Nos dias que se lhe seguiram, a repressão continuou. A polícia

prende mais dirigentes do Partido Comunista da Jordânia e do movimento democrático de oposição. A vaga de prisões atinge também professores e empregados da Universidade de Yarmouk e mesmo alguns soldados que se recusaram a cumprir a ordem de invasão das instalações estudantis.

Os factos interligam-se. A invasão e massacre da Universidade de Yarmouk coincidiu com renovados esforços por parte dos Estados Unidos para se instalarem na zona. O massacre e a vaga repressiva teriam também como objectivo criar as condições internas favoráveis a tal pretensão do imperialismo.

Um conjunto de factos que bem se harmoniza com a decisão do governo jordano de encerrar 25 centros da OLP em todo o território da Jordânia, medida apresentada como represália face a um comunicado do conselho revolucionário da Fatah, que denunciara a política do rei Hussein em relação à OLP.

Os objectivos do regime são claros.

Mas como se afirma em documento das organizações e partidos progressistas da Jordânia, «as massas do nosso povo e as suas forças nacionais não vão ficar aterrorizadas com a repressão. Estamos decididos a continuar a luta por um governo democrático nacional na Jordânia.»

Internacional

África do Sul

Racistas recuam face à luta popular

A libertação de Elijah Barayi, presidente do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), no início desta semana, representa uma importante derrota das autoridades racistas de Pretória, apostadas desde o início do mês em dismantelar a direcção do COSATU e dos principais sindicatos nela filiados.

A prisão de mais de 900 sindicalistas e a entrada em vigor da nova lei de segurança interna, que autoriza a prisão de pessoas sem culpa formada nem julgamento, durante seis meses, revelou-se completamente impotente para evitar um novo fluxo de lutas contra o *apartheid*.

Na segunda-feira, os trabalhadores negros cumpriram mais uma jornada de protesto, adoptando formas diversificadas que foram desde greves totais ou parciais às greves de zelo, passando pela redução dos ritmos de trabalho e pela realização de plenários.

Ao mesmo tempo, a reabertura das aulas, deliberadamente retardadas pelos racistas com o objectivo de impedir protestos, ficou assinalada pelo boicote generalizado tanto de alunos como de professores. A maior parte destes últimos recusou-se com efeito a cumprir as instruções do governo para inscrever de novo todos os alunos negros e passar-lhes cartões especiais, uma manobra que na prática visa re-

por discriminações raciais nas escolas, teoricamente abolidas.

O apelo entretanto lançado ao governo de Botha por numerosos empresários no sentido de serem libertados os sindicalistas presos, de modo a que se torne possível normalizar a actividade laboral, dá bem a medida da adesão às múltiplas jornadas de luta contra o estado de emergência e pela libertação dos presos políticos.

Como afirmou o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Mineiros (NUM), Cyril Ramaphosa, na jornada histórica da criação do COSATU nos últimos dias de Novembro do ano passado, o **governo demonstrou claramente que já não controla o país. Chegou o tempo da classe operária lhe exigir que**

abandone o poder, a fim de permitir aos legítimos dirigentes deste país tomarem o seu lugar.

A prova de força travada nestes dias, em que Pretória começou a ser forçada a ceder, revela não apenas a justeza daquela afirmação mas ainda, como reconhecia recentemente um articulista do insuspeito «Le Monde» (insuspeito de simpatias comunistas, está bom de ver), que **o movimento anti-apartheid se reforçara com uma nova arma, multirracial, de uma força inestimável, com a qual os senhores do racismo institucionalizado tinham de passar a contar — a força organizada da classe operária, o sindicalismo sul-africano.**

Todas as tentativas falaciosas dos racistas para fazer crer que as actividades «verdadeiramente sindicais» seriam permitidas, pretendendo com isso despolitizar a actividade dos sindicatos, foram desmascaradas à nascença. Porque ninguém ignora que nenhuma luta se trava hoje na África do Sul que não seja política. E o COSATU deixou bem clara a sua consciência disso, ao afirmar desde a sua criação a convergência de objectivos de

luta com o Congresso Nacional Africano (ANC).

A necessidade das sanções

Entretanto, no panorama internacional, crescem as críticas às potências ocidentais que alinham de perto com a política de «engajamento construtivo» dos EUA em relação à África do Sul, impedindo objectivamente a aplicação de sanções totais e obrigatórias contra o *apartheid*.

Particularmente em foco têm estado os países da Comunidade Britânica (Commonwealth), que de forma concertada apertam o cerco à política colaboracionista de Margaret Thatcher, pondo já em causa a própria sobrevivência daquela organização.

O anúncio do boicote aos Jogos da Commonwealth, em Edimburgo, feito por alguns dos países membros, ameaça generalizar-se; a frieza política com que foi recebido o ministro britânico Geoffrey Howe, na sua digressão por África, tem um significado que não é possível escamotear e que o governo de Londres não pode ignorar. A exigência de sanções contra a África do Sul sobe de tom e o preço

que o governo britânico está a pagar pelo seu alinhamento com Washington começa a tornar-se demasiado elevado.

Impossível também ignorar a pressão da opinião pública internacional, cada vez mais consciente do que representam os últimos anos do dito «engajamento construtivo»: o impasse do problema da Namíbia; a ocupação de parte do território de Angola e os sucessivos ataques a este país; agressões generalizadas aos países da Linha da Frente; a mais brutal repressão, exploração e discriminação do povo sul-africano; a ameaça constante à paz na África Austral e um foco de tensão que pode mesmo pôr em causa a paz mundial.

É isso que na sua essência representa a existência do regime de *apartheid*. É isso que os países capitalistas da Europa e o imperialismo norte-americano alimentam com o seu «engajamento construtivo».

A luta pela sua liquidação não tem outro caminho. É de morte esta batalha. O *apartheid* não tem futuro. Mas quantos patriotas terão ainda de morrer enquanto «damas de ferro» e Reagans debitam «construtivas» soluções de engajamento?

Coreia, um mês de solidariedade pela paz e a reunificação

A muralha que divide o território da Coreia, pode bem ser considerada como um símbolo do que é a política do imperialismo, as suas consequências e os seus limites. Porque a realidade da própria divisão foi imposta ao povo coreano, no fim da guerra, pelas tropas norte-americanas, que substituíram a sua missão de libertadores pela de novos ocupantes (reconduzindo mesmo ao poder os agentes do anterior ocupante japonês, afastados pela população organizada).

Porque se hoje a ocupação continua — e a divisão — há de permear uma guerra que o imperialismo perdeu quando pretendia estender o seu domínio a toda a península, a todo o povo

coreano. «Destruir» o muro, mas contra os interesses de uma nação e de um povo.

Neste momento é assinalado em todo o mundo o mês da solidariedade com a luta do povo

coreano pela libertação do país das tropas e das armas norte-americanas e a sua reunificação pacífica com base nos princípios democráticos.

O mês de solidariedade teve início em 25 de Junho (dia que marca o início da guerra, há 36 anos), e termina a 27 de Julho, símbolo de esperança e confiança nas potencialidades da luta, pois foi nesse mesmo dia que em 1953 foi assinado o armistício. Os planos do imperialismo de domínio total da península tinham-se saldado por uma derrota.

A realidade da Coreia hoje é muito difícil. No Sul impera a repressão, como bem testemunha a selvageria policial para esmagar as grandes lutas populares e de estudantes, realizadas nos últimos meses em Kuangji e outras cidades. Abaixo do paralelo 38, os EUA instalaram a sua maior base nuclear do Extremo Oriente, mantendo aí um contingente militar de 40 mil homens e um arsenal nuclear que segundo dados conhecidos atingiria as mil unidades.

Armas que pela sua própria existência constituem uma ameaça. Mas importa ainda acrescentar que de há muito o Pentágono, nas suas múltiplas manobras militares (provocatórias pela envergadura e objectivos) na zona, experimenta a tática do «golpe nuclear». Primeiro golpe — seria mesmo desnecessário dizê-lo.

Neste contexto assumem particular importância as novas iniciativas de paz, recentemente apresentadas pelo governo da República Democrática Popular da Coreia (a somar a muitas outras que têm vindo a ser sistematicamente avançadas).

São propostas no sentido de retirar as armas nucleares e tropas norte-americanas da Coreia do Sul (condição indispensável em qualquer processo de reunificação nacional), a transformação da península em zona livre de armas nucleares, o fim da práti-

ca corrente da realização de grandes manobras militares e o estabelecimento do diálogo Norte-Sul.

Nesse sentido é ainda proposta a realização de conversações trilaterais com a participação do ministro das Forças Armadas Populares da República Democrática Popular da Coreia, do comandante-chefe das forças armadas norte-americanas na Coreia do Sul e do ministro da Defesa da Coreia do Sul.

Não houve até agora qualquer resposta. O interesse do imperialismo está em consagrar a divisão. Em fazer passar por país independente (contra a vontade da sua própria população) a Coreia do Sul, território ocupado, base militar dos EUA. A isso se prende também o empenho de realizar no Sul os próximos Jogos Olímpicos. E se foi possível abrir caminho a negociações conducentes à realização desta importante realização desportiva internacional, simultaneamente nas duas partes do país dividido, mantêm-se os esforços no sentido de guardar exactamente para um território ocupado por forças estrangeiras, a parcela mais importante das suas realizações.

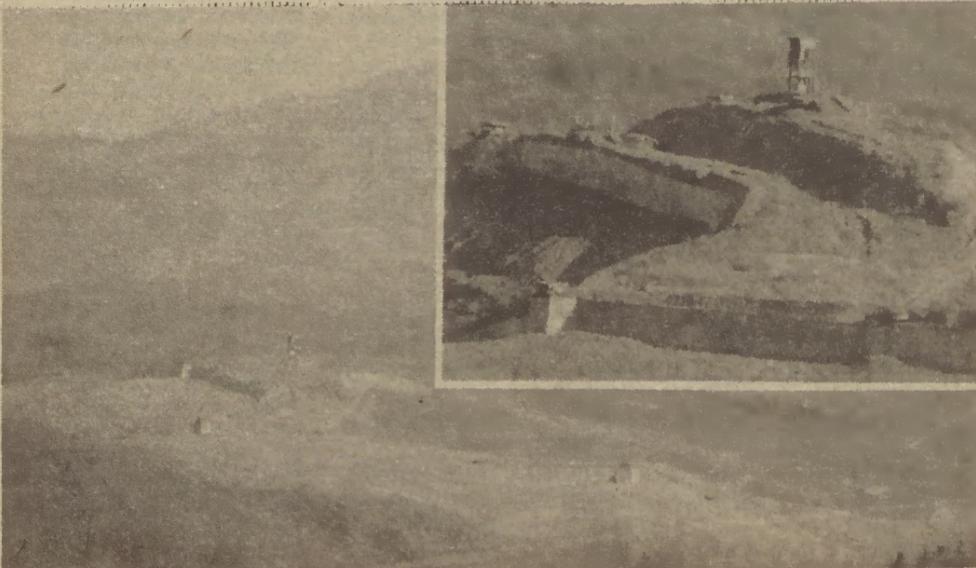
Uma vez mais os factos testemunham que para que a paz seja possível e a livre vontade dos povos se possa materializar, é condição indispensável a desmilitarização, impor o fim da política de força do imperialismo.

«Os empreiteiros de guerra anglo-norte-americanos ameaçam o mundo com uma nova carnificina. Para satisfazerem os seus apetites insaciáveis de domínio mundial (aliás votados ao fracasso), eles lançam as suas forças armadas contra a Coreia, não respeitando os princípios estabelecidos na Carta da ONU e deturpando-as, bombardeiam cidades, vilas e aldeias e matando homens, mulheres e crianças indefesas.

«Ao mesmo tempo que tentam esmagar os anseios de liberdade e independência do povo coreano eles procuram provocar com isto nova guerra atacando a URSS e as Democracias Populares defensoras da Democracia, da Independência Nacional e da Paz.

«Para evitar que os criminosos planos dos fomentadores da guerra se consumam, é necessário que o povo português, a classe operária à cabeça, enfileire decidida e corajosamente ao lado de todos os povos do mundo na luta pela Paz, contra a intervenção bandidesca dos anglo-norte-americanos na Coreia e pela proibição da arma atómica.

«Luta Pela Defesa da Paz — Contra a Intervenção na Coreia! Contra a Arma Atómica!» — «Avante!», VI Série, n.º 149, Julho de 1950



Uma muralha que divide as duas Coreias



BANCA e TRANSPORTES

Segundo apurámos no passado fim-de-semana, é provável que o conflito na Banca se prolongue com recurso a mais três dias de greve. Fontes sindicais indicavam mesmo os dias de hoje, 17, e os próximos 21 e 22, como datas prováveis para a continuação da greve nacional que, na quinta e na sexta-feira da semana passada, mobilizou entre 95 e 98 por cento dos 65 mil trabalhadores bancários em todo o País. Como sucede na Rodoviária Nacional (RN) e no Serviço de Transportes Colectivos do Porto (STCP) o Governo Cavaco Silva é directamente posto em causa pelos trabalhadores em greve e pelas suas organizações representativas.

Além das gerências dessas empresas públicas, que são da confiança do Governo, este tutela a sua actividade através dos respectivos ministérios. Segundo tudo leva a crer e conforme já foi tornado público pelos sindicatos — os da Banca, nomeadamente — a equipa Cavaco Silva pretende transformar os processos de contratação colectiva na Banca, na RN e no STCP em «tectos salariais» a aplicar como limite em futuras negociações. Bancários e trabalhadores dos transportes serviriam, assim, de «cobaia» para a imposição de um nível entre 13 e 15 por cento no máximo para a revisão dos salários, pelo menos no ano corrente.

Por isso com alguma razão, dirigentes sindicais da Banca consideraram a greve nacional de quinta e sexta-feira passadas como forma de luta indispensável para contrariar, além de outras razões objectivas, a situação de «pivot» que o Governo pretendia atribuir ao Acordo dos bancários. Recorde-se que, após dois dias de greve, o Governo não avançou mais que meio ponto nos 13 por cento que estavam na origem do conflito. Recorde-se também que a proposta inicial dos Sindicatos da Banca

(Norte, Centro e Sul e Ilhas) era de 23,5 por cento, baixando para os 18 por cento quando da entrega do pré-aviso em 4 do corrente, seis dias antes de iniciada a greve, e após três meses de negociações.

Na tentativa de imposição de um «tecto salarial», que este Governo nunca conseguiria por via legal, contam também as contrapropostas inaceitáveis pelos trabalhadores de outras empresas públicas, nacionalizadas ou de grande dimensão, como é o caso recente dos 11 por cento adiantados pelas administrações na Cimpor e na Secll do Porto, através de advogados estranhos às empresas, contratados para conduzir as negociações de revisão salarial.

O pouco empenho do Executivo Cavaco em evitar os conflitos com os sindicatos e o recurso à greve tem sido notório desde o princípio do ano.

Poucas horas antes, numa reunião decisiva para evitar a greve na RN, no dia 29 do mês passado (as paralisações tiveram início no dia 30) o secretário de Estado dos Transportes primava pela ausência, fazendo-se substituir por «um membro do seu gabinete», como referiu na altura um dirigente da FESTRU (Federação dos Rodoviá-

Governo directamente em causa como promotor das greves

rios) que continua a coordenar as greves na Rodoviária Nacional.

Episódio de relevo na política de confronto que este Governo escolheu logo no início do seu mandato contra os trabalhadores e contra as suas organizações representativas, as greves em curso nos transportes e na Banca (sobretudo esta última) demonstram bem a nulidade que sempre foi e continua a ser a «Concertação Social» e o respectivo «Conselho Permanente» de que, nominalmente, faz parte a UGT. ■

«O Governo afirma ter uma política de rendimentos. Afinal, tal política resume-se à ideia de que os aumentos salariais devem fixar-se de acordo com a inflação que o Governo espera. Isto é: os aumentos deverão ser cada vez mais baixos porque a inflação tende a cair. Resumir a tanto uma política de rendimentos, admitindo-se que ela exista, é de facto caricaturá-la», salienta a CGTP.

SITUAÇÃO SOCIAL GRAVÍSSIMA

Na vigência deste Governo taxa oficial de desemprego sobe de 9,6 para 11,1% (mais do que a média da CEE: 10,5%)

«**M**anipulando dados, escamoteando factos, servindo-se abusivamente de canais influentes da comunicação social, o Executivo de Cavaco Silva procura vender uma imagem distorcida da sua política e do País em que vivemos», afirmou a Comissão Executiva da CGTP-IN durante uma conferência de imprensa na passada sexta-feira. A situação social é considerada «gravíssima» pela Central que divulgou uma apreciação dos resultados da política do Governo, destacando factos e realidades que «a propaganda e o discurso oficial procuram escamotear». O aumento do desemprego é confirmado pelos próprios números oficiais.

Ao referir-se à «política de confronto e guerra social», bem ilustrada pelas greves mais recentes, a direcção da CGTP salienta que «a melhoria pontual de alguns aspectos das condições de vida dos trabalhadores deve-se fundamentalmente à sua luta».

A Comissão Executiva da CGTP disse aos jornalistas que as lutas dos últimos tempos permitiram «importantes vitórias dos trabalhadores». O tecto salarial que o Governo se esforça por impor tem sido derrubado. Como «exemplo mais esclarecedor», a Central unitária sublinha que «no 1.º semestre deste ano os trabalhadores conseguiram já aumentos salariais contratuais de 17,3 por cento em média, apesar de todas as tentativas e ameaças do Governo em relação às empresas que ultrapassassem o tecto salarial de 15 por cento», mais tarde baixado, aliás, para 14 e mesmo 13 por cento, como acontece agora na Banca, para já não falar na «provocação» dos 9,5 por cento oferecidos à Função Pública, com repúdio generalizado dos trabalhadores e dos sindicatos.

Na conferência de imprensa de sexta-feira passada a Comissão Executiva da CGTP forneceu dados recentes sobre a situação económico-social, designadamente no que respeita a emprego, salários em atraso e política de rendimentos.

Mais de 50 mil postos de trabalho ameaçados imediatamente

Em situação de «desemprego iminente» encontram-se neste momento mais de 50 mil trabalhadores. A *Inter* revela algumas das ameaças mais graves, parte delas já «em fase de concretização», a saber:

«2500 trabalhadores no sector da cristalaria; 1500 no sector mineiro; 7500 no distrito de Setúbal, apenas nos sectores químico e metalúrgico; 500 em diversas empresas do Algarve; 20 000 na pesca artesanal; 200 em duas empresas de Évora; 16 500 no sector têxtil; 1055 em três empresas de Santarém».

Somados estes empregos sob ameaça iminente (alguns entretanto desaparecidos) são 49 755. Se lhes juntarmos os 501 mil desempregados «oficiais» e os perto de 100 mil sem salários — recorda a Executiva da *Inter* — estamos perante «uma massa de 650 000 cidadãos desprovidos dos meios mínimos de subsistência».

Sobre o encerramento de empresas em alguns distritos desde o princípio do ano passado, os dirigentes da CGTP sublinham que, só por essa via, foram lançados no desemprego 14 169 traba-

lhadores em 295 locais de trabalho, sendo 12 empresas de Aveiro (número de desempregados por averiguar; 25 de Braga, 682 desempregados; 15 de Évora, 526; 11 de Faro, 408; 73 de Lisboa, 3699; 9 de Santarém, 931; 29 de Setúbal, 2809; 84 do Porto, 3147; e 37 de Viseu, 1967.

Quanto ao trabalho precário, que tem aumentado em número e nas formas que reveste, a *Inter* destaca a contratação a prazo. Em algumas das actividades mais atingidas, os trabalhadores assim contratados ultrapassam um terço do emprego no respectivo sector.

Assim, segundo a *Inter*, os contratados a prazo são 17,2 por cento na indústria alimentar; 17,1 na indústria de bebidas; 17 na indústria de tabacos; 22,3 nas fábricas de artigos de vestuário; 22,6 no fabrico de calçado; 17,9 na indústria de madeiras; 17,3 em outras indústrias transformadoras; 38 na construção e obras públicas; 27,4 em restaurantes e hotéis.

Outra chaga neste campo é o aluguer de mão-de-obra. Só nas instalações da Quimigal no Barreiro há mais de 500 trabalhadores alugados. Casos flagrantes são também a CNP, Setenave, Lisnave, CTT, Administração Pública e Siderurgia Nacional.

Alugadores de mão-de-obra vêm a público pela primeira vez

A CGTP divulgou na sexta-feira passada uma lista de «empresas alugadoras de mão-de-obra». É seguramente a primeira vez que vêm a público um número tão extenso de «empreendedores» neste ramo. Vale a pena registar os seus nomes:

Electro Instrumentos; Fidelis; Clarcon; Alfii; Lumofol; Sulus; Raul Teodoro; Adelino Construção Civil; Coloco; Gomes Lourenço; Frisa e Guerra; Montrepi; Socorame; Contubos; Chavimar; Tonave; Somanta; Motalvico; Mocor; Lisnico; Met. Saccil; Doca Limpa; Pintalave; Fernando Raimundo; Ramicoop; Galnave; Metalfuncallinho; Comilimpal; Gilco; Setumetal; Aimaced; Previna; Metalba; MAM, Lda.; Imporcer; Equigesti; Metalúrgica Lagamecas; Motatécnica; Gredimonta; Vaicor; Revel; Metalimpo; Equiver, Lda.; Setumec; Metalúrgica Joaquim Santos.

Note-se que a CGTP refere neste campo «apenas alguns exemplos», certamente que é impossível fazer um inventário completo dum ramo em franca expansão como são os negócios com o desemprego.

Referência à parte merece ainda o facto de essas alugadoras exercerem a sua actividade «sobretudo nas empre-

sobe de 9,6 para 11,1% (mais do que a média da CEE: 10,5%)

sas públicas (Siderurgia, Setenave) ou participadas como a Lisnave», sublinha, por outro lado, a CGTP ao recordar que, só nestas três últimas empresas, se registou «nos últimos anos uma redução de 3364 postos de trabalho».

Salários em atraso: é falso que a situação tenha melhorado

A CGTP-IN divulgou uma «lista descritiva e provisória das empresas com salários em atraso». No mês passado, em 15 distritos, incluindo a Região Autónoma da Madeira, havia 92 687 trabalhadores com salários em atraso em 716 empresas (ver quadros nesta página). A *Inter* salienta que é «completamente falsa» a melhoria da situação nesta campo com o advento de Cavaco Silva. Nem sequer a situação actual apresenta indícios de melhorar. Em Abril de 1985 havia, em 11 distritos, 92 857 trabalhadores sem receber salários em 684 empresas. No mesmo mês, um ano depois, nos mesmos 11 distritos, esses totais subiam para 96 110 e 784, respectivamente.

Política de rendimentos: uma caricatura

A chamada «política de rendimentos» publicitada pelo Governo é considerada uma caricatura pela CGTP. Aquilo que os jornais inserem como publicidade paga em página inteira «resume-se à ideia de que os aumentos salariais devem fixar-se de acordo com a inflação que o Governo espera».

O Ministério das Finanças gasta dinheiro públicos para promover salários ainda mais degradados. Para o Governo, se a inflação desce, também os salários devem baixar. A resposta a esta política tem ficado bem clara nas lutas dos trabalhadores, designadamente nas greves dos transportes e da Banca.

Mas — refere a Comissão Executiva da CGTP — embora efectivamente a inflação desça, sobretudo devido a factores externos, como a baixa do petróleo, a queda do dólar, etc., (factores que o Governo não controla) a equipa de Cavaco Silva recorre «à manipulação pura e simples de dados estatísticos».

Recorre-se — afirma a *Inter* — a «duas formas de cálculo da inflação — variação média anual e variantes em meses homólogos dos dois últimos anos — conforme as conveniências». Assim, «o Governo pretende fazer crer, através da manipulação de dados estatísticos, que a inflação conhecida nos

últimos doze meses é de 11,5 por cento, quando esta é de facto de 14,9 por cento», corrige a Comissão Executiva da CGTP.

Os trabalhadores recusam essas

contas e essa política, combatendo-a. «Os aumentos salariais verificados este ano são o resultado dessa luta», recorda a CGTP-IN. (Ver quadro sobre avaliação dos salários de base.) ■

Salários em atraso em 15 regiões — Junho de 1986 —

REGIÕES	N.º EMPRESAS	N.º TRABALHADORES
AVEIRO	34	3 093
BEJA	6	288
BRAGA	50	10 000
BRAGANÇA	2	800
ÉVORA	19	550
FARO	36	1 789
LEIRIA	60	6 525
LISBOA	257	24 815
PORTALEGRE	14	3 093
PORTO	108	17 333
SANTARÉM	60	7 000
SETÚBAL	49	15 510
VILA REAL	7	1 045
VISEU	11	541
R. A. MADEIRA	3	305
TOTAL	716	92 687

Salários em atraso (comparação em 11 distritos em 1985/86)

DISTRITOS	N.º EMPRESAS		N.º TRABALHADORES	
	1985	1986	1985	1986
AVEIRO	47	31	5 120	3 022
BRAGA	100	31	12 000	2 500
COIMBRA	36	25	3 570	2 000
ÉVORA	20	108	2 000	17 333
FARO	33	88	3 451	6 455
LEIRIA	35	60	4 550	7 000
LISBOA	27	54	25 000	13 962
PORTALEGRE	27	50	2 500	10 000
PORTO	97	35	14 790	1 103
SANTARÉM	50	56	5 189	4 500
SETÚBAL	69	246	14 687	28 235
TOTAL	684	784	92 857	96 110

Avaliação dos salários-base contratuais

	N.º CONVENÇÕES	N.º TRABALHAD.	AUMENTO MÉDIO (%)	VIGÊNCIA MÉDIA (meses)
Total, excepto Funç. Pública	89	893 387	17,8	12,3
Funç. Pública	1	450 000	16,5	12,0
TOTAL	90	1 343 387	17,3	12,3

■ Carlos Almeida

A política de direita e a juventude

ISEL

O exemplo de uma luta

Julho é, na maioria das escolas do ensino superior, tempo de exames. É a corrida às bibliotecas, a demanda de lugares sossegados (que já rareiam na cidade) para o estudo. Toda a concentração é pouca. É um ano de trabalho que está em jogo. Contudo, o ministro da Educação do Governo do PSD decidiu semear a instabilidade nos três institutos superiores de Engenharia do País. Pensava ele que a portaria n.º 173/86 que fixa uma cota de cinquenta por cento no acesso àquelas escolas para os estudantes dos ensinos profissionalizante e técnico-profissionalizante, o que consagra na prática a integração destas escolas no ensino politécnico, passaria despercebida. Enganou-se profundamente. Em greve há quarenta e dois dias, os estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) lutam pela dignificação da sua escola. Trata-se de um dos mais importantes processos de luta em escolas do ensino superior dos últimos anos.

Mas não é de agora esta luta dos ISEs. Já antes do 25 de Abril, os estudantes dos então «Institutos Industriais» reivindicavam para as suas escolas o estatuto adequado à qualidade do ensino ali ministrado. Viajemos, um pouco, por esses tempos. Para compreendermos melhor os objectivos das recentes medidas do Governo PSD neste campo. Ficaremos a saber que de «moderno», este Governo tem muito pouco, para além da propaganda.

O ensino da engenharia durante o fascismo

Muitos dos que nos lêem, lembrar-se-ão, ainda, por certo dos «liceus» e das «escolas técnicas», antes do 25 de Abril. O ensino da engenharia caracterizava-se, nessa época, pela existência dessas duas vias paralelas e, na prática, tornadas estanques.

Para os estudantes do «liceu», a perspectiva depois dos onze anos de um ensino teoricista e desligado das realidades socioprofissionais, era a Universidade. Por si só, não conferia qualquer qualificação.

Por sua vez, os estudantes do «ensino técnico» abandonavam as escolas com «diplomas profissionais», prontos para o ingresso na vida activa como operários especializados. Para os (poucos) que o desejassem, seguiam-se dois anos complementares que permitiam, depois, o acesso aos «Institutos Industriais», onde continuava a predominar a componente prática e oficial. Se desejassem ingressar na Universidade, eram obrigados a frequentá-la desde o primeiro ano, com a inevitável repetição de matérias.

Na vida profissional as discriminações continuavam. No acesso aos cargos de chefia e administração, privilegiavam-se os diplomados pela universidade. Da mesma forma, apenas estes podiam concorrer ao ensino.

Este sistema, para além do seu carácter profundamente antidemocrático, vedando a entrada dos filhos dos trabalhadores na Universidade, desenhava uma sociedade de capitalismo dependente, geradora, por isso, de grandes desequilíbrios. Já em 1972, um inquérito (o único existente em Portugal) às condições do exercício da profissão de engenheiro, realizado por iniciativa da Federação Europeia das

Associações Nacionais de Engenharia (FEANI), dava conta da existência, no nosso país, de 11 028 engenheiros com formação universitária e apenas 4329 engenheiros-técnicos, relação inversa à existente na maioria dos países europeus.

Com a falta de perspectivas de realização profissional e as discriminações de várias ordens para quem frequentasse o «ensino técnico» e, depois, os «Institutos Industriais», a tendência geral era para o seu esvaziamento em relação às escolas de nível universitário.

O 25 de Abril e a política de direita: esperança e frustração

O 25 de Abril criou condições para a resolução do problema, de acordo com as necessidades nacionais e os justos anseios dos estudantes.

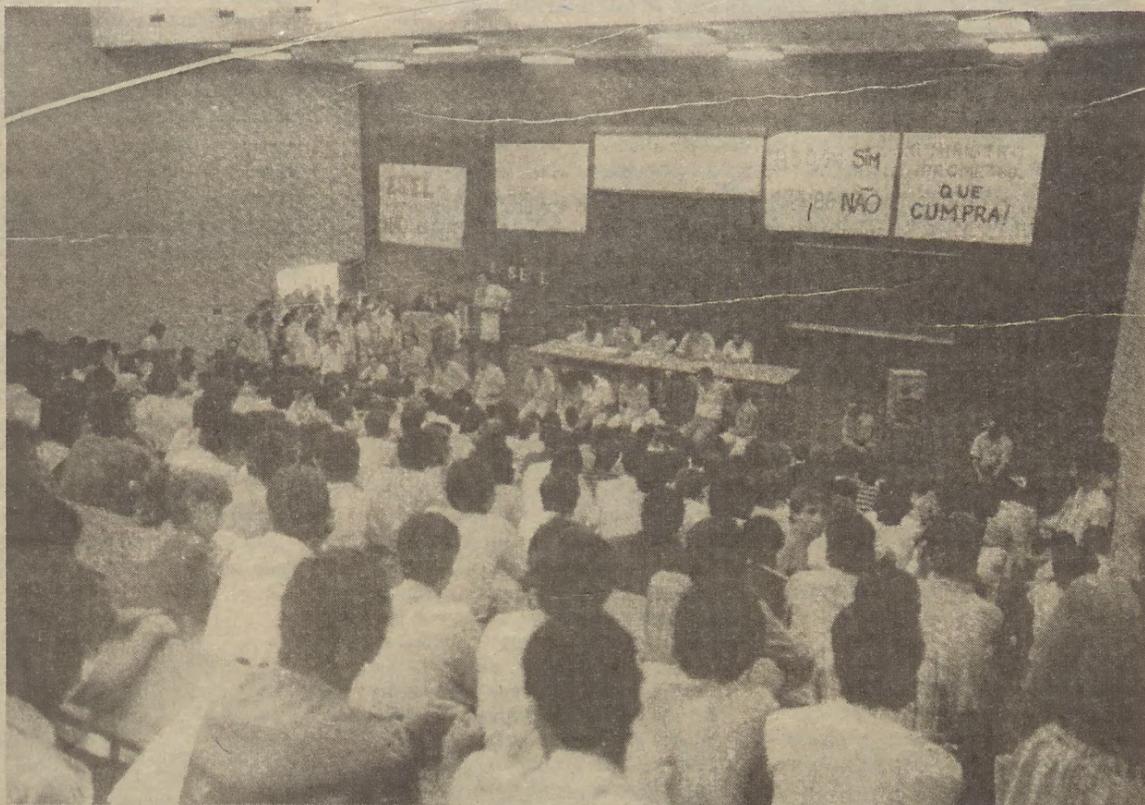
A chantagem do Governo e a unidade estudantil

Quarenta e dois dias de greve consecutivos. Assembleias gerais de escola de três em três dias, sempre muito concorridas e participadas. Manifestações pela cidade para esclarecimento da opinião pública das razões de luta. Este é o balanço possível, neste momento, da luta do ISEL, dos estudantes que constituem a sua força motriz e determinante e dos professores que, desde a primeira hora, se colocaram ao lado dos estudantes, nesta luta que também é sua.

Um dos aspectos mais significativos desta dura luta é a unidade inquebrantável que a tem sustentado. Ela tem sido a arma fundamental contra a chantagem que o Governo, indirectamente, tem exercido, deixando que a luta se arraste indefinidamente e o cansaço acabe por quebrar a resistência. A emenda 286 A/86, publicada no passado dia 7, não alterando o fundo do problema, demonstra, todavia, a fraqueza do Governo — a necessidade de «mudar» para tudo ficar na mesma — quando confrontado com um forte sentimento de unidade e solidariedade.

A luta prossegue entretanto. Pela revogação da portaria 173/86 e a aplicação integral do decreto 830/74, para que a lei de bases do sistema educativo, agora em discussão, venha a consignar o estatuto universitário do ISEL, assim como do grau de bacharelato.

Trata-se de uma luta em defesa dos direitos estudantis. Do direito ao emprego. Mas, para além disso, de uma luta em defesa da independência e desenvolvimento nacional. Contra uma política determinada. A política de direita que, por todos os meios, procurava destruir Abril. Também na Universidade ■



«Não ao Politécnico», posição claramente assumida nas AGEs (na foto, a Assembleia da última segunda-feira)

A 31 de Dezembro de 1974 publicava-se, no «Diário da República», o decreto n.º 830 que reconvertia os, agora designados, Institutos Superiores de Engenharia em escolas de nível universitário. De acordo com este decreto, os ISEs «organizarão imediatamente o ensino do bacharelato por especialidades e com a duração mínima de três anos» e «organizado o bacharelato, proceder-se-á à organização do ensino da licenciatura, também por especialidades». Os ISEs podiam,

ainda, conferir o grau de doutoramento.

Este diploma procurava, assim, «corrigir defeitos e injustiças flagrantes e criar correctas bases de partida que permitam a estas escolas contribuir para o desejado processo evolutivo e democrático das estruturas do ensino português».

Mas a política de direita, de início conduzida pelo Governo PS e prosseguida depois, no campo do ensino, pelo PSD, frustrou as expectativas abertas com o decreto 830/74. «Ensino Superior de Curta Duração» (1977) ou «Ensino Politécnico» (1979), ambas as designações escondem o propósito de reconduzir os ISEs a um estatuto de menoridade, relativamente às restantes escolas de engenharia de nível universitário. E, a cada uma destas tentativas, a Assembleia da República, sempre decidia retirar os ISEs destes sistemas.

Os ministros de direita justificam esta política com o argumento de que é necessário formar técnicos especializados para enfrentar o «desafio das «novas» tecnologias», esquecendo que, em grande medida, a modernização que o nosso país necessita passa pela instalação de infra-estruturas básicas como sejam, a electricidade, o saneamento básico, o ensino, a saúde, etc. Ilude, por outro lado, o facto de esses técnicos especializados formados à pressa caírem, a médio prazo, no desemprego e subemprego, precisamente devido ao constante avanço tecnológico para o qual não possuem a formação de base que lhes possibilitaria a actualização e reconversão.

As promessas do Governo Cavaco

Desde que tomou posse, o Governo desdobrou-se em promessas. En-

tão para a juventude é um nunca acabar de «vamos fazer isto e mais aquilo».

No início deste ano lectivo, o ministro João de Deus Pinheiro ordenava a elaboração de um estudo para a reconversão dos planos de estudo do ISEL em unidades de crédito. Prometia ele que, de acordo com as conclusões do estudo, deliberaria sobre a matéria. Pois bem, o estudo concluiu que o actual bacharelato concedido pelo ISEL é, já, de facto, uma licenciatura. Esperava-se, então, a medida correspondente que só poderia ser o cumprimento integral do decreto 830/74, despachando favoravelmente o plano de licenciaturas que o ISEL entregou no ME para homologação em 1980.

A portaria 173/86, repondo o esquema elitista e discriminatório existente antes do 25 de Abril — na medida em que impede os estudantes das vias profissionalizante e técnico-profissionalizante de ingressarem na Universidade, encaminhando-os para os ISEs — veio, deste modo, surpreender toda a escola. Mas por pouco tempo. A luta que desde então se desenvolve é a resposta à altura da gravidade da política do Governo PSD/Cavaco Silva em relação aos direitos dos estudantes.

Importa dizer, a terminar, que ela ocorre, precisamente, quando, na Assembleia da República, se discute o projecto de lei de bases do sistema educativo. Lembremos, a este propósito que somente o projecto do PCP consignava plenamente os anseios dos estudantes dos ISEs. As conclusões para que se encaminha a subcomissão são, em alguma medida, graves para o futuro dos Institutos Superiores de Engenharia. Uma razão mais para manter a unidade e reforçar a luta ■

VARSÓVIA

Uma cidade de contrastes

Da nossa enviada especial

Anabela Fino

Dos problemas não creio que deva dizer-se que já se falou demais, sobretudo quando a grande aposta está na sua resolução, e os principais interessados são os primeiros a dar o exemplo do seu público debate.

Mas pode certamente afirmar-se que dos mesmos problemas já se falou bastante, quando o que se pretende — traçadas que foram em linhas gerais as grandes questões — é dar de uma determinada realidade a mais ampla visão, sabendo embora que não há boa-vontade que evite o erro por defeito.

Como no caso concreto da Polónia. Onde, como é evidente, não existem só problemas. Onde, pese embora todos os esforços da nossa bem conhecida imprensa «pluralista» para fazer crer o contrário, se registam importantes passos positivos na consolidação do socialismo, que o mesmo é dizer da justiça social, do progresso, da paz.

Vale a pena saber como foi. Muitos estarão lembrados como no auge da crise polaca a campanha do imperialismo agitou o espantelho da «ditadura dos generais», deu como inevitável a intervenção dos países do Pacto de Varsóvia, chorou lágrimas de crocodilo pela «fatalidade» de se pertencer ao bloco socialista.

Poucos terão sido os que nesse período conturbado acreditaram — como fez o PCP, é bom lembrá-lo — na capacidade e possibilidade de uma solução polaca para a Polónia, escolhida pelos próprios polacos.

Nas múltiplas e contraditórias informações de então sobre a Polónia faltaram sempre dados essenciais. O que esteve longe de ser inocente.

Por exemplo, o caso dos generais. A questão voltou de novo à baila na Conferência de imprensa com o camarada Jaruzelski, encerrado que foi o X Congresso do POUP, devido à pretensa «invasão» dos órgãos directivos do Partido pelos generais.

A resposta não poderia ter sido mais elucidativa: em primeiro lugar, o Congresso elegeu livremente o novo Comité Central, onde a maioria é composta por operários; em segundo lugar, passam a efectivos do Bureau Político elementos que até aí eram suplentes ou membros do Secretariado; em terceiro lugar — e importa salientar que esta ordem é arbitrária — os militares que fazem parte da direcção do POUP são na generalidade dos casos há muito mais tempo políticos do que generais.

É o caso do próprio camarada Jaruzelski, que muito antes de ser general já era um responsável político do Partido no Exército. Pormenores que obviamente não interessam ao imperialismo.

Mas que interessam ao povo polaco e ao POUP, que não deixou de salientar que, confirmando a sua essência de classe e nacional, o Exército Popular Polaco, formado ideologicamente pelo Partido, actuando de acordo com as decisões tomadas no âmbito das prerrogativas constitucionais dos órgãos supremos do Estado, colocou uma barreira à ameaça contra-revolucionária, criou as condições para a estabilização político-económica e para a realização da linha socialista de renovação.

Expressando-lhe, por isso, um profundo reconhecimento.

O que acontece, é que embora saiba da diferença o imperialismo ainda não desistiu de procurar fazer crer que todos os militares são como aqueles em que se apoia. E se devesse o acredita — o que se duvida — é caso para dizer que se trata de um erro crasso... e fatal. Que não restem dúvidas. Na Polónia, o caminho do socialismo foi defendido e retomado de forma inovadora pelos comunistas, tanto os que servem o país no Exército, na Milícia ou nos Serviços de Segurança, como os que trabalham nas fábricas, nas minas, ou em qualquer outro sector da vida social.

Por isso é possível travar hoje com sucesso a batalha política, ideológica, económica, não obstante as ingerências imperialistas, que foram do financiamento da contra-revolução interna à

imposição de restrições económicas, que provocaram prejuízos estimados em cerca de metade da dívida externa polaca.

Por isso é possível hoje afirmar que o crescimento do POUP foi retomado, ou apresentar exemplos como o da Empresa de Trabalhos Técnicos «Hydrobudowa» — Slask-1 onde a organização de brigadas de trabalho voluntárias permitiu aumentar o rendimento em 50% e reduzir o tempo de execução em 30%.

Por isso é possível dizer, como foi feito no Congresso, que está chegando o dia em que os párias da sociedade, os corpos estranhos ao socialismo, se sentirão mal na Polónia.

Os sinais da mudança

Mas afinal, como se vive na Polónia? Falam-nos sem reboços de uma Polónia A e de uma Polónia B, a rica e a pobre, como um estigma que durante muito tempo marcou a sociedade, não sendo motivo de orgulho para ninguém. Marcas que persistem e a que se deseja pôr cobro.

Para quem se dê ao trabalho de olhar as pessoas que passam na rua, entrar nas lojas, assistir às compras do dia a dia, entrar nos transportes públicos, não deixam escapar a actividade cultural nos seus mais diversos tempos, pode perceber que os problemas de hoje são substancialmente distintos dos existentes alguns anos atrás.

Ao contrário do que chegou a suceder, as lojas de todo o tipo estão agora abastecidas, e os produtos racionados limitados à gasolina e à carne. Medidas de que ninguém gosta, em lado nenhum, mas que se entende serem necessárias para atingir o equilíbrio. Como nos foi dito, a carne barata de há meia dúzia de anos está agora a ser

paga com juros, como sempre sucede com os erros económicos.

No entanto, o esforço para melhorar os sectores mais importantes é visível. Varsóvia é uma cidade em obras, na verdadeira acepção da palavra. As linhas dos troleis estão a ser renovadas; as obras do metropolitano rasgam toda a cidade; os andaimes proliferam nas fachadas dos prédios em recuperação; os bairros novos despontam nos arredores no meio da intrincada teia da construção civil; do sub-solo sobem sons cavos dos feitos que se não vêem antes dos efeitos.

E por todo o lado se ouve dizer que é preciso mais, melhor e mais rápido.

O mercado de rua, se assim se pode chamar, é generalizado. Do produtor ao consumidor, como costuma dizer-se; chegam de manhã cedo, cenouras, cerejas, morangos, amoras, num convite colorido que dispensa qualquer publicidade.

Os quiosques de gelados e doces gozam de uma popularidade notória. Nem vale a pena perguntar onde ficam; basta seguir pela rua em sentido contrário aos comedores dos ditos que logo se descobre... Demasiado doces, pela parte que me toca.

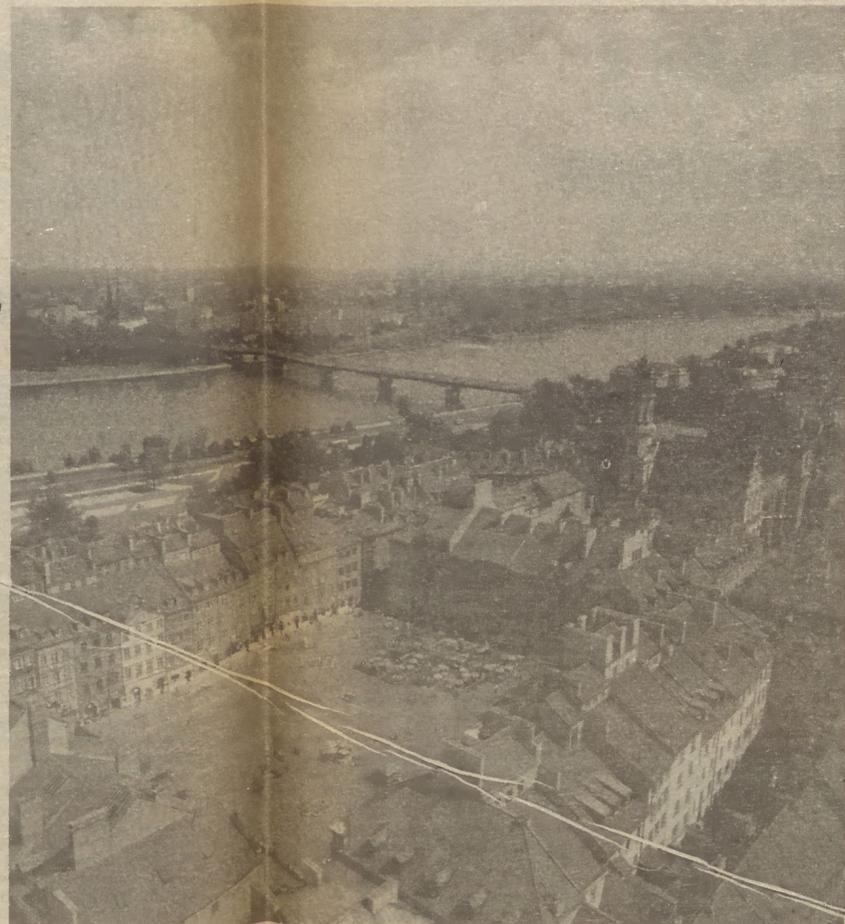
As igrejas proliferam e há-as de todos os tipos, desde as mais austeras às mais sumptuosas. Nas horas normais de trabalho encontramos apenas alguns turistas e um ou outro nacional mais idoso em recolhimento, embora as flores e velas em abundância testemunhem uma participação activa nos mistérios da religião. É todo o peso de uma tradição cultural e histórica que liga a população à igreja; no dizer da tradutora que nos serve de guia nos tempos livres, está profundamente enraizado o sentimento de que ser polaco é ser católico. Algo que exigiria mais tempo para ser entendido na sua verdadeira acepção.

Numa livraria descobrimos as «Crónicas de Fernão Lopes», traduzidas para polaco; numa Igreja Evangélica, volumes em todas as línguas, incluindo o português; nas discotecas, os clássicos confraternizam com as novidades «rock» dos tops de qualquer país; num museu de nome para nós impronunciável (a inflação de consoantes é terrível), a terceira bienal de cartazes de todo o mundo (Portugal está representado) enche as medidas ao visitante mais exigente; numa galeria de arte descoberta ao acaso encontramos uma mostra de posters pela paz, integrada nas iniciativas do Ano Internacional da Paz; nos cafés e bares que proliferam pela cidade não se bebe álcool antes da uma hora da tarde, numa medida para combater os efeitos do alcoolismo no trabalho, mas a variedade de sumos e batidos rivaliza com qualquer modelo. Aqui há que abrir um parêntese para lavar um protesto bem à portuguesa: as cervejas raramente estão frescas, o que é lamentável.

É neste deambular sem destino, com o único objectivo de nos perdemos deliberadamente na cidade para melhor a conhecermos que descobrimos a parte velha, a Varsóvia histórica, reconstruída depois da guerra num esforço notável que mereceu o louvor da Unesco.

Não creio que as palavras possam exprimir a beleza de «entrar» na história, descobrir as ruas empedradas, as frontarias dos edifícios todas decoradas com frescos, os jardins interiores, ouvir mesmo o som dos cascos de cavalos puxando carros de rodas agora só para prazer dos turistas, desembarcar inesperadamente numa praça onde se vendem peças de arte, se faz o retrato a carvão em poucos minutos, se ouve música de todos os tempos.

Melhor é ir lá e ver. Assim é Varsóvia, cheia de contrastes, preservando o passado e construindo o futuro, com o Vístula aos pés.



— À direita, a cidade velha banhada pelo Vístula, em baixo, os bairros novos para habitação



Cravos em Varsóvia

E se de repente lhe oferecerem cravos vermelhos, saiba que isso é uma homenagem por ser comunista, por ser solidário/a e por lutar em Portugal pela Revolução de Abril.

Aconteceu em Varsóvia, onde a forma como os jornalistas comunistas de outros países que melhor nos conhecem — e com isto quero dizer PCP — nos trataram rivalizou com o acolhimento dos camaradas polacos, que de várias formas distinguiram o «Avante!».

Terminava o X Congresso do POUP, no Centro de Imprensa enviavam-se os últimos telex, começavam as despedidas de amigos de fresca data que talvez nunca mais voltem a encontrar-se, trocavam-se cartões para prometidos contactos. Na mesa onde recolhia os últimos documentos surge um ramo de cravos vermelhos — um sorriso, duas palavras: As flores de Abril.



LUBLIN cidade do futuro

Se o passado está tão próximo de Lublin que não é possível esquecê-lo, não é menos verdade que o futuro está ao alcance da mão.

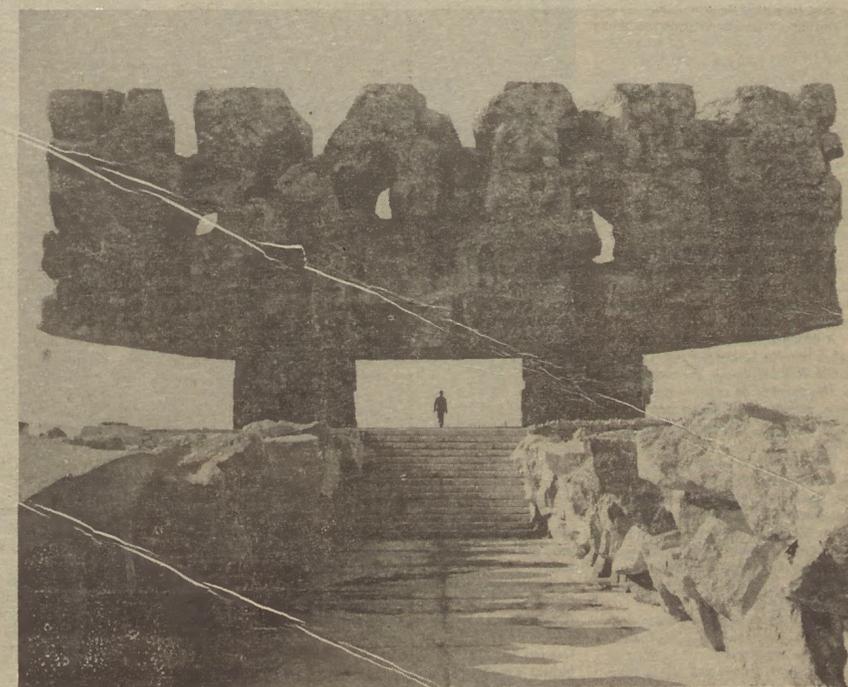
Sede do primeiro governo da Polónia socialista, duas vezes capital do país, cidade mártir, Lublin conserva e preserva o seu património de mãos dadas com o desenvolvimento. Importante centro industrial e cultural é um pólo de atracção de toda a região, orgulhoso dos seus êxitos no campo da economia que já lhe valeram diversas

distinções, nomeadamente a mais elevada da Polónia — a do Renascimento nacional.

Como nos explicou o camarada presidente da Câmara, um engenheiro técnico que desempenha o cargo há três anos, a atenção prioritária está a ser dada à habitação e às infra-estruturas; cerca de 75% das casas hoje existentes foram construídas nos últimos quarenta anos, estando destinados ao sector 35 mil milhões de zlots para o

actual quinquénio. O objectivo é criar as condições de vida necessárias a uma população de meio milhão de habitantes, número considerado óptimo para a cidade. Em construção está o Teatro que deverá ser um dos maiores do país.

No seu cartão de visita Lublin apresenta-se também como sede de acérrimos apreciadores de futebol e centro de nada menos do que 700 agrupamentos artísticos.



Monumento à entrada do campo de concentração de Majdanek — a porta que simboliza a esperança de sair

O nosso destino é uma advertência para vós

Em Majdanek há uma mensagem que importa reter: **Los Nasi Dia Was Przes Troga — O nosso destino é uma advertência para vós.**

Ali funcionou nos anos da guerra o terceiro maior campo de concentração nazi. A mensagem, inscrita no mausoléu em forma de anta que cobre os ossos e as cinzas de milhares de vítimas dos fornos crematórios, permanece tão actual que causa arrepios pensar que a Humanidade pode não ter aprendido a lição.

Em Majdanek morreram 360 000 pessoas, tantas como as que vivem em Lublin, a cidade mártir que fica a escassos quilómetros. Do campo de concentração apenas uma parte foi conservada, com o seu rol de horrores que vão das câmaras de gás aos fornos crematórios, passando por baracões quase sem ventilação onde os presos morriam devagar.

A entrada, o largo onde se fazia a contagem dos presos mantém o nome escolhido pelos nazis: «Rosa Vermelha». Só que ali nunca nasceu nenhuma rosa e o único vermelho que alguma vez correu foi o de sangue. Assim se conserva árido, indóspito, terrível.

Para que não esqueça.

Um comício de solidariedade com Domingos Abrantes

A província de Katowice é, do ponto de vista territorial, uma das mais pequenas da Polónia. Mas o mesmo não se pode dizer da sua importância económica, uma vez que ali existe a maior concentração industrial do país, com base na exploração de uma rica e diversificada gama de matérias-primas.

Entre as suas principais riquezas contam-se jazidas de hulha, reservas de minérios de cobre e chumbo, bem como matérias-primas para a construção (calcário, dolomitos, margas, areias e argila). Pelo que se compreende a existência em Katowice de quase todos os ramos da indústria, embora as mais importantes sejam as de mineração de carvão, siderurgia do

ferro e dos metais não ferrosos, e energética.

Como também se compreende que a região tenha sido palco, durante o conturbado período de crise política vivido na Polónia no início da década, de um intenso movimento contestatário com todas as particularidades que o caracterizaram (ver caixa sobre o «Solidariedade»).

Diferente é hoje a situação que aí se vive, como foi dado ver ao camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que fez parte da delegação política do PCP presente nos trabalhos do X Congresso do POUP, e que nessa qualidade participou num comício realizado no complexo siderúrgico de Katowice, um dos mais mo-

dermos da Polónia.

Dotado de sofisticados equipamentos técnicos e de vários tipos de tecnologias aplicadas, o complexo produz aço e produtos laminados de mais elevada qualidade a nível mundial, empregando mais de 16 mil trabalhadores.

Trabalhadores a quem o camarada Domingos Abrantes transmitiu as fraternais saudações dos comunistas portugueses, sublinhando como todas as forças progressistas acompanharam com interesse os trabalhos do X Congresso do POUP, na certeza de que as suas conclusões constituirão uma fonte de confiança de que os comunistas e a classe operária polaca ultrapassarão as suas dificuldades, defenderão e

consolidarão a sociedade socialista.

Durante a sua intervenção, Domingos Abrantes recordou as ricas tradições de luta da Polónia pela independência e o progresso social, tendo desejado os melhores sucessos na concretização dos rumos traçados pelo Congresso para elevar a um nível superior o desenvolvimento socio-económico da Polónia socialista.

O camarada Domingos Abrantes referiu-se ainda aos estreitos laços de amizade e solidariedade que ligam o PCP e o POUP, tendo salientado que os comunistas portugueses manifestaram desde a primeira hora a sua confiança na capacidade do Partido Operário Unificado Polaco e no povo polaco para derrotar a contra-revolução,

para, com o apoio do campo socialista e das forças revolucionárias de todo o mundo, derrotar a reacção interna e externa, salvaguardando as conquistas históricas do socialismo.

O imperialismo — disse — é particular o imperialismo norte-americano, recusando-se a aceitar o carácter irreversível da evolução para o socialismo, ingere-se brutalmente nos assuntos internos dos povos, provoca a corrida aos armamentos, nomeadamente nucleares, instala mísseis de médio alcance na Europa apontados aos países socialistas, pondo em causa os destinos da própria humanidade.

As forças da paz — sublinhou — se unidas e dispostas a agir, apoiando-se no campo socialista,

com a União Soviética à cabeça, principal baluarte da defesa da paz, fonte de inspiração e sólido apoio a todos os povos que lutam para se libertarem das cadeias da opressão e da exploração, podem derrotar os planos agressivos do imperialismo.

Após se referir de forma sucinta à situação interna portuguesa, salientando as importantes batalhas políticas e sociais do último ano que se traduziram em significativas vitórias para as forças democráticas, Domingos Abrantes expressou a convicção de que os comunistas portugueses e polacos, irmanados pelo ideal comum da construção da sociedade comunista, continuarão a reforçar os seus laços de amizade e solidariedade ■

A liberdade da América Latina passa pela Nicarágua

Em vésperas do sexto aniversário da vitória da revolução sandinista na Nicarágua, os Estados Unidos preparam-se para provocar nas próximas semanas uma série de conflitos armados na fronteira daquele país com as Honduras, a fim de justificar uma agressão armada de grande envergadura contra o povo nicaraguense.

Os planos norte-americanos, que incluem a utilização pela CIA de certas tribos índias da Nicarágua, visam a organização de um movimento separatista no litoral atlântico nicaraguense e a formação de um governo contra-revolucionário que lance aos EUA um «pedido de auxílio militar» que dê cobertura à intervenção armada.

A denúncia foi feita por Tomas Borge, ministro do Interior da Nicarágua, na cerimónia de abertura de um simpósio internacional sobre os direitos dos índios latino-americanos. Os planos norte-americanos nada têm de inéditos. Na verdade, seis anos depois da liquidação da ditadura dos Somozas, eles consubstanciam o que tem sido a prática política corrente do imperialismo norte-americano em relação à Nicarágua.

A história recente dessa ingerência pode situar-se em 1981. E dizemos recente porque se recuarmos no tempo até ao século passado muitos e sangrentos exemplos de intervenção de todos os tipos constam da odisseia daquele pequeno país da América Central.

Mas foi em 1981 que Reagan, através da «Directriz Presidencial 17», autorizou a CIA a armar e treinar contra-revolucionários nicaraguenses com o objectivo de «pressionar» o poder sandinista. Pese embora todas as vicissitudes sofridas por tais planos, a administração Reagan continua a afirmar que o objectivo se mantém.

Ou seja, que a Casa Branca continua apostada no derrube do legítimo governo da Nicarágua e na sua substituição por forças do agrado dos norte-americanos.

A prová-lo de forma incontestável está a recente aprovação pela Câmara dos Representantes da concessão de 100 milhões de dólares aos «contras», exigida por Reagan desde há algum tempo e por diversas vezes recusada.

Importa ter presente que o valor da aprovação se deve medir não pelo seu significado económico mas sim pelo seu peso político. Em jogo estiveram sempre o prestígio, popularidade e credibilidade de Reagan e o apoio à sua política. Porque os dólares para a agressão à Nicarágua, esses, nunca faltaram.

É certo que a ajuda militar dos EUA aos «contras» foi oficialmente congelada em Abril de 1985, após a CIA ter sido descoberta a efectuar operações de minagem dos portos nicaraguenses. Mas não é menos certo que, embora a ajuda só tenha recommençado oficialmente em Setembro do mesmo ano, sob o rótulo de «humanitária» e fora do controlo da CIA e do Pentágono, os próprios parlamentares norte-americanos foram forçados a reconhecer em Agosto de 85 que as operações contra a Nicarágua continuavam sob o controlo do Conselho de Segurança Nacional que depende directamente de Reagan.

A aprovação da ajuda oficial pelos Representantes (Câmara de maioria do Partido Democrático), não pode neste contexto significar outra coisa para além do apoio (com diferenças tácticas) à política de Reagan. Como refere a propósito o «Le Monde», este volte-face da Câmara, que tinha

to a toda a América Latina e em última análise a todo o mundo.

Pelo que não será exagero nenhum afirmar que a fronteira da liberdade passa hoje pela Nicarágua. A invasão de Granada pelos EUA em 1983 continua a ser um aviso a não esquecer.

Um futuro cheio de incertezas

Seis anos de revolução, pelo menos que representam na história de um povo, poderiam ser decisivos para

o futuro da Nicarágua. Pelo que significa o derrube de uma ditadura sangrenta, os primeiros passos numa democracia pluralista, o reconhecimento e a aplicação dos mais elementares direitos humanos até aí inexistentes, a decidida aposta numa sociedade mais justa, o aceitar do desafio do progresso.

A revolução sandinista abriu as portas a tudo isso na Nicarágua. Mas precisaria ter havido um pouco mais de paz, de estabilidade, para que o caminho percorrido nessa via tivesse ido mais longe.

O que se tornou manifestamente impossível a partir do momento em que a agressão norte-americana, fi-

nanciando a contra-revolução interna e externa, forçou a já débil economia nicaraguense a dedicar quase metade do seu orçamento à defesa, ao mesmo tempo que sofre as consequências de um boicote económico.

O governo sandinista não se tem poupado a esforços — e várias são as organizações internacionais que o reconhecem — para melhorar as condições de vida da população nos domínios da saúde, do ensino, da habitação, do trabalho, do abastecimento. Mas não chega e continuará a não chegar enquanto as verbas para cada um daqueles sectores — e a Nicarágua é um país pobre — tiverem de sofrer cortes em favor da defesa. E a defesa só poderá deixar de ser o sector principal quando o país deixar de ser ameaçado.

Reconhecem-no o Movimento dos Não-Alinhados, o Parlamento Latino-Americano, a Internacional Socialista, os países da Comunidade Socialista, a maioria dos dirigentes dos países da Europa Ocidental, as mais diversas forças políticas da América Latina, a Organização das Nações Unidas, entre tantos outros, que ao longo dos últimos anos — com as diferenças e tibiezas próprias de organizações tão distintas — vêm condenando a guerra não declarada dos EUA à Nicarágua e aos organismos que têm tentado uma solução pacífica para os conflitos da América Central.

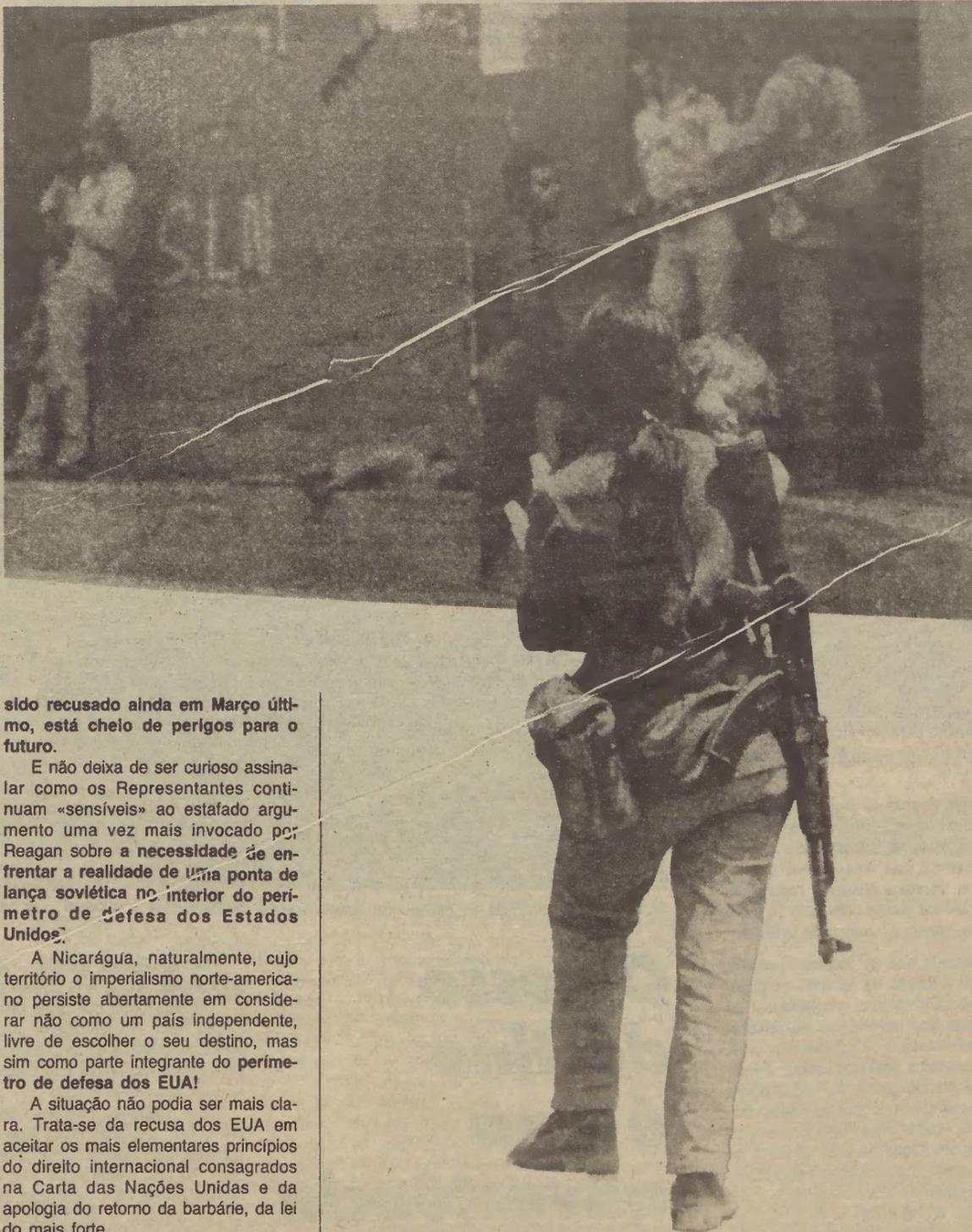
Como sucedeu ainda recentemente na reunião do Parlamento Latino-Americano realizada na Guatemala, em cuja declaração final se afirma que a ingerência aberta do governo e de certos círculos do Congresso dos EUA nos assuntos internos da Nicarágua merece ser condenada, e se condenam as acções que violam o direito internacional, põem em causa a coexistência pacífica no continente e criam uma ameaça à soberania das Repúblicas Latino-Americanas.

Ninguém tem hoje dúvidas, como escrevia recentemente o jornal mexicano «Uno más Uno», que a causa da crise centro-americana é a hegemonia económica, política e militar do imperialismo norte-americano, hegemonia que contribuiu porém para a unidade da maioria dos governos latino-americanos na condenação das acções intervencionistas de Washington.

Uma unidade que desespera a administração Reagan e que não pode deixar de ser atribuída, em certa medida, à actividade do Grupo Contadora e do seu grupo de apoio — pese embora todas as pressões de que tem sido alvo — e que representa um êxito embora a Acta de Paz de Contadora não tenha podido ser ainda assinada.

Uma unidade que tem ainda de crescer mais, aprofundar as suas raízes, até que todos cheguem à inevitável conclusão de que defender hoje o direito da Nicarágua à sua soberania é simultaneamente defender o direito de todos os povos à liberdade e à independência.

Pátria Livre ou Morte não é apenas um slogan. É a mais profunda expressão da vontade popular onde quer que seja ■



se recusado ainda em Março último, está cheio de perigos para o futuro.

E não deixa de ser curioso assinalar como os Representantes continuam «sensíveis» ao estafado argumento uma vez mais invocado por Reagan sobre a **necessidade de enfrentar a realidade de uma ponta de lança soviética no interior do perímetro de defesa dos Estados Unidos.**

A Nicarágua, naturalmente, cujo território o imperialismo norte-americano persiste abertamente em considerar não como um país independente, livre de escolher o seu destino, mas sim como parte integrante do **perímetro de defesa dos EUA!**

A situação não podia ser mais clara. Trata-se da recusa dos EUA em aceitar os mais elementares princípios do direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas e da apologia do retorno da barbárie, da lei do mais forte.

O que coloca a questão da Nicarágua nas suas verdadeiras dimensões: o problema que hoje se vive naquele país não é local mas geral, diz respei-

UNIÃO SOVIÉTICA

Novo quinquénio uma etapa decisiva

O plano para o 12.º quinquénio acaba de ser aprovado pelo Soviete Supremo da URSS. Mais uma etapa na construção e desenvolvimento do socialismo. Mas não apenas isso. Trata-se de uma «etapa decisiva» como é definida nos vários documentos do PCUS e do Estado soviético. Que se passa de novo na União Soviética? Porque se fala de um salto qualitativo?

Citamos um extrato de um entre os muitos estudos e artigos que têm vindo a ser divulgados como contributo para uma melhor compreensão da evolução em curso.

Diz-nos o professor e doutor em história, Abdoulla Moussaev: «O conceito de **aceleração do desenvolvimento social e económico** do país, lançado pelo partido para atingir **um estágio qualitativamente novo** da sociedade soviética é uma importante realização do pensamento científico. Este conceito é o «pivot» da nova redacção do programa.

«Prevê uma renovação fundamental da base material e técnica da nossa sociedade, utilizando as realizações mais recentes da revolução científica e técnica; o aperfeiçoamento das relações sociais, em primeiro lugar das relações económicas; profundas alterações no conteúdo e no carácter do trabalho, nas condições materiais e espirituais da vida dos homens; a activação de todo o sistema de instituições políticas sociais e ideológicas».

É nesta base que assenta o programa para o quinquénio agora iniciado, «etapa decisiva» na materialização de um projecto que emana da própria necessidade de desenvolvimento multiforme do socialismo, nas condições — actuais para todos nós, mas com efeitos diametralmente opostos no capitalismo — da revolução técnico-científica. Da sua imensa riqueza vamos limitar-nos a recortar alguns aspectos que nos parecem particularmente significativos.

Apelo aos trabalhadores

A aprovação do programa do novo quinquenato vem acompanhada de um Apelo aos trabalhadores. Que o mesmo é dizer — ou, antes confirmar — que a participação humana, a participação dos trabalhadores, é elemento base para que aumente a produtividade do trabalho, melhore a qualidade dos produtos, e sejam poupados os recursos (3 elementos fundamentais na nova fase de desenvolvimento económico).

«A reforma diz-nos respeito a todos (...) do operário ao ministro, do engenheiro ao académico. Ela só pode atingir os seus fins se for a tarefa de todo o povo» — afirma Gorbachov.

E as medidas práticas alinham-se para que a criatividade, a máxima participação de massas se afirme. São precisas novas descobertas, novos estudos, e a sua imediata aplicação prática, é preciso o empenho de cada um em novas formas — mais eficazes e flexíveis — de trabalho.

Preconiza-se que os colectivos de trabalhadores assumam a maior parte da responsabilidade pela solução de problemas concretos, cabendo aos organismos de gestão a criação de condições económicas, jurídicas e sociais adequadas para uma actividade efi-

caz, para o florescimento do progresso científico e técnico. O que em si é um testemunho concreto da dialéctica da unidade entre planificação e descentralização, o próprio conteúdo do centralismo democrático.

Entre essas medidas, a estreita ligação entre o que cada um ganha e o seu contributo próprio para o bem de todos, para o desenvolvimento global.

Assim o plano estabelece o aumento dos salários nos sectores produtivos da economia nacional, principalmente à custa dos meios das próprias empresas e organizações, cujos direitos serão alargados.

No que respeita aos trabalhadores das instituições de investigação científica, tecnológica e de projecção e planeamento, prevê-se aumentar a dependência dos salários do resultado final da elaboração e aplicação de inovações técnicas e de tecnologia avançada.

Nada disto é fácil. Hábitos enraizados de rotina são seriamente abalados. Mas a batalha está em curso. E são evidentes as preocupações de eficácia e justiça social.

Dessa batalha sairá o socialismo de amanhã. Batalha cronometrada. Antes do mais para benefício dos próprios soviéticos. E também como componente de peso na luta de vida ou morte pela paz.

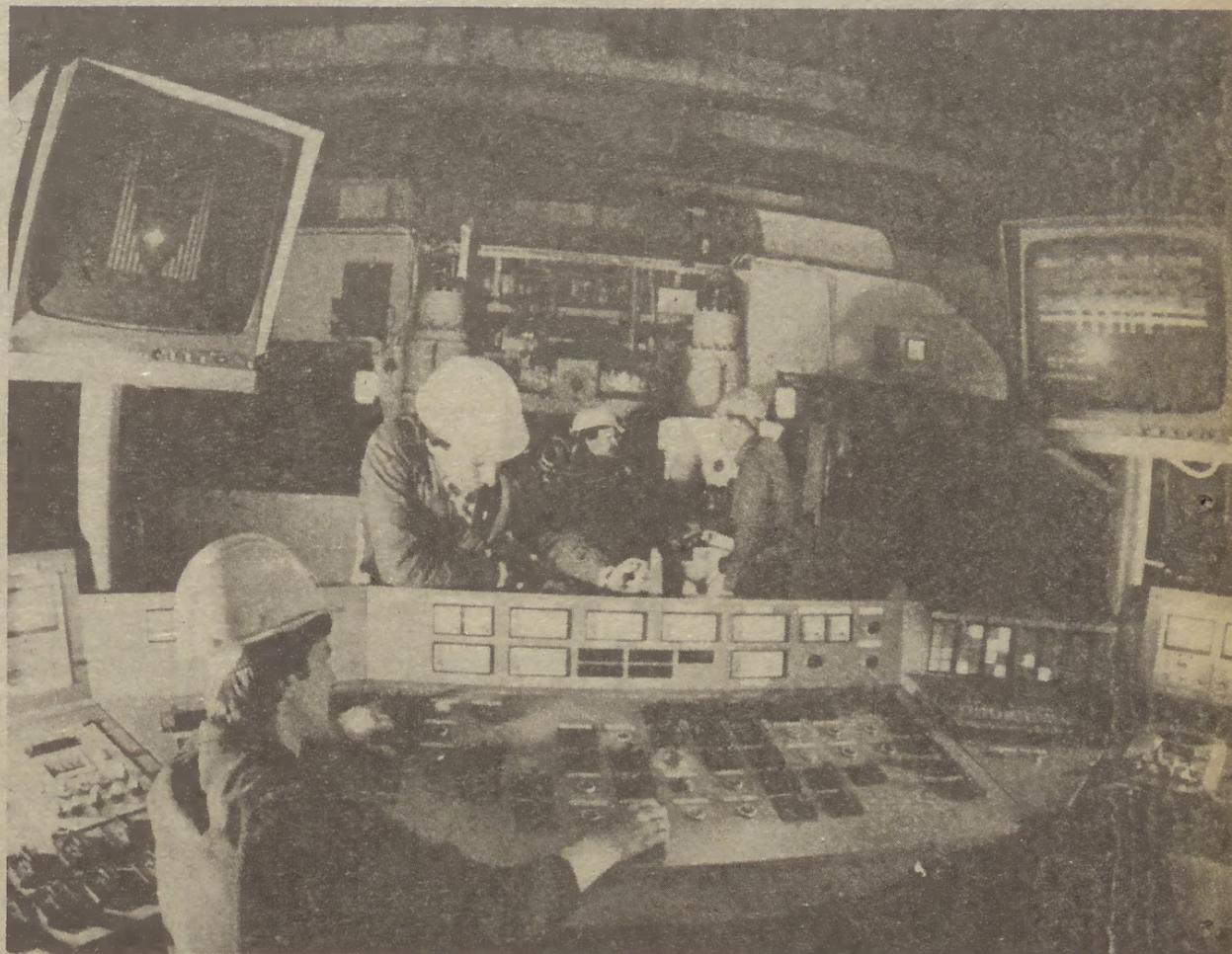
Objectivo

Não é por acaso que se pode pedir que se trabalhe melhor e com dobrado empenho. Não é por acaso que a participação de todos é uma exigência objectiva. A razão é simples — e impensável em termos de capitalismo — o objectivo final é (citamos palavras do primeiro-ministro soviético, camarada Ryjkov) «elevar incessantemente o nível de vida e cultural do povo».

Todas as medidas e índices numéricos inscritos no plano convergem nesse sentido.

Mas antes de referir os números — profundamente significativos — vale a pena realçar um facto: a lei sobre o plano estatal encarrega o governo de **reduzir os preços** das mercadorias na medida que seja aumentada a eficácia da sua produção e diminuído o seu preço de custo.

Um elemento do imenso e multifacetado programa social em desenvolvimento. Programa que, como foi refe-



Uma mais íntima e dinâmica ligação entre a ciência e a indústria é elemento base da aceleração

rido no seu debate, já não visa responder a necessidades básicas, mas aponta no sentido da qualidade. No sentido de dar resposta às próprias crescentes exigências humanas no quadro de um desenvolvimento ligado e dependente da revolução científica e tecnológica.

Os números — e alguns vamos referir — são claros por si. E encerram um contraste flagrante com o que está a ser a evolução (ou involução) em termos sociais, no quadro do desenvolvimento capitalista.

Assim, o plano prevê a canalização de aproximadamente quatro quintos do rendimento nacional para a elevação do bem estar do povo.

No concreto isto quer dizer que no quinquénio agora iniciado os salários mensais na esfera produtiva deverão aumentar de 25 a 30 por cento. Meios orçamentais estão igualmente destinados a aumentos salariais dos trabalhadores ligados a sectores não-produtivos, nomeadamente saúde, ensino, estabelecimentos de cultura. Os fundos sociais de consumo, que custeiam importantes programas sociais, como o ensino, a saúde, previdência social, ajuda às famílias e outros (exactamente os domínios em que em capitalismo são mais sensíveis os cortes orçamentais) deverão aumentar de 25 por cento.

Metade dos investimentos feitos na economia serão canalizados para o reforço da base técnico-material do complexo agro-industrial (o que se traduz em melhoria da qualidade da ali-

mentação e num salto das condições de vida no campo), produção de artigos de consumo e serviços, construção de habitações, obras sociais e serviços públicos.

A mecanização e automatização da produção, a aplicação de novas técnicas, permitirão melhorar sensivelmente as condições de trabalho. Mais de 5 milhões de trabalhadores, ou seja duas vezes mais que no quinquénio passado, serão libertados até 1990 de tarefas pesadas e monótonas, e irão frequentar cursos de qualificação para assumirem tarefas de maior nível técnico. A terrível angústia de «estar a mais», de ser «dispensado» da vida não existe em socialismo.

Duplicarão os investimentos no reforço da base material dos estabelecimentos de cultura nas cidades e sobretudo no campo.

Como é possível?

Os planos surgem como profundamente ambiciosos. Não é com castelos no ar que se dinamiza desta forma a multiforme melhoria da qualidade de vida (em socialismo o termo surge como ajustado, e não como entre nós, oco e cínico slogan propagandístico). E a questão surge natural: como vai ser feito tudo isto?

Os soviéticos dizem: trabalhando melhor, utilizando de forma mais conforme as vantagens do socialismo na

utilização das conquistas da revolução técnico-científica.

E voltamos ao único, ao próprio conceito de aceleração.

O que significa na prática?

Referimos alguns dados salientados pelo camarada Gorbachov no relatório sobre o plano apresentado ao CC do PCUS.

- O crescimento em números absolutos que estão na base do plano são mais elevados que no quinquenato findo em 1,5 por cento. Isto no que respeita ao rendimento nacional, à produção industrial e à produção anual média global da agricultura.

- Os ritmos anuais médios de crescimento do rendimento nacional subirão até aos 4,1%, aumentando de cerca de um terço em relação ao quinquénio anterior.

- A base determinante do crescimento económico é a melhoria radical dos índices da eficácia da produção na base da aceleração do progresso científico e técnico. O plano de 1986-90 prevê o aumento de 50 a 100 por cento da aplicação das tecnologias avançadas na indústria.

Tudo isto pressupõe o mais amplo e profundo empenhamento popular (e condições que o facilitem), amplos e profundos conhecimentos técnicos e científicos por parte de todos os trabalhadores. O dinamismo e a criatividade na base de tudo.

É esta a grandiosa obra, o desafio em curso.

O «assassinio de uma cidade» ou um recado e Abecasis...

Transcrevemos do semanário Expresso, da edição de 12 deste mês, sem comentários: «Não há palavras com veemência que baste. Lisboa (cidade ou distrito-região) está a ser desfigurada, demolida, camartelada. Arrasada. Até culturalmente. Já não é o terramoto, fulminante, aterrorizador. É o pequeno sismo diário, o abalozinho que parece não abalar coisa nenhuma mas que, no entanto, é nuclearmente devastador. É Hiroshima e Nagasaki juntas e em câmara lenta».

E mais adiante: «É o "poliscídio": o assassinio de uma cidade. E estamos a ser moderados na apreciação e nas palavras.»

«Ex-combatentes do Ultramar»

A propósito de uma iniciativa tomada recentemente pela Assembleia de Freguesia de Esmoriz, considerada a todos os títulos como uma manifestação de **saudosismo** reaccionário, manobrada por uns, aproveitando a pouca lucidez de outros, um grupo de esmorizenses fez chegar à Imprensa uma breve tomada de

posição em que se refere a dado passo: «Foi decidido pela Assembleia de Freguesia, em reunião extraordinária, dar o nome de «Ex-Combatentes do Ultramar» ao largo do Mercado de Esmoriz e permitir aí a colocação de um busto comemorativo. «Estes factos não podem deixar de causar a maior estranheza e repúdio de todos os democratas. «É claro que se está na presença de uma tentativa camuflada de reabilitar aos olhos do povo português a guerra colonial conduzida pelo fascismo. «Esta convicção é reforçada pela linguagem saudosista usada no panfleto lançado. Aí se fala que «... não só combateram mas também construíram.» Dos 10 000 mortos e das dezenas de milhares de mutilados que a guerra colonial nos deixou, nem uma palavra. A dôr e as lágrimas das mãos que perderam os seus filhos deixa-os indiferentes...»

Madeira: quem engole o sapo?

Como se sabe, o Orçamento da Região Autónoma da Madeira está ferido de inconstitucionalidade. O próprio Cavaco Silva, apoiando um parecer da Auditoria da Presidência do Conselho de Ministros, e perante um escândalo de tais proporções,

Pontos Cardeais

também repudiou, oficialmente, os erros cometidos pelo PSD regional naquela matéria. Há algumas semanas atrás, falando no plenário da Assembleia Regional, o deputado comunista Mário Aguiar, sublinhando que o **PCP sempre se tem batido pela existência de rigor e clareza na elaboração do Orçamento da Região e nesse sentido já apresentou propostas legislativas destinadas a definir as regras a que deve obedecer o Orçamento Regional**, acrescentaria noutra passagem da sua intervenção, ouvida num ambiente tenso entre os deputados do PSD: «E não deixa de ser extremamente significativo que o PSD Regional tenha tentado manter o silêncio sobre a existência deste parecer que já tem mais de dois meses. E que entretanto, tenha erguido loas e louvores ao dr. Cavaco e Silva que segundo afirmam é um grande defensor da **Autonomia** da nossa Região. Ora, se assim é, seria de esperar que no Orçamento Regional deste ano, aprovado depois deste parecer,

o PSD respeitasse a opinião do seu líder e desse total cumprimento às regras que sempre temos defendido. «Mas como o PSD, manteve exactamente a mesma posição de sempre, torna-se de facto difícil de compreender quais serão os princípios que defendem...»

Bombas

Citemos «O Diabo» de Vera Lagoa: «A "história" da "nova rede" não é tão complexa como a querem fazer parecer, nem resulta, como noticiava uma "boa fonte" de um semanário da passada sexta-feira, de qualquer "cisão" no interior das "FP-25". É possível, no entanto, que se venha apresentar com outra designação, nova sigla e algumas acções espectaculares». Fiquemo-nos aqui no que respeita a «O Diabo» de dia 8 de Julho. Passemos agora a citar «O Diabo» de dia 15, aquele que saiu imediatamente a seguir aos atentados terroristas que ocorreram em Évora e Setúbal: «ORA (Organização Revolucionária Armada) foi a nova sigla inventada para dar continuidade às acções terroristas da chamada "linha dura" das "Forças Populares 25 de Abril" que, como **referenciámos a semana passada, se preparavam para uma estrela espectacular**». Para quem ainda tenha dúvidas (como diz a folha de Vera Lagoa), deixamos aqui umas reticências, certos de que para meio entendedor...

Bombas - II

Há sempre um rabo de fora para qualquer gato que teime em se esconder. «O Diabo» tem feito a propaganda do terrorismo, mostrando-se desde sempre como o jornal (?) mais bem informado sobre as acções das «FP-25». O seu último número não foge à regra. Comentando os atentados ocorridos em Évora, dizia o jornal da extrema direita que «horas antes o PC tinha anunciado em Évora que "iria intensificar as acções de luta e resistência em defesa da Reforma Agrária". A promessa não se fez esperar: os alvos dos terroristas foram, como quase sempre, dois conhecidos proprietários rurais: Joaquim Grave e a família do Conde da Atalaia». Como se vê é tão simples quanto isto. Os trabalhadores agrícolas realizam uma conferência que, em si mesmo, é uma derrota de todos quantos diariamente pugnam contra a Reforma Agrária e todas as outras conquistas de Abril. Nessa conferência, apontam os crimes e dizem da sua vontade de prosseguirem o seu caminho, de lutarem por Abril. Como «O Diabo» tinha noticiado uma semana antes, «as "FP's" prepararam-se para reeditar o seu programa de "terror" (as aspas são deles, não nossas) em Portugal». Sempre nas costas e contra a luta dos trabalhadores.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

I Veio a Leonor Belezza veio esta «velha senhora» ressuscitar - que beleza! - a taxa moderadora...

Pois a tal senhora acha que ela é muito boa, a taxa...

Pobre sem pão e sem tença novos tormentos encaixa: sofre os males da doença paga as mezinhas - e a taxa...

Pois então dizei-me agora para eu ficar informado: pode a taxa da senhora ser taxa moderadora se o Governo é imoderado?...

II Tremenda desanda a propaganda a toda se desmanda por tudo quanto é banda a gritar a gritar que o Governo que por aí anda é de facto muito popular... Por minha fé quem nos diz tal? A sério: É um mistério? não é.

A gente vê pela televisão quem eles são. Não são, ai não, não são os trabalhadores Não são os professores. Não são os pequenos proprietários nem empresários nem é no Parlamento conhecido nenhum partido...

Com mil raios! Então quem na televisão diz com ar tenso e com mortício olhar que este Governo é muito popular muito feliz?

Pois é só o próprio Governo quem o diz...

III Anda por í uma ânsia de corrida à alternância como ideal, como um dom. Isso sim, isso é que é bom! Mas isso o que é? Vou dizer tudo tim-tim por tim-tim pra ficarem a saber. Ouve pois com atenção...

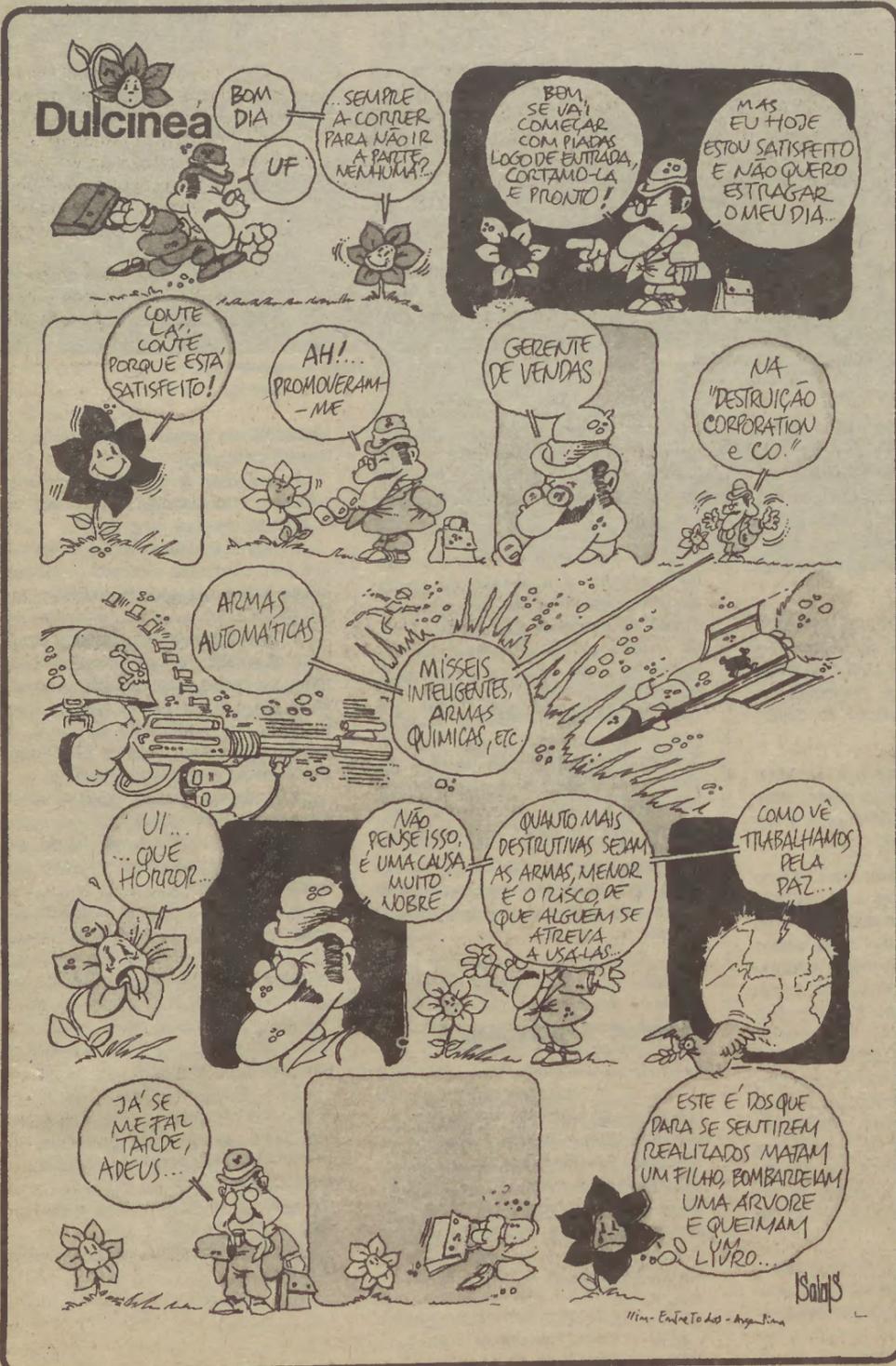
Inventam-se dois partidos mais ou menos, menos mais, mais menos ou mais iguais do que dois irmãos parecidos. Chamemos-lhes A e B, pra simplificar, já se vê. Então a alternância é assim: A governa e diz que sim B, no contra, diz que não...

Governa A muito mal. Grita o povo e tem de quê. É logo que, etc. e tal, quem forma governo é o B o qual, no mesmo teor, inda governa pior...

Quando a coisa mal está regressa o partido A que entretanto, é sempre assim, no alternim e alternão, quando o B dizia sim estava ele a dizer não... ...e o A, com a lição de cor, governa muito pior...

Põe-se o B a mandar vir: governa logo a seguir não para o A corrigir ou gozar de passatempo de desporto original, mas para fazer o mal que o outro não teve tempo...

Isto é o que a experiência nos ensina da «ciência» e excelência da alternância - a qual está, morta a credence, tão certa da vigarice quanto mais é vigarância...





da festa!

ALTO DA AJUDA • 5, 6, E 7 SETEMBRO

Avante!

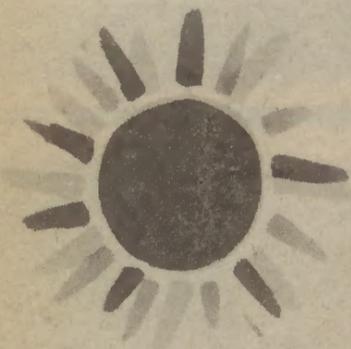
Director
António Dias Lourenço

SUPLEMENTO N.º 3

17 de Julho de 1986

Não pode ser vendido
separadamente

O Sol
brilha
para
todos
nós



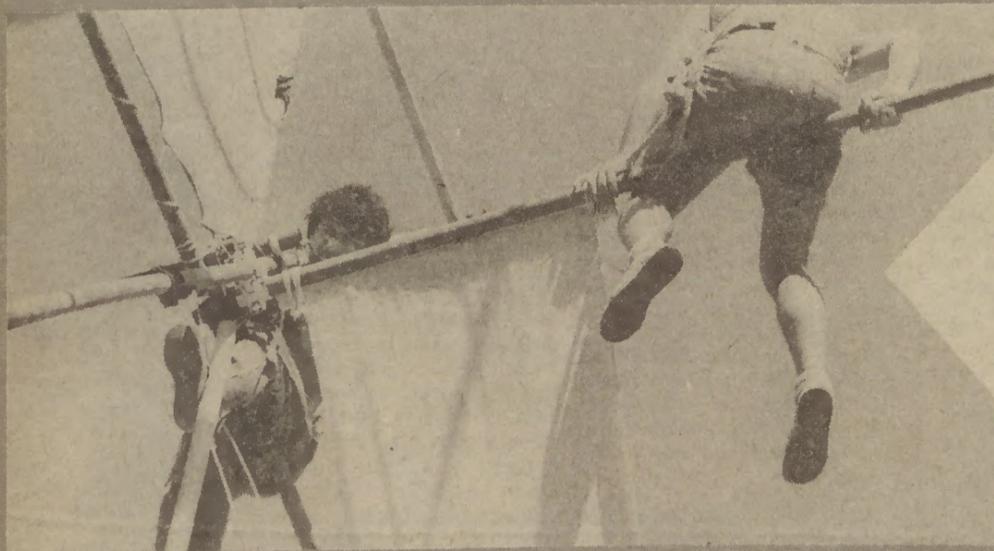
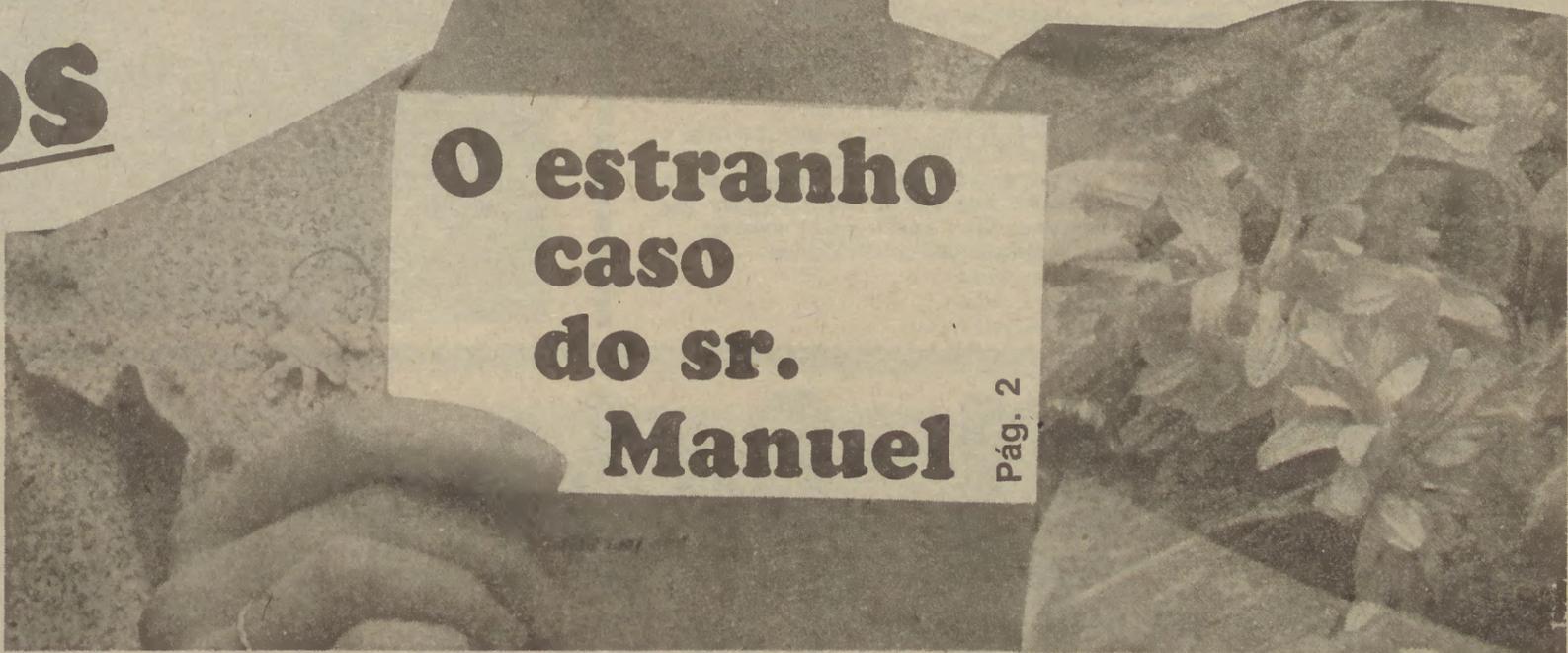
Pág. 4



Hum...
cheira-me
a EP!

**O estranho
caso
do sr.
Manuel**

Pág. 2



Erguer

**Alto da Ajuda
5, 6, 7 Setembro**

Pág. 2

Em Lisboa

Alameda

é palco do Festival

Festival da Canção Juvenil

A «Brigada Victor Jara» é a banda convidada para encerrar a final distrital de Lisboa do 1.º Festival da Canção Juvenil da Festa do «Avante!» que se realiza no próximo dia 26 na Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, a partir das 21 e 30.

Antes, actuarão os finalistas apurados em Odivelas, Amadora e Alcântara, naquele que será um espectáculo de juventude, de luz, de som, de música e de alegria. Três conjuntos e três solistas serão os intervenientes deste espectáculo, depois de já se terem apresentado em competição — que mais não foi do que pretexto para um maior e mais intenso convívio entre os participantes.

Para já, conhecem-se dois dos solistas e dois dos conjuntos que serão apreciados pelo muito público que se espera compareça na Alameda e pelo júri distrital composto por Carlos Mendes, Aurélio Santos, Cândido Mota, Viriato Teles, Boavida Amaro, por um elemento da «Brigada Victor Jara» e por um representante da rádio local «Nova Antena», de Loures.

Amadora

Sábado passado, no ex-Cine-Plaza (actual Recreios Desportivos), a lotação da sala esgotou com as muitas centenas de jovens — a organização calcula o seu número em 2 mil — que aí se deslocaram para assistir ao festival interconcelhio da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra. Deste festival, em que participaram três solistas e dez conjuntos, saíram vencedores Vítor Sarmiento com o seu «Canto para a Paz» e o conjunto «Pace Maker» com «Recordação de Hiroxima» — o que demonstra claramente a preocupação e a intervenção juvenil na luta pela Paz, em torno da qual giraram a maioria das letras.

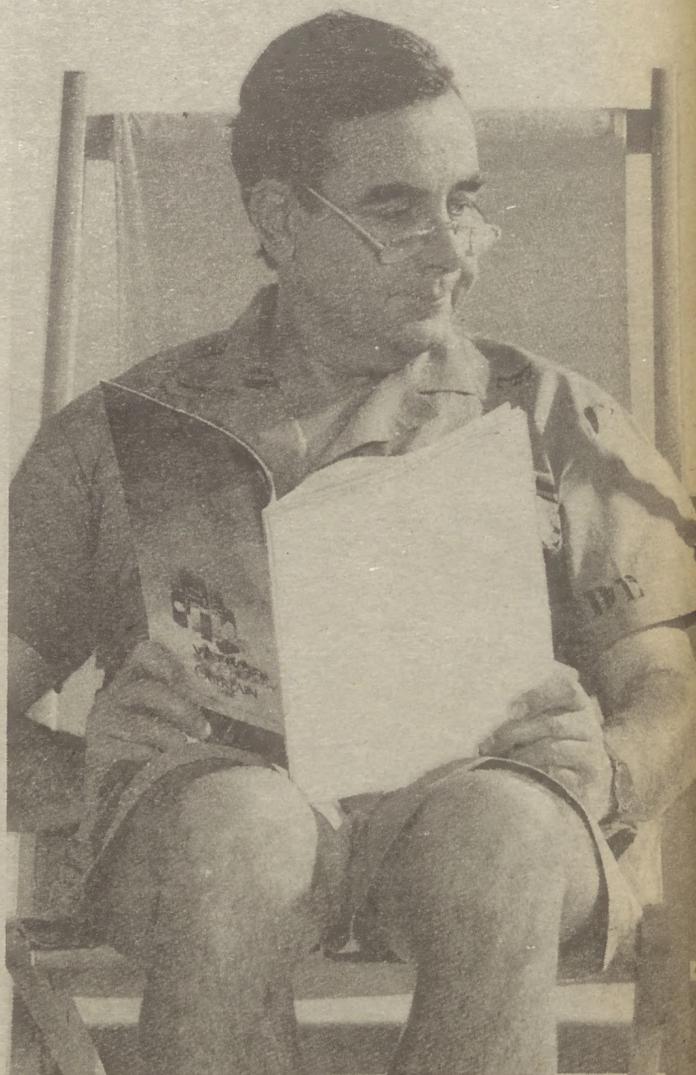
A abrir o festival da Amadora, no qual

participaram músicos de Oeiras, Queluz, Algés, Amadora, Cacém, Mem Martins e Paço d'Arcos, a banda *heavy metal* «STS Paranoid» pôs ao rubro os muitos jovens que enchem por completo a sala. Depois, houve *video* gigante e, a terminar, discoteca até às tantas, como já tinha acontecido no dia anterior em que se dançou até não se poder mais.

Odivelas

Em Odivelas, no Largo Egas Moniz, realizou-se sexta-feira passada o festival de Loures, Vila Franca de Xira e concelhos do norte do distrito de Lisboa. Neste festival, onde intervieram 7 conjuntos e 4 solistas, num total de 41 participantes, saiu vencedor o conjunto «Costa Azul», de Moscovide, com a canção «Os Pulos do Casal Ventoso» e Renato Vaz, com «Gisas de Marés». O conjunto «Woodstock» alcançou o segundo lugar com «Constrói a Paz» e a «Orquestra Ideal Famoense» com «O Homem Novo» qualificou-se no terceiro lugar.

O solista José Marques alcançou os segundo e terceiro lugares respectivamente com «Ainda és Livre» e «Tão Doce como o Silêncio». Em Alcântara, o festival do concelho de Lisboa está marcado para este sábado na Academia de Santo Amaro. Ainda neste próximo sábado realiza-se o festival de Setúbal, que terá lugar no Largo do Sapalinho e, no próximo dia 26, é a vez do Festival Distrital de Beja, que se realizará a partir das 21 horas no Anfiteatro da Casa da Cultura.



O sr. Manuel ainda não comprou a EP

É assim, quase todos os anos. É assim e não é bom. O senhor Manuel, entusiasta da Festa do «Avante!», resolve-se sempre à última da hora a comprar a sua Entrada Permanente.

As razões que invoca são sempre as mesmas e, como sempre, facilmente rebatíveis. Diz ele que ainda é cedo, que muita água correrá até à hora da abertura do Casalinho da Ajuda... Dizemos nós que não falta tanto tempo assim —

menos de dois meses —, que já entrámos na contagem decrescente, e que se é certo que muita água ainda correrá, o rio vai-se alargando sim, mas com o nosso trabalho, não só no terreno, mas também na preparação dos programas, no projecto da Festa e na venda de EPs. Diz ele que o melhor é só comprar a sua EP lá mais para o fim, que ainda a pode perder e que quatrocentos escudos sempre são quatrocentos escudos...

Dizemos nós que nada disso. O que o senhor Manuel tem a fazer é, desde já, adquirir a sua Entrada Permanente, que não a perde porque nunca a perdeu. Dizemos também que quatrocentos escudos sempre são quatrocentos escudos e que, por isso mesmo, mais vale dá-los agora, não vá a inflação cavalar pregar-nos a partida. Disse-nos também que, como não sabia ainda quais os artistas que participarão na

Festa, preferia esperar mais um pouco, ao que nós rebatemos que — se é verdade que ainda não os começámos a anunciar (não perdem pela demora, estejam descansados) —, não menos verdade é que a Festa não são só os artistas e não acredito que o senhor Manuel vá até ao Alto da Ajuda exclusivamente por causa dos espectáculos. Acrescentámos ainda que pode ir descansado comprar a correr a sua Entrada

Permanente que não sairá defraudado, não só porque — como sempre — esta será a maior e a mais bonita Festa do «Avante!», mas também porque a qualidade dos espectáculos é um ponto de honra deste que é o maior acontecimento político-cultural do País.

Não chegámos a saber — depois desta nossa conversa que se terá passado em tantos pontos do País e entre tantas pessoas — se o senhor Manuel foi a correr comprar a sua EP. Estamos convencidos que sim, uma vez que ficou convencido da importância de comprar desde já aquele papel que lhe dá direito a durante três dias ser um dos muitos milhares de intérpretes da Festa do Portugal de Abril.

Importância essa que não só é financeira, uma vez que a EP é o suporte financeiro desta explosão de alegria que é lutar, mas também política, uma vez que se trata de um importante contributo para o reforço da organização do Partido, dado que muitos camaradas só esporadicamente estão em contacto com a sua organização, uma vez que, sempre que se vende uma EP pode-se sempre ter uma conversa com amigos,

esclarecê-los e, quem sabe?, trazê-los para o Partido.

Uma tarefa importante

Pelo que atrás se disse, podemos concluir que a venda da EP é uma tarefa importante nesta fase do trabalho partidário, quando muitos camaradas vão de férias e se desligam temporariamente da sua organização. Daí que a sua venda organizada tenha de ser encarada seriamente. Nas praças, com sessões de agitação e de distribuição de materiais do Partido. Nos locais de residência, com porta-a-portas, distribuição de documentos e conversas com quem nos quiser ouvir. No trabalho, junto de quem conosco trabalha: «Avante!» abaixo do braço e a inevitável pergunta: «olha lá, já compraste a tua EP?». Ou ainda nas ruas, trazendo mais e mais bancas para os locais de maior concentração de pessoas, junto de estações de transportes públicos, em praças, em frente a cafés. Ao fim e ao cabo, como é uso do nosso Partido: com militância, com alegria. Com vontade de darmos o nosso contributo ■



Atenção o primeiro sorteio da EP é já dia 3 de Agosto!

da festa! que fazemos

Quem vem de Monsanto em direcção à Ajuda, depara, a páginas tantas, com uma estrutura metálica que teima em se elevar uma boa mancha de metros acima do solo. Está numa esquina, bem visível. A certas horas do dia, pode-se mesmo ver pessoas empoleiradas lá bem no topo, com ar afadigado, à volta de um qualquer pano ou ainda pintando tubos que parecem não terem fim.

Quem vem de Monsanto em direcção à Ajuda e vê esta estrutura metálica, apercebe-se imediatamente que se encontra ao pé da Festa do «Avante!».

Com efeito, a torre que todos os anos é colocada na estrada é assim como que

um cartão de apresentação daquela que é a maior festa de Portugal.

Ora este ano, quando se olha para o terreno propriamente dito, ainda poucas marcas há da Festa. No entanto, para que as pessoas se lembrem que faltam menos de dois meses para a sua abertura, já a torre lá está. Ainda não completamente pronta mas quase.

Depois, cá em baixo, e se tivermos tempo de olhar com um pouco mais de atenção, podemos vislumbrar o poli-desportivo da Festa, com as suas bancadas já delimitadas em tubos ajustados geometricamente.

Um bocadinho mais abaixo, por entre as árvores, o bar, o restaurante, os armazéns,

uma ou outra estrutura que se vai elevando — como é o caso da zona confiada à Organização Regional de Setúbal.

E pouco mais. Não que muito não se tenha já feito, mas porque tudo quanto se trabalhou até agora é coisa que não se vê. São os esgotos, é a canalização, são os cabos eléctricos.

Daí que, embora tudo prossiga a bom ritmo, cada vez mais seja necessário cada vez mais braços, para que não se ande para trás. As jornadas de trabalho têm decorrido com êxito. Por isso mesmo, assim têm de continuar.

Porque cada vez há mais trabalho a fazer. Porque quanto mais nos aproxima-

mos da data da abertura da Festa, mais o ritmo de trabalho aumenta. Mais trabalho há para fazer.

E para isso, todos são necessários. Sejam os operários especializados, caso dos montadores de tubo e dos pedreiros, quer sejam pessoas com muitas outras profissões, sem qualquer excepção, que quando de lá saírem já dirão terem duas profissões. Aquela que exercem no dia a dia e a outra que vão aprendendo anualmente na implantação da Festa do «Avante!».

Um exemplo que aqui se retém. Seja da festa que é fazer-se a Festa, seja de que todos (mas todos) têm uma palavra a dizer na sua construção.

É o caso da Hortense de 16 anos, estudante e, agora, ajudante de cozinha.

Diz que «quero lá pensar em praia. Prefiro ficar aqui. Divirto-me, brinco, trabalho. Adoro isto».

É ainda o caso do Nibito ou do Piriquito dois rapazes que ainda andavam de calções já participavam na Festa e que hoje fazem parte dos seus quadros especializados. São os dois estudantes, mas têm uma profissão. São montadores de tubos, e hoje lá podemos vê-los, nas jornadas de trabalho, a orientarem os grupos de camaradas que por lá passam a darem muitas horas de trabalho e de convívio para que a Festa seja uma vez mais um êxito, que se quer de ano para ano maior. ■



Ferro velho + Sol = água quente

A imaginação e a criatividade dos comunistas são constantemente postas à prova no dia-a-dia. Na Festa também. Encontrar as melhores soluções pelos preços mais módicos é ponto de honra de todos quantos nela trabalham e a projectam.

Vamos a um exemplo. Três pessoas a tomar banho durante um mês gastam cerca de uma bilha de gás. Trinta pessoas, logicamente, gastarão dez bilhas, 60, vinte e noventa, trinta bilhas. Para facilitar as contas,

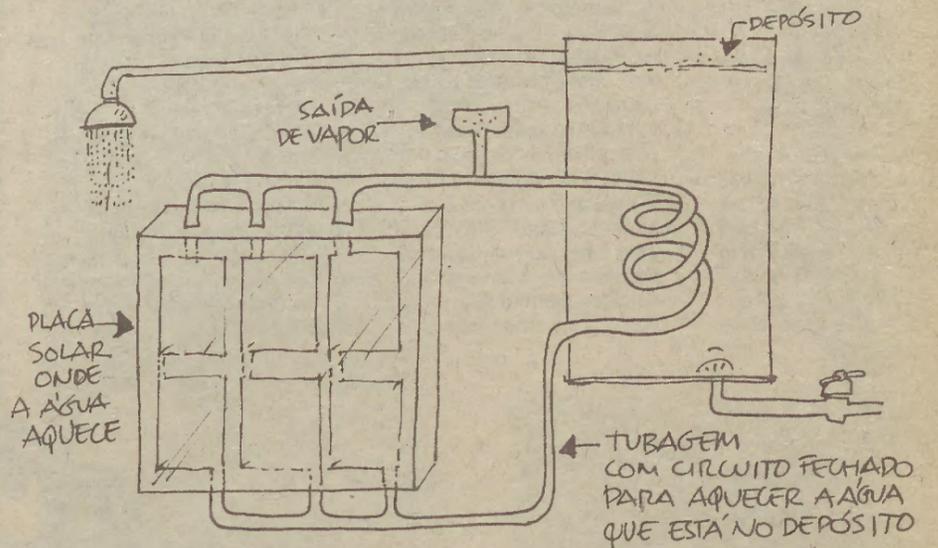
pomos cada bilha de gás a 1000 escudos. 60 pessoas gastarão, assim, vinte contos por mês só a tomar banho, isto se não contarmos com a água que se gasta. Tendo em conta que neste momento são cerca de cinquenta os camaradas que estão a tempo inteiro na Festa e que muitas centenas passam por lá aos fins-de-semana, chegamos facilmente à conclusão de que — só aqui — se gastavam dezenas de contos por mês. O que não podia ser. Pelo que se teve de pôr a imaginação a trabalhar — e

reparem que já estamos a utilizar os verbos no passado. Pensou-se um bocado, pegou-se em folhas em branco e num lápis, deu-se uma volta por uns ferros-velhos, pescaram-se uns materiais que à primeira vista seriam para deitar fora, pegou-se em cinco ou seis notas de conto, e pronto. Temos o problema resolvido. Como? Muito simples. A alternativa existe, também no que concerne à energia. Também aqui, com os comunistas. Tudo começou quando se

fizeram as contas. Então, diz-nos o camarada Vítor Santos, da direcção da Festa e responsável pelo trabalho no terreno, «para reduzir as despesas, optou-se pelo sol e visitou-se o ferro-velho». Fez-se uma experiência e,

tudo, num depósito velho e numa boa porção de serradura, que aqui funciona como isolante. Agora, para que tudo funcione, basta-nos o sol. Sem mais nada. A água, em circuito fechado, vai passado

ligar o chuveiro e — se o tempo estiver mesmo bom — termos cuidado para não nos queimarmos. É assim, neste pequenos exemplos, que se pode obter a prova provada de que os comunistas têm soluções e



assim, «demonstrámos que há reais energias alternativas». Mas vamos à receita: primeiro, optou-se pelo sol que abunda no Alto da Ajuda. Depois, pegaram-se nuns antigos expositores de plástico duro, em cantoneiras tipo «dèxon», em pontas de

pelo painel solar através de um tubo que se torna mais quente quanto mais aquecida for estando a água, que vai circulando exclusivamente por força do sol. Finalmente, o tubo, aquecido, entra no depósito de água, tornando-a, pelo contacto, cada vez mais quente. Depois, bom, depois é só

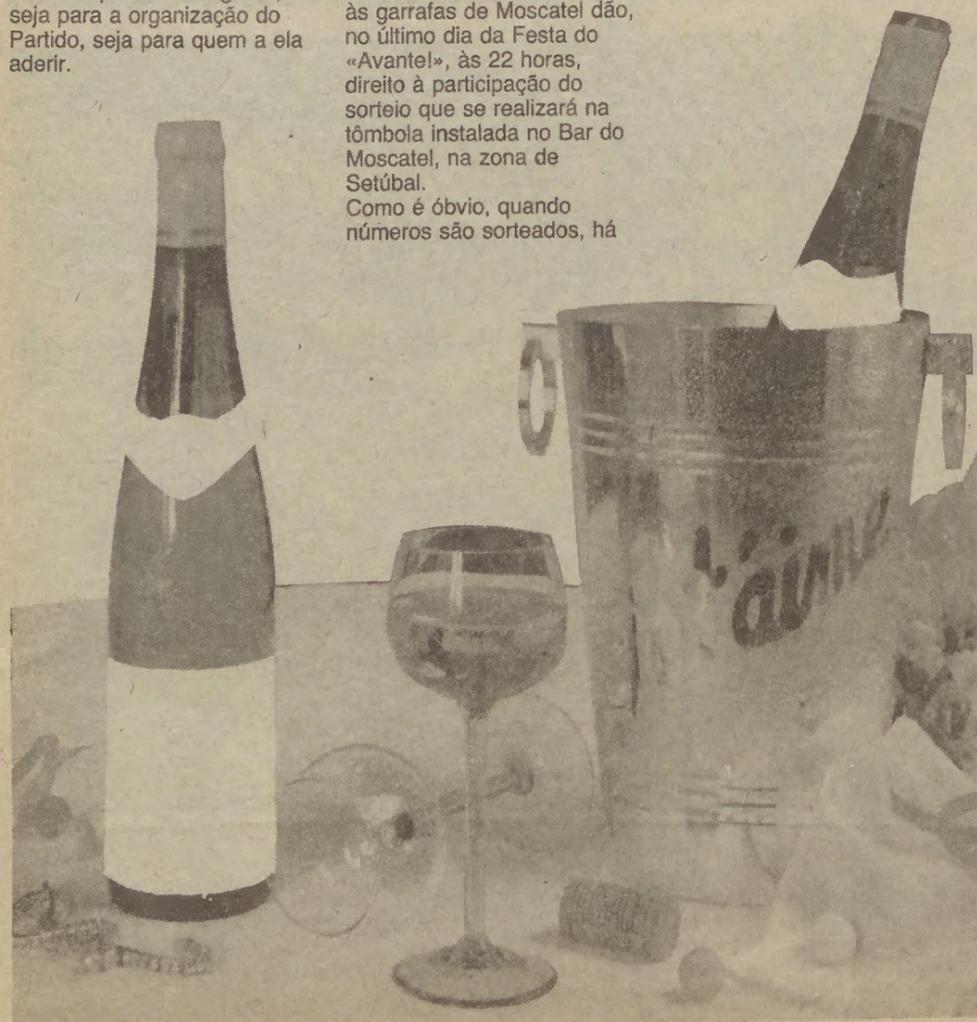
são capazes de as pôr em prática. Uma pergunta que acabámos por não fazer na altura: e a patente, ter-se-ão os camaradas da Festa lembrado disso? É que isto de inventar um sistema de aquecimento de água feito de nada é coisa nova... ■

Moscatel Um vinho generoso

Que o Moscatel é um vinho generoso por excelência, todos os que o provaram o sabem. Que os comunistas são imaginativos e criativos é dado assente ao longo de todos estes anos de luta nas mais variadas condições. Que estas duas frases tenham uma ligação entre si, isso só o saberão se continuarem a ler este artigo. A ideia partiu da Organização Regional de Setúbal e, como é lógico, está ligada à Festa do «Avante!». Trata-se da «iniciativa do Moscatel». Uma iniciativa imaginativa e lucrativa para toda a gente, seja para a organização do Partido, seja para quem a ela aderir.

Os primeiros ficarão com fundos que lhes permitirão uma participação mais efectiva na nossa Festa. Os segundos levarão para casa o bom Moscatel da zona, e, pelo caminho, poderão comprar um limão e — tudo fresquinho — conseguem assim um bom antídoto para o calor que parece ter vindo para ficar. Expliquemo-nos: Nos centros de Trabalho da Organização Regional de Setúbal já estão à venda garrafas de Moscatel e cada garrafa dá direito a um cartão numerado. Os talões correspondentes às garrafas de Moscatel dão, no último dia da Festa do «Avante!», às 22 horas, direito à participação do sorteio que se realizará na tómbola instalada no Bar do Moscatel, na zona de Setúbal. Como é óbvio, quando números são sorteados, há

sempre prémios em perspectiva. Assim o é, também neste caso. Assim, o primeiro prémio corresponde a uma **aparelhagem de alta-fidelidade** e, até ao quinto prémio, será atribuído ao possuidor do talão respectivo, um **rádio-relógio-desperdador**. Como se pode ver, só mesmo a imaginação e o espírito criativo dos comunistas poderiam fazer do vinho Moscatel um vinho ainda mais generoso do que aquilo que se intitula.



Grão a grão...

Há sempre um pacotinho de açúcar ou qualquer embalagem de seja o que for lá por casa perdida. Seja porque a tensão está cada vez mais alta, seja ainda porque gorduras agora nem vê-las, segundo nos disse o médico — nunca o saberemos se a pensar na sua ou na nossa saúde. Há também aqueles guardanapos de papel que compramos para a festa do miúdo mas que acabaram por não ser usados.

É de tudo isso, e mais ainda daquilo que se lembrarem, que precisamos para construirmos aquela que é a Festa. Porque a Festa é feita, em grande parte, graças ao nosso contributo individual e colectivo. É feita com as milhares de horas de trabalho voluntário que damos à sua implantação, pelo muito esforço e imaginação que pomos no seu projecto, ou ainda pelo que damos como contributo para que a próxima Festa seja sempre a mais bonita de todas. Vem tudo isto a propósito das campanhas de recolha de géneros que as diversas organizações regionais estão a promover com o intuito de proporcionarem a todos quantos nela participarem uma cada vez melhor e — se possível — mais barata Festa.

Assim, azeite, fruta, legumes, açúcar, carne ou peixe, utensílios de cozinha, bebidas, enfim tudo o que se queira, é sempre bem-vindo, porque sempre nos faz uma falta difícil de imaginar. Porque a Festa é feita por todos. Porque o suporte financeiro é-nos dado pela EP. Porque cada região quer de ano para ano apresentar-nos um cada vez melhor pavilhão. Por tudo isto vai sendo tempo de nos dirigirmos ao Centro de Trabalho mais

próximo, com uma alfofa debaixo do braço, cheia de tudo quanto julgarmos necessário. Para que a Festa seja uma vez mais a Festa.

Aqui fica um exemplo: a Comissão Concelhia de **Cascais** tem urgência em arranjar batatas, bacalhau, cebolas, azeite, óleo, margarina, alhos, chouriço, guardanapos, detergente e ginjinha, e tudo isto até ao próximo dia **28 de Agosto**.

Vamos a isto? A Festa precisa de todos nós, de todo o nosso esforço.

Pioneiros

Ao mesmo tempo que preparam o seu 3.º Acampamento Nacional que, sob o lema «**Amar a Paz! Amar a nossa terra!**», decorrerá no Cabeço de Montachique, em Loures, de 3 a 9 de Agosto, os Pioneiros não esquecem a Festa do «Avante!» e nesse sentido dirigem um apelo a todos os camaradas e amigos. Para os ateliers que vão pôr a funcionar no Alto da Ajuda, em Setembro, os Pioneiros de Portugal necessitam alguns materiais, como pinturas de maquilhagem, roupas de adulto, chapéus, malas, cabeleiras, colares, brincos e ferramentas. Com coisas velhas, que nós vamos descobrir no sótão ou na despensa lá de casa, os Pioneiros e as outras crianças que vão à nossa Festa podem mascarar-se e criar os seus próprios brinquedos. Todas estas ofertas podem ser entregues nos núcleos de Pioneiros espalhados pelo País, na Casa do Pioneiro, na Rua Lima Basto, 140, 1.º esquerdo, em Lisboa, ou ainda na Festa do «Avante!», na zona dos Pioneiros.